



Digitized by the Internet Archive
in 2018 with funding from
Princeton Theological Seminary Library

<https://archive.org/details/veritas5119unse>

LAP

✓ VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre — Brasil

LIBRARY OF PRINCETON
JAN 25 1988
THEOLOGICAL SEMINARY

SUMÁRIO

PROF. MARTIN DUBOIS F.M.S. — O estudante universitário gaúcho face ao teste de Max Pfister	3
PROF. ERNANI MAZZA WETTERNICK — Estatística e Ciências Sociais	14
PROF. ERNESTO BRUNO COSSI — Uma proposição de cobertura	34
PROF. HEINRICH A. W. BUNSE — Um abecedário recolhido no Rio Grande do Sul	36
PROF. RENATO COSTA — O mecanismo dos preços e o problema da inflação	49
LEONEL CORREIA F.M.S. e outros — A educação “VITA ET PAX” de Ribeirão Preto	69
PROF. FRANCISCO SAN JOSÉ GARCIA F.M.S. — Hesíodo: su significación poética e pesimista ..	87

VERITAS

Publicação Periódica-Trimestral

EXPEDIENTE:

Diretor-responsável

Irmão José Otão

Secretário

Irmão Elvo Clemente

ADMINISTRAÇÃO

Pontifícia Universidade Católica do RGS — Praça Dom Sebastião, 2
PÔRTO ALEGRE (Brasil)

Preço anual	Cr\$ 200,00
Número avulso	Cr\$ 50,00
Exterior	\$2 dólares
Professôres e alunos da Univ. assinatura anual	Cr\$ 150,00

Formas de pagamento: Vale postal, valor declarado ou cheque pagável em Pôrto Alegre.

EDITORA TIPOGRAFIA CHAMPAGNAT
Avenida Bento Gonçalves, 4314 — Pôrto Alegre

VERITAS

REVISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL

TOMO V



1960
Pôrto Alegre (RGS)
Brasil

O ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO GAÚCHO FACE AO TESTE DE MAX PFISTER

Pelo professor Martin Dubois f.m.s.

O século XX é, sem dúvida, o século das descobertas re-tumbantes. No campo das ciências fêz a humanidade progressos nunca dantes sonhados em tôdas as áreas da atividade humana.

Algumas descobertas assim como os fatos mais estupendos são do conhecimento de todos por terem sido amplamente divulgados. Outras descobertas há, que por serem mais abstratas e por isso menos apregoadas, não deixam no entanto de terem repercussão no caminhar humano sôbre a terra.

“O homem êste desconhecido” de Alexis Carrel está sendo cada vez mais conhecido graças aos meios encontrados e empregados no estudo da personalidade humana.

Dentre os meios de que dispomos para êste estudo, sobressaem com certo destaque, os testes projetivos, assim denominados por externarem, à revelia da consciência, os estados anímicos dos indivíduos nas suas diversas estruturas.

De posse destas novas técnicas, não devemos, nem podemos largar de mão os meios empregados até hoje e que se revelaram de grande valia apresentados por Claparède (1) e que sucintamente me permito reproduzir aqui:

- 1.º A introspecção, compreendendo as diversas modalidades de análise: psico, narco; a anamnese, o onirismo e técnicas projetivas.
- 2.º A extrospecção que se vale de inúmeras técnicas dentre as quais convém citar:
 - a) — A observação: direta ou indireta a mais valiosa fonte de aquisição de conhecimentos e dados para o diagnóstico da personalidade no

(1) Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale.

dizer do Dr. Huth (2) que assim classifica os meios para investigar a personalidade infantil:

1.º	Investigação antropológica	4%
2.º	Resultados escolares	4%
3.º	Provas de aptidões	5%
4.º	Exames médicos	8%
5.º	Provas de comportamento físico	9%
6.º	Impressão intuitiva do psicólogo	12%
7.º	Trabalhos pessoais do cliente	13%
8.º	Testes psicológicos	37%
9.º	Entrevista com o psicólogo	66%
10.º	Observação prolongada e metódica pelo chefe de equipe desportiva	70%
11.º	Idem pelos pais	96%
12.º	Idem pelo professor	98%

- b) — A experimentação: que não é senão uma observação em ambiente preparado e com meios standardizados.
- c) — Métodos genéticos que compreendem a ontogenia ou evolução das funções psíquicas e a filogenia ou estudo dos estágios pelos quais passa esta mesma evolução.
- d) — Método patológico: ou estudo da dissolução psíquica; é o inverso do precedente, um estuda o evoluir normal, o outro o anormal com possíveis estados regressivos.
- e) — Método comparativo: em que se obtém dados pelo confronto das diversas atitudes ou estados do indivíduo.
- f) — Métodos técnicos que nos fornecerão dados quantitativos e são obtidos através das técnicas psicométricas e qualitativas ou psicoléxicas.
- g) — Análise e síntese: que serão feitas com o auxílio do método dos testes ou dos grupos equivalentes.

Como é palpável, não seria bom psicólogo aquêle que se valesse unicamente dos dados fornecidos pelos testes para diagnosticar um indivíduo, embora fôsem estes testes projetivos, todos êles são meros auxiliares no estudo da psiquê humana.

(2) Valeur des moyens pour découvrir la personnalité de l'enfant.

Dentre as técnicas de investigação, ocupam lugar de destaque os testes projetivos que se valem das cores para detectar a evolução psíquica do testando com seus possíveis traumas, desvios de personalidade, desajustes...

Desde a mais remota antiguidade, as cores tiveram papel relevante na exteriorização dos sentimentos humanos.

O troglodita já empregava as cores nas suas pinturas como elemento decorativo e expressão dos seus sentimentos conforme demonstraram recentes descobertas nesse setor.

A Grécia antiga se valia do vermelho, amarelo, azul-marinho e branco para representar os elementos cósmicos. Se o homem empregava cores nos seus desenhos, desconhecia o porquê dessa escolha e foi necessário chegar ao comêço do nosso século para que um estudo mais sistemático das relações tanto objetivas como subjetivas desempenhadas pelas cores na psiquê humana fôsse aprofundado o bastante para nos fornecer dados valiosos.

Em 1911 David Katz, precedido neste estudo por Wells, havia constatado uma relação específica entre as cores e a afetividade, mais ainda, fôra feita a verificação de uma constante apesar da variabilidade dos estados afetivos dos vários sujeitos submetidos a testes de cores.

Esta constante é a base do teste de Max Pfister.

Não citarei os demais divulgadores dos testes projetivos baseados não só na escolha de cores, como também na estruturação das mesmas, no entanto, é impossível não fazer uma referência ao "Rei" dos testes projetivos — o Rorschach — baseado no colorido como estimulante das reações verbais no tocante à afetividade. Este teste é muito rico e em certos casos insubstituível.

Um dos mais recentes testes projetivos, baseado na escolha de cores e estruturação das mesmas para obter não só um diagnóstico da afetividade nos seus diversos planos: assimilação de experiências, qualidades e estruturas afetivas, como também do seu comportamento: dinâmico e social e até certo ponto do seu desenvolvimento intelectual.

Em 1950 Max Pfister publicava as bases do teste por êle inventado e que em pouco tempo conseguiu firmar-se graças às qualidades intrínsecas do mesmo.

É um teste simples — mais de mil chapinhas coloridas de forma quadrada são o material com o qual se trabalha. As cores são padronizadas e compreendem vinte e quatro matizes das principais cores.

Técnica da aplicação — Dá-se ao testando um cartão em que está desenhada uma pirâmide, ou melhor, quinze quadrados formando um triângulo equilateral e apresenta-se-lhe as chapinhas coloridas dizendo:

O Sr. tem uma pirâmide com quadrados e na sua frente inúmeras chapinhas coloridas, coloque em cada quadrado da pirâmide uma dessas chapinhas. A pirâmide pode ser feita com uma só ou com várias côres, pode ser modificada à vontade, não só quanto às côres, como também à sua posição; tem tempo. O que se quer, é que quando terminar, fique satisfeito com o conjunto, que a pirâmide lhe agrade. Terminada a primeira, se esconde e se pede faça uma segunda e depois uma terceira.

Finda esta parte, colocam-se as três pirâmides uma ao lado da outra e pede-se escolher a que mais lhe agrada, faz também a escolha da segunda pirâmide. Mais umas perguntas a respeito da côr preferida e daquela de que menos gosta e assim em pouco mais de quinze minutos normalmente está terminada a aplicação do Max Pfister.

Como se vê, a aplicação é rápida e não há resistência quase possível. É uma brincadeira, ou pelo menos assim foi considerado pela maioria daqueles a quem o apliquei. Nem crianças, nem adultos se negam a executá-lo e não têm defesa contra êste teste projetivo. A simplicidade e a rapidez da aplicação facilitam o seu emprêgo. A correção é bastante rápida; a interpretação requer, como todo e qualquer teste projetivo, conhecimentos vastos de psicologia.

O Max Pfister foi aplicado, integrando uma bateria de testes seletivos aos pretendentes à matrícula no Curso de Orientação Educacional e aos primeiranistas do curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da P.U.C. do R.G. do Sul, no início do ano letivo de 1959.

Posteriormente apliquei êste mesmo teste a inúmeros universitários que se apresentaram ao Instituto, uns para estudo da personalidade, outros, para a investigação das aptidões; assim obtive um material vasto e rico que me permitiu elaborar o presente trabalho.

Feita a indispensável triagem, computei os dados de trezentas pirâmides de cada sexo.

Não pretendo apresentar neste trabalho dados definitivos a respeito do teste, mas sòmente vir colaborar com os interessados a melhor adaptar ao nosso ambiente um teste tão valioso.

Fiquei impressionado com a exatidão dos dados obtidos com esta técnica. Sòmente um item obtido em mais de mil pirâmides não foi aceito pelo cliente como verídico e como não houvesse lançado mão de outras técnicas projetivas no caso em aprêço, aceitei a retificação, sem contudo deixar de ter quase certeza da exatidão da minha afirmativa. Todos os demais foram não só aceitos, mas confirmados como verdadeiros e causaram espécie aos testados tanto pela exatidão e variedade assim como pela profundidade do diagnóstico subsequente.

Esta é a razão da minha preferência por esta técnica, nos casos comuns, à de Rorschach que apesar de mais rica possivelmente, é de aplicação mais demorada, correção mais lenta e diagnóstico mais trabalhoso, no entanto, para determinados casos é insubstituível pelo que a aplico em casos que requeiram um estudo mais profundo.



PORCENTAGENS DA FREQUÊNCIA NA ESCOLA DAS CÔRES PARA AMBOS OS SEXOS

em confronto com Max Pfister

P.U.C. — Pôrto Alegre — 1959

Sexo	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		
	PUC	M.P.	PUC	M.P.	Côr.	PUC	M.P.	PUC	P.M.
Azul	22,70	18,50	23,90	22,00	Viol.	6,15	6,10	3,90	8,50
Vermelho	16,50	19,20	15,70	15,60	Marr.	5,55	6,80	4,10	7,70
Verde	20,90	17,80	20,70	14,80	Prêto	5,80	6,10	5,20	5,80
Amarelo	9,20	12,20	9,80	13,20	Cinza	0,80	0,70	2,00	1,70
Alaranjado	8,80	11,10	9,40	8,70	Bran.	3,10	2,00	5,25	2,00

A tabela supra é bastante clara para nos demonstrar as concordâncias e discordâncias entre os resultados na P.U.C. e as normas apresentadas pelo Max Pfister. Pelo visto é necessário haver uma certa retificação de alguns valores.

No final do presente trabalho darei um diagnóstico parcial do Universitário gaúcho face a este teste.

SÍNDROMES DO MAX PFISTER OBTIDOS NA P.U.C.
EM CONFRONTO COM A NORMAL
P.U.C. — Pôrto Alegre — 1959

Síndrome	masculino	feminino	média	normal
Norma	60,10	60,35	60,22	50 a 60
Estimulante	34,50	34,90	34,70	30 a 44
Acromático	9,70	12,45	11,07	10
Az, Vd, Vi	49,70	48,50	49,10	Variam no mesmo sentido
Desvio	- -4- -3- -0	- -2- -0, 1-5		

O quadro dos síndromes nos demonstra a normalidade do Universitário — tipo médio — apesar de haver uma leve diferença com a Normal de Max Pfister no referente ao síndrome normal. O síndrome estimulante está perfeitamente enquadrado na normalidade.

Os síndromes |: acromático, azul, verde e violeta estão em discordância com a normalidade.

As côres azul, verde, violeta devem variar no mesmo sentido ou tôdas acima ou abaixo da normal, assim quase acontece no setor masculino em que as variações são |: +4 +3 e zero, ao passo que no feminino a variação é bem diferente : +2 +0,1 e -5; quando o azul e o verde variam para mais, o violeta varia acentuadamente para menos.

—oOo—

INTELIGÊNCIA E PERCENTIL DA ESCOLHA DAS
CÔRES — POR SEXO
P.U.C. — Pôrto Alegre — 1959

% Raven	masculino				% Raven	feminino			
	95	90	75	50		95	90	75	50
Az	18,0	33,6	21,0	14,0	Az	23,5	25,8	25,0	20,5
V	7,5	13,0	16,0	28,7	V	16,0	17,0	10,6	21,0
Vd	29,0	19,0	19,0	25,2	Vd	23,0	21,7	24,3	17,2
Am	21,6	11,0	6,0	3,2	Am	11,5	10,9	10,6	8,7
Vi	12,0	1,2	5,0	8,0	Vi	4,2	3,8	7,4	1,6
Al	3,6	15,2	7,0	3,2	Al	6,1	12,0	5,5	11,0
m	0,0	4,0	14,0	4,5	m	3,1	3,4	5,5	4,6
P.C.B.	8,0	7,0	12,0	14,2	P.C.B.	12,6	5,3	10,9	15,4

A tabela anexa nos dá uma idéia da escolha das côres por sexo e por percentil de inteligência, fator G, obtido no teste de Raven.

As considerações que se seguem têm como finalidade chamar a atenção dos estudiosos dêste teste sôbre possíveis correlações entre côres e inteligência. Nos indivíduos de inteligência superior, no setor masculino, predomina o azul e é seguido com pouca diferença pelo verde.

No percentil 75, que corresponde à inteligência superior à média, a diferença a favor do verde se manifesta para chegar, no percentil 50 ou inteligência média, a superar o azul. A escala ascendente na percentilagem do vermelho nos deve merecer certa atenção. É de 7,5 no percentil 95 e vai aumentando nos percentis inferiores para chegar a 28,7 no percentil 50. Com esta elevada percentilagem, o vermelho vem a ser a côr predominante neste grupo de indivíduos. O inverso se dá com o amarelo que ocupa o terceiro lugar na escolha feita pelos "superiores" num decrescendo contínuo vem a ocupar o último lugar nos indivíduos de Inteligência Média.

O violeta oscila desordenadamente, só com mais dados seria possível justificar tal variação ou significado.

As côres acromáticas a exemplo do vermelho crescem do "superior" ao "inferior", desde um valor inferior à normal até ultrapassar sensivelmente esta mesma normal dando talvez a entender que o resultado obtido no Raven por êstes indivíduos, foi possivelmente prejudicado por conflitos na esfera do subconsciente.

No setor feminino, o azul é a côr predominante nos diversos graus de inteligência. A côr verde vem em segundo lugar na escolha das diversas categoriais de inteligência com exceção do percentil 50 em que o vermelho vem em segundo lugar.

O vermelho vem pois em terceiro lugar excetuando nos indivíduos de inteligência média, em que predomina o azul seguido imediatamente pelo verde.

O amarelo aparece num decrescendo suave, dos "superiores" aos "inferiores". O inverso se dá com o marron que cresce do mais inteligente para o menos inteligente. As demais côres variam de uma maneira dsconcertante.

PERCENTILAGEM DA POSIÇÃO DAS CÔRES POR SEXO
P. U. C. — Pôrto Alegre — 1959

Sexo	masculino					Sexo	feminino				
	Pos.	Vértice	Centro	Eixo	1.ª coloc.		Última	Pos.	Vértice	Centro	Eixo
Az	18,7	26,6	21,6	21,8	25,6	Az	31,2	30,3	22,3	28	20,5
V	19,4	16,6	20,4	18,8	17,6	V	16,4	15,9	14,5	15,5	12,3
Vd	20	18	23,6	24,2	15,6	Vd	11,3	21,6	21,5	19	15
Am	12,4	9	5,6	4,2	10,2	Am	10	11,3	5	5	12
Vi	5,4	4,6	3,6	5,5	7,3	Vi	8,2	4,3	5,6	7	7,2
Al	5,4	10	8	5,8	6,3	Al	6,1	9,3	9	8,4	6,4
m	3,4	3,3	6,3	4	5,6	m	1,5	3,3	6,8	4,4	4,3
P	7,7	4	7,3	9,8	6,6	P	7,3	5,5	9,7	7,4	7
C	0,6	1	1	0,4	0,6	C	0	1	0	0,5	0,3
B	7,4	7	2,6	5,5	4,6	B	11	6,5	5,6	5	15

Neste quadro, mais uma vez, está evidenciada a preferência global pelas côres, mas agora, quanto à posição que ocupam na pirâmide.

O azul continua sendo sempre a côr preferida em seu conjunto, porém, se estudarmos melhor as componentes de cada posição e de cada sexo, verificaremos que no setor masculino o verde predomina no vértice seguido pelo vermelho e logo depois vem o azul; disto poderíamos deduzir ser o Universitário (tipo médio) portador de acentuada tendência a nivelar o equilíbrio em sua vida afetiva. Denota outrossim capacidade de reação aos estímulos assim como certo contrôle afetivo. Transparecem no entanto traços esquizofrênicos oriundos da fraca ou por vêzes até impotência volitiva.

Certo contrôle racional em face dos estímulos é evidenciado pelo que a esfera instintiva encontra uma barreira. As pulsões parecem estar sob a ação reguladora do Super-Ego. Isto é quanto ao setor masculino.

No setor feminino podemos verificar mais contrôle em todos os estágios da personalidade; êste contrôle se manifesta sobretudo na esfera superior em que impera um super contrôle que deixa transparecer traços histeriformes causados pelo esgotamento psíquico subsequente a tensões desmedidas e em que a capitulação da vontade é quase total. Há problemas neste setor.

No campo da consciência predomina ainda o super-contrôle a par de um grande dinamismo a serviço de uma vontade voltada para a conquista de ideais nobres.

O inconsciente parece conflituado.



INTELIGÊNCIA E SÍNDROMES — POR SEXO

P.U.C. — Pôrto Alegre — 1959

% Rav.	95		90		75		50	
	masc.	fem.	masc.	fem.	masc.	fem.	masc.	fem.
Norma	54,5	62,5	65,6	64,5	56	59,9	67,9	58,7
Estim.	32,7	33,6	39,2	39,9	29	26,7	35,1	40,7
Acrom.	8	12,6	7	5,3	12	10,9	14,2	15,4

Diagnóstico (parcial) do UNIVERSITÁRIO gaúcho (tipo médio) Através do teste projetivo de Max Pfister.

Não posso dar um diagnóstico completo por não ter sido possível elaborar todos os dados recolhidos. No entanto, louvando-me no material tratado, apresento um diagnóstico parcial do universitário gaúcho — tipo médio.

— É do tipo reconhecidamente introvertido, porém apresenta uma certa instabilidade psíquica, devido a manifestações de extroversão ligada a pulsões mais ou menos acentuadas, estabelecendo uma certa ambivalência de efeitos molestos para nosso universitário.

Este estado de insegurança agrava tensões que possivelmente podem fazer eclodir estados pre-neuróticos ou mesmo neuróticos.

Um contrôle e por vêzes um super-contrôle da afetividade inconsciente leva-o a tomar atitudes defensivas perante os atrativos do mundo exterior levando o jovem a atitudes estereotipadas pelo que tem tendência a estilizar a sua vida. A reação aos estímulos é pouco desenvolvida, pouco intensa, a vontade um tanto fraca pouca atuação parece exercer; talvez seja fruto da “educação moderna” em que a lei do esforço consciente foi postergada em grande parte.

Certa inibição de motivações e reações emocionais favorece o caráter emocional; há acumulação de emoções por ser do tipo introvertido, originando uma evolução neurótica que desponta traços de mitomania.

Sinais de esgotamento psíquico aparecem consequência lógica de períodos de super-contrôle.

Nosso universitário se acha num estado de saturação afetiva — bem peculiar à nossa geração que, sem freios, procura satisfazer-se, não tendo outros limites senão os da própria natureza.

O estado de discordância em que se acha leva-o a uma grande irritabilidade.

A introversão predomina no entanto, o que o leva a elaborar internamente os seus estímulos apresentando por isto grande suscetibilidade, agravada pelo fraco dinamismo, sendo por isto mesmo muito sugestionável.

Não tendo fé, confiança em si, volta-se para os outros; manifesta necessidade e procura de contatos humanos que lhe dêem o apoio de que carece.

Estando a esfera interior problematizada, não lhe agrada esta volta sobre si, apesar de ser caracterológica, então abre-se aos estímulos exteriores que o fazem vibrar com pouca intensidade; é uma maneira de esquecer o que não lhe agrada.

da. Insatisfeito consigo mesmo e com os outros, anda à procura de novidades que o distraiam e possibilitem uns momentos de certa euforia.

É inteligente, sociável, apresenta bom contato humano.



A UNIVERSITÁRIA GAÚCHA FACE AO TESTE MAX PFISTER

A exemplo do universitário, é marcadamente introvertida; elabora interna e reflexivamente suas reações aos estímulos que lhe vêm do exterior.

Fácilmente acumula tensões que aumentam até chegar ao clímax em que se dá um desequilíbrio psíquico total. Passa então por uma fase de grande excitabilidade de sucetibilidade aguda, tendo então um procedimento que pode surpreender por reações súbitas e fora de propósito.

Esta atitude que aos outros surpreende, deixa-a num estado de discordância sumamente desagradável, desconcertante e deprimente para ela.

Normalmente com pouca confiança em si, após êstes descontrôles fica abatida e então volta-se sôbre si mesma favorecendo assim o caráter emocional; é o período das lágrimas fáceis junto ao travesseiro. Não suportando por muito tempo êste estado, volta-se para os outros à procura de apôio aceitando então facilmente a opinião dos outros.

Não parece ser portadora de problemas graves; no entanto, o estado de ambivalência em que se encontra facilmente pode evoluir para a neurose, psicose.

Tem certa capacidade de reação aos estímulos pelo que estabelece relações precisas diante dos atrativos que poderiam saciar-lhe os desejos acentuados.

Tem pouco dinamismo — gosta de novidades.

Uns leves traços histeriformes transparecem.

O subconsciente parece um tanto conflituado, ao passo que na esfera do consciente predomina um super-contrôle.



ESTATÍSTICA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ERNANI MAZZA WETTERNICK, professor de estatística da Escola de Engenharia da URGs, da Faculdade de Ciências Econômicas de São Leopoldo e da Escola de Engenharia da PUC na cadeira de Estradas.

O presente trabalho reproduz, com correções e ligeiras modificações, o que foi apresentado pelo autor no II Seminário Sul-rio-grandense de Sociologia, reunido em Pôrto Alegre, de 14 a 17 de outubro de 1959 com o objetivo de ressaltar o papel da Estatística nas Ciências Sociais e fornecer subsídios aos professôres das Faculdades de Filosofia e Escolas Normais na abordagem dêste importante assunto.

S U M Á R I O

PRIMEIRA PARTE:

- I — Estatística
- II — A Estatística e os momentos do Método Científico.
- III — Condição básica de aplicação da Estatística.
- VI — Dois caracteres essenciais da Estatística.

SEGUNDA PARTE:

- I — A Estatística é aplicável às Ciências Sociais.
- II — As objeções "A PRIORI".
- III — Os fatos.
- IV — As limitações.
- V — Princípios que devem guiar a aplicação da Estatística.

TERCEIRA PARTE:

- I — O grau de emprêgo da Estatística nas Ciências Sociais.
- II — Necessidade da organização de grupos de trabalho e da formação Estatística de Investigadores.
- III — Conclusões.



PRIMEIRA PARTE:

I — **ESTATÍSTICA:** A consideração de algumas noções fundamentais permitirá situar-nos logo no assunto (1) (2, 126 e s.).

1. *População* é um conjunto de seres portadores de pelo menos um característico comum, que é o atributo principal, distintivo da população sob o aspecto estudado. Conforme constem de objetos concretos ou de entes meramente possíveis as populações podem ser *reais* ou *hipotéticas*. Exemplos: a população dos habitantes de uma cidade, estado ou país; dos doentes de um hospital; dos alunos de uma escola; dos automóveis fabricados no Brasil; dos pés de milho de determinada variedade existentes no Rio Grande do Sul; etc. etc; são populações reais. Já a população de medidas possíveis, de preços possíveis, de que um número limitado foi efetuado ou está sendo considerado, são populações hipotéticas. Sob outro ponto de vista as populações podem ser classificadas em *finitas* e *infinitas*, conforme o número de elementos que as constituem.

2. *Amostra* é uma porção convenientemente selecionada de elementos de uma população. A impossibilidade de realizar um número indefinido de experiências é que nos leva a efetuá-las sobre uma parte apenas da população ou limitar nossas observações também a uma parte de uma série infinita de elementos. Destacamos a expressão “convenientemente selecionada” para indicar a fundamental importância do processo de seleção (técnica de amostragem) na obtenção de amostras adequadas ao fim a que nos propusemos ao extraí-las. Como este fim é o estudo da população (ou das populações) a que elas se referem, a técnica de amostragem nada mais é do que a extração racional de amostras representativas. Exemplos: se das populações acima referidas extrairmos, mediante processo conveniente, porções limitadas, obteremos amostras representativas dessas populações, permitindo portanto, o seu estudo.

3. *Estatística* é o método capaz de permitir inferências acerca de uma população através de amostras dela selecionadas. A consideração, a seguir, do conceito de inferência define perfeitamente o papel da Estatística, seja qual for o domínio de sua aplicação.

4. *Inferência* (do lat. infero-levar a; deduzir, concluir, inferir) é a passagem lógica de uma ou várias proposições conhecidas (antecedente) a outra proposição nova (consequente) relacionada necessariamente com aquelas (3, 121). Há inferência quando o antecedente “tem essa propriedade de não poder ser verdadeiro sem que o consequente seja verdadeiro” (4, 161). A inferência é *dedutiva* “quando a mente parte de uma lei ou proposição geral para chegar a uma con-

clusão menos geral”; é *indutiva* “quando inversamente partimos dos fatos ou casos particulares para chegar a uma lei geral” (3, 121. As inferências indutivas é que estão à base da Estatística. Maritain define a *indução* como segue: “raciocínio no qual, de dados singulares ou parciais, suficientemente enumerados, se infere uma verdade universal” (4, 265). É imprescindível para que a indução seja legítima que a enumeração seja suficiente. Uma enumeração completa dos casos é obviamente suficiente, é a *indução completa* ou aristotélica; uma enumeração incompleta pode ser, preenchidas certas condições, suficiente, é a *indução incompleta*, que é a mais freqüentemente empregada. Ambas as formas de indução, completa e incompleta, são indução legítima, sendo, como vimos, condição bastante dessa legitimidade que a enumeração seja suficiente. Naturalmente, só interessa à ciência a indução legítima. Para os fins dêste trabalho sempre que falarmos em indução será a indução (legítima) incompleta, de largo uso nas ciências experimentais.

Indução legítima	completa
(enumeração suficiente)	incompleta

5. *Risco* é a possibilidade de êrro contida em todo raciocínio indutivo, exceção feita de certos casos limites como o da enumeração completa. Em tôda indução há uma margem de incerteza que deriva do fato de poder a nossa afirmativa convir a um sujeito menos geral (ou uma categoria menos geral de fenômenos) do que o especificado. Quando, com base em evidência experimental, afirmo que

- a) Pedro, Paulo, André, etc. são brancos
- b) Pedro, Paulo, André, etc. são homens

e concludo que:

- c) Todos os homens são brancos,

erro porque, precisamente neste caso, o predicado “branco” se aplica a um sujeito mais restringido que o tomado por mim, a uma raça, e não à espécie inteira. Assim, a indução “antes autoriza do que obriga o espírito a estabelecer a conclusão” (4, 284). Ela “comporta por si um certa zona de probabilidade” (4, 283).

6. Convém agora esclarecer que, sendo a Estatística um ramo da matemática aplicada, ela trata apenas dos fatos que podem ser descritos numèricamente, ou por contagem ou por mensuração. *Inferência estatística* é, pois, tipo especial de inferência, é aquela inferência realizada sôbre fatos suscetíveis, direta ou indiretamente, de serem traduzidos numèricamente.

7. O *papel* da Estatística nas inferências indutivas, em qualquer ramo do conhecimento científico, é:

- a) fornecer técnicas capazes de permitir a realização de tais inferências,
- b) fornecer técnicas capazes de medir o grau de incerteza ou o risco nelas contido,
- c) fornecer técnicas para que a coleta dos dados leve ao mínimo risco possível (design of experiments).

Ela não só permite induzir como procura compensar a fraqueza congênita da indução medindo-lhe o risco. Podemos nos enganar, mas sabemos isto e quantas vezes poderá acontecer num certo número de casos. Se a Estatística, em certo sentido, é um sinal da nossa ignorância, da limitação de nossas capacidades cognoscitivas, pois só aceitamos o conhecimento provável quando nos escapa o conhecimento certo, ela é também a tentativa brilhante e honrosa de sondar, o imenso desconhecido, de lançar mais luz onde de outro modo só haveria treva ou tênue claridade.

8. Das considerações até aqui desenvolvidas, segue-se que a velha controvérsia sobre se a Estatística é ciência ou se é método não tem razão de ser. Meio de aquisição de conhecimento, não é sistema de saber substantivo, é ramo do método científico: *o método estatístico*. Como toda aquisição de conhecimento se constitui, mediata ou imediatamente, em base para a ação, Estatística tem sido ultimamente definida como “um conjunto de métodos para tomar decisões sensatas em face da incerteza” (5, 3), conceito que resume tudo quanto dissemos.

II — A ESTATÍSTICA E OS MOMENTOS DO MÉTODO CIENTÍFICO: Trata-se do método indutivo, também chamado método experimental porque é o mais usado nas chamadas ciências experimentais. Não é o único método destas ciências, mas sim o de que habitualmente se servem. Desdobra-se êle em quatro fases ou momentos que analisaremos a seguir, destacando o papel da Estatística em cada um. CLAUDE BERNARD, que, depois de ter praticado cerca de um quarto de século o método experimental, larga e magistralmente escreveu sobre êle, afirma que o investigador que estabelece uma lei ou determina a natureza de um fenômeno segue um processo constante de quatro etapas: a observação de um fato, a formação de uma hipótese, a organização racional da experiência de controle e o controle experimental. Diz êle: “O investigador completo é o que abraça simultaneamente a teoria e a prática experimental. 1.º Constata um fato; 2.º a propósito desse fato nasce uma idéia em seu espírito; 3.º em vista desta idéia raciocina, institui uma experiência, imagi-

na e realiza suas condições, materiais; 4.^o desta experiência resultam novos fenômenos que é preciso observar e assim sucessivamente. De certo modo, o espírito do investigador se encontra colocado sempre entre duas observações: uma que serve de ponto de partida ao raciocínio, outra que lhe serve de conclusão” (6, 37). Em resumo: o fato sugere a idéia ou hipótese, a idéia dirige a experiência e, enfim, a experiência julga a idéia (7, 150).

- 1 — fato
sugere — indução
- 2 — idéia (hipótese)
dirige — dedução — previsão
- 3 — experiência
julga — comprovação — formulações da lei
- 4 — idéia (lei)

“A pesquisa e a verificação de uma lei começam por uma observação inicial, que suscita uma conjectura transformada pela indução em hipótese (lei suposta universal). Por dedução um caso singular é previsto, que a experimentação torna real; uma observação final informa ou confirma a previsão” (11, 1). Estas fases encontram-se freqüentemente entrelaçadas e pode ser difícil distingui-las num dado trabalho ceintífico. Até mesmo a ordem em que se sucedem pode estar modificada, mas em linhas gerais o esquema descrito ajusta-se bastante bem ao processo de investigação experimental.

1. Na *observação* atenta-se ao que acontece, colecionam-se e estudam-se os fatos relevantes. Neste estágio, a Estatística, *quando pode ser aplicada*, constitui valioso auxílio. “Ela sugere o que mais vantajosamente pode ser observado e como os resultados das observações podem ser interpretados. Nem tudo pode ser observado; é necessário ser seletivo. O estatístico visualiza em detalhe a análise que fará das observações e a interpretação que delas poderá resultar. Em conexão com a interpretação êle acentua especialmente o grau de confiança na conclusão e a necessária tolerância para o êrro. Compara as diferentes espécies e qualidades de observações que poderiam ser feitas com os recursos disponíveis e recomenda a realização daquelas que constituem um bom compromisso entre os dois objetivos opostos: alta confiança nas conclusões e limitada tolerância para o êrro” (5, 7).

a) Íntimamente relacionado com a observação está o chamado *delineamento estatístico* (statistical design), que é um

plano que possibilita exatamente o que acabamos de dizer: a realização das observações que darão os mais eficientes resultados. O delineamento é, pois, um plano para a coleta e análise dos dados. Pode referir-se a uma experiência, é o delineamento experimental (design of experiments), ou a um levantamento (survey design). O plano é selecionado figurando a análise dos dados que se podem obter sob planos alternativos, estimando seus erros padrões e seus custos, e adotando a alternativa que parece ser a melhor. A seleção do delineamento requer cuidadoso planejamento *antes* da coleta e análise dos dados (5, 490).

b) Este aspecto da Estatística é inteiramente desconhecido dos leigos, que, quando muito, verão nela um conjunto de métodos de análise dos resultados experimentais. É preciso difundir largamente que o verdadeiro papel da Estatística não se limita a isto, mas que ela pode ajudar o investigador a organizar o seu trabalho de maneira a torná-lo mais eficaz, aumentando seu rendimento e economizando material (8).

2. Para explicar os fatos observados formula-se a *hipótese*. É uma idéia antecipada, uma explicação provisória dos fenômenos. Guiado por um pressentimento o investigador atribui as regularidades encontradas a uma causa permanente. A hipótese é a idéia diretriz da continuação de seu trabalho.

Neste segundo estágio a intuição, a imaginação, a perspicácia, “l’esprit de finesse”, enfim, que PASCAL opunha a “l’esprit de géometrie”, constituem o instrumental mais valioso. A Estatística aqui ajuda a classificar, sintetizar e apresentar os resultados de observação de modo claro e sugestivo, o que facilitará, sem dúvida, a elaboração de hipóteses fecundas. O ramo da Estatística que desempenha essa função é a chamada Estatística Descritiva, em oposição à Estatística Analítica ou Indutiva que se ocupa do delineamento das observações e da análise das mesmas a fim de basear as decisões (5, 7).

3. Formulada a hipótese, mais por intuição do que por técnicas racionais, a razão intervém para submetê-la à prova dos fatos: é a *comprovação experimental* ou, brevemente, a *experimentação*.

a) CLAUDE BERNARD chamou raciocínio experimental à operação racional que dirige a experiência pela qual será julgada a idéia. E acrescenta: “O que caracteriza o método experimental não é tanto a maneira como se obtêm os fatos, mas sim o modo com que se raciocina com eles e sobre eles” (cit. em 7, 164). No raciocínio experimental afirma-se que se a hipótese é verdadeira, segue-se uma consequência dela diretamente deduzida.

b) Organiza-se, então, a experiência para verificar a realidade de tal consequência, a qual uma vez constatada, comprova a hipótese. A observação atenta desta experiência levar-no-á à quarta fase do método experimental que é a *formulação da lei*. Por isso é que diz CLAUDE BERNARD, como vimos, que “o espírito do investigador se encontra colocado sempre entre duas observações: uma que serve de ponto de partida ao raciocínio, outra que lhe serve de conclusão”. É ainda do grande fisiologista francês a distinção entre *observação provocada*, que é a experiência organizada e executada com o fim de comprovar uma hipótese, e *observação invocada*, que é o aproveitamento, para o mesmo fim, de uma observação já preparada pela natureza ou já realizada por outro investigador (6, 32).

Observemos de passagem que, para as Ciências Sociais, a experiência, como veremos, quase que se resume à observação invocada.

c) A Estatística desempenha neste terceiro estágio papel fundamental. Damos a palavra a ALLEN WALLIS * (5, 7, 8): Neste estágio do método científico “as hipóteses são consideradas verificadas na medida em que as predições deduzidas delas são confirmadas por recentes acontecimentos. Algumas vezes, especialmente nas ciências da natureza, é possível apressar a comprovação das predições pela experimentação. Frequentemente, entretanto, uma predição pode ser comprovada somente esperando para ver se ela se verifica; por exemplo, algumas predições astronômicas prognosticam o curso de acontecimentos (história), e algumas predições médicas indicam o que aconteceria aos seres humanos sob circunstâncias que podem sobrevir acidentalmente. A Estatística é aplicável em ambas as situações, desde que o problema essencial é determinar se os novos dados observados concordam com a predição ou não. Aferindo uma predição com novos dados numéricos, é decisivo compreender que raramente pode ser esperado que os dados e a predição concordem exatamente, ainda mesmo que os dados e a predição concordem exatamente, ainda mesmo que a teoria seja correta. As discrepâncias podem surgir simplesmente por causa de circunstâncias casuais (“erro experimental”) que não são inconsistentes com a teoria. Ademais, muitas teorias importantes da ciência moderna são probabilísticas ou estovásticas antes do que determinísticas, no sentido de que não predizem exatamente como cada observação se mostrará, mas somente que a proporção das observações se

* O autor citado não segue a mesma divisão que adotamos com referência aos momentos do método científico.

apresentará em cada uma dentre as possíveis situações... Comparando uma série de observações com a teoria, o problema a ser considerado é, portanto, o seguinte: é a discrepância razoavelmente imputável ao acaso? Se a discrepância pode ser razoavelmente atribuída ao acaso, a teoria não é contraditada, e não há razão suficiente para procurar “causas” especiais para explicar a discrepância. Se a discrepância não pode ser razoavelmente atribuída ao caso, é apropriado buscar causas, isto é, modificar a teoria. O raciocínio estatístico moderno deu um sentido definido à verificação de uma hipótese. Uma hipótese é verificada — testada é talvez a melhor palavra na medida em que aludida influência do acaso foi corretamente interpretada. Desenvolveram-se processos estatísticos para medir objetivamente o risco de uma interpretação incorreta em termos de probabilidades numéricas; ou, para dizer de outra forma, para medir os riscos de conclusões errôneas”.

4. Comprovada a hipótese mediante a experimentação (ou a observação invocada), converte-se ela em lei geral que estabelece relações precisas, necessárias e universais relativamente à categoria dos fenômenos estudados. Nega-se hoje que esta fase seja simplesmente uma *generalização*, isto é, uma extensão a todos os casos da mesma espécie de uma relação de causalidade verificada em um ou em alguns casos. Considerações que aqui não desenvolveremos mostram que o processo de generalização já está presente no primeiro momento, ou seja, na observação e isso pela própria natureza do conhecimento intelectual que é abstrativo e generalizante (7, 170). Desta maneira a última fase do método experimental é a *formulação da lei*, que consiste em levantar, erigir a hipótese em lei. Não há generalização, a lei não afirma mais que a hipótese. “A única diferença é que a proposição tomada antes como hipótese a submeter ao contrôle da experiência, quando êste contrôle lhe foi favorável, passa à categoria dos fatos” (7, 171).

A Estatística é estranha a êste processo.

III — CONDIÇÃO BÁSICA DE APLICAÇÃO DA ESTATÍSTICA: Lá onde entrou o número, aí pode ser usada a Estatística. Se num determinado campo do conhecimento foi possível introduzir a noção de número, quer através de medidas ou de contagens, então é também possível o emprêgo do método estatístico. Ora, como é quase sempre possível introduzir, direta ou indiretamente, a noção de número, segue-se que o campo de aplicação da Estatística é muito amplo e tende a se tornar cada vez maior visto que, nas ciências em formação, como veremos, primeiramente não se usa

o número e depois, se é possível introduzi-lo, faz-se dêle um uso restrito até que, a pouco e pouco, com o desenvolvimeto da ciência, êle é cada vez mais usado.

Se número fôsse o que certos racionalistas pretendem (EINSTEIN, BERTRAND RUSSELL, etc.), isto é, uma criação do espírito humano, que nada tem a ver com a natureza das coisas, então nós poderíamos duvidar que a sua noção fôsse instrumento fecundo de aplicações nas ciências que lidam com o concreto. Este problema, que é o do acôrdo da matemática com o real, não nos interessa tratar; lembremos, apenas, a solução clássica que lhe foi dada e sôbre a qual repousa evidentemente a preliminar da aplicabilidade do método estatístico. É que as noções matemáticas são tiradas das operações mentais sôbre as coisas e não das coisas mesmas nem das operações mentais sômente. Elas não são dados, são elaborações da razão a partir das coisas. Por isso estarão presentes nos desenvolvimentos matemáticos "restos" da experiência, extratos das coisas, que constituem o elemento comum à operação do espírito e ao mundo dos objetos e fatos sensíveis e garantem a aplicação da matemática ao real e concreto.

A condição fundamental, pois, para o emprêgo da Estatística, num dado ramo especializado do conhecimento científico, é que nesse ramo se tenha conseguido traduzir numéricamente os fenômenos estudados. Esta condição é necessária e suficiente. Mais adiante voltaremos a êste tópicó ao abordarmos a tradução quantitativa dos fatos sociais.

IV — DOIS CARACTERES ESSENCIAIS DA ESTATÍSTICA: — Nem sempre tomados em consideração, mormente pelos leigos, êsses dois rasgos essenciais indicam até que ponto podemos esperar do método estatístico que nos auxilie a arrancar da Natureza os seus segredos.

1. Em primeiro lugar, o método estatístico, caso particular que é do método indutivo, não estabelece diretamente a validez de uma hipótese. Pode provar sim, que ela é falsa e isto chama-se rejeitar a hipótese. Pode não conseguir provar a sua falsidade, mas isto não é o mesmo que demonstrar a sua veracidade. Esta característica, que muitos têm dificuldade em compreender é, repetimos, inerente ao método indutivo. GOBLOT (9, 296), diz com propriedade: "Um fato não pode provar diretamente a verdade de uma hipótese; porque se a hipótese concorda com o fato, uma outra hipótese poderia harmonizar-se também com o mesmo fato. Mas um fato pode provar a falsidade de uma hipótese, refutá-la por um silogismo... Quando uma hipótese é possível, isto é, se harmoniza com os

fatos conhecidos, existe pelo menos uma outra hipótese possível, concordando com os mesmos fatos; porque, se a primeira fôsse a única possível, não seria uma hipótese mas uma verdade demonstrada, isto é, contruída por dedução. A verificação de uma hipótese exige, pois, o conhecimento de *tôdas* as hipóteses possíveis relativamente aos fatos conhecidos e a exclusão de cada uma delas, salvo uma, pelos fatos novos. A indução é a arte de interrogar a natureza. A hipótese é a pergunta que se lhe faz. A uma pergunta bem formulada a natureza pode responder. E ela responde sempre com *não*. O fato favorável à hipótese não é uma resposta afirmativa da natureza, é a ausência de uma resposta negativa: pode-se prosseguir a pesquisa”.

2. Em segundo lugar, a Estatística não estabelece, por si só, as relações de causalidade. Apontar a causa caberá sempre ao conjunto de conhecimentos que constitui a ciência à qual se aplica a Estatística. É esta ciência, por seu corpo de doutrina, por suas teorias, que desentranhará a relação de causa e efeito. A Estatística apenas verificará isto, facilitará isto. Sòmente (10, 26, 29).

SEGUNDA PARTE

O estudo das aplicações da Estatística às Ciências Sociais leva-nos a estabelecer as seguintes proposições:

- a) A Estatística é aplicável às Ciências Sociais.
- b) A Estatística modifica o caráter das Ciências Sociais.

O método indutivo, experimental, quando aplicado pelas Ciências Sociais, deve ajustar-se às peculiaridades dessas ciências; assim, é de notar que nas Ciências Sociais (7, 265):

- a) a observação não é rigorosamente objetiva, visto que os fenômenos estudados não são independentes do observador;
- b) a experimentação é inexistente ou muito limitada; joga papel decisivo a “observação invocada”;
- c) a previsão é aleatória se bem que possa ser eficaz; não tem sentido quando aplicada ao indivíduo, é sempre previsão de conjunto; quanto mais precisa e restrita tanto maior probabilidade terá de falhar mesmo porque os indivíduos ou a sociedade poderão tomar as medidas necessárias para frustrar o fato previsto (crises, por exemplo).

I — A ESTATÍSTICA É APLICÁVEL ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS: — Preencherão as Ciências Sociais aquela condição fundamental de que falamos, de serem os fatos por elas estudados suscetíveis de expressão numérica, a fim de que seja possível usar o método estatístico no estudo dessas ciências? Veremos que a natureza mesma dos fatos sociais se presta a uma expressão quantitativa e que o próprio progresso das Ciências Sociais exige essa tradução quantitativa (10).

1. a) Entre os fatos estudados pelas Ciências Sociais há inúmeros que, por definição, podem ser expressos numericamente. Na Economia Política todos os que se referem a valor, quantidade, preço; na Sociologia, Demografia, Antropologia Social, Política, etc. tudo o que diretamente pode ser medido ou contado tais como populações, incidências de fenômenos, etc.

b) Outros fatos sociais, como a fé religiosa, o grau de moralidade de um grupo, o nível de vida, a felicidade, etc. não são diretamente mensuráveis nem, como tais, suscetíveis de avaliação numérica. Acontece, porém, que, muitas vezes tais fatos traduzem-se por certo número de manifestações exteriores que podem ser medidas ou contadas e que os resumem e descrevem com boa aproximação.

Assim, a intensidade da religiosidade de um grupo pode, até certo ponto, ser medida pela frequência aos templos, ou pelo número de comunhões pascais, etc.

O grau de moralidade de uma região pode ser estudado à luz do número de delitos cometidos ou da proporção entre os filhos naturais e os legítimos.

O “nível” de felicidade de uma classe social expressa-se numericamente pelas despesas de habitação, vestimenta, alimentação, que figuram em seu orçamento.

c) Parece, então, que não há fatos, mesmo de ordem social, que se não possam prestar a uma análise estatística. É preciso, entretanto, não esquecer que esta análise só pode dar uma idéia aproximada do fenômeno estudado e tanto menor será essa aproximação quanto maior o número de fatores que poderão influenciar o fenômeno. É que êste aparece não em si mesmo, mas através de uma ou de algumas de suas manifestações exteriores.

É certo que a fé religiosa é a causa do número de comunhões pascais, mas êste pode ser afetado também por outros motivos: tradição, demagogia, etc.

A proporção entre o número de filhos naturais e o de filhos legítimos indica, certamente, o grau de moralidade, mas essa proporção é também influenciada pelos costumes, pela cultura, analfabetismo, etc. Um nascimento ilegítimo tem

sentido social diferente se ocorrer em área metropolitana ou rural.

A felicidade de uma classe social não depende apenas de seu bem-estar material, senão também da possibilidade de satisfazer suas aspirações.

d) Estas reservas não condenam o uso da Estatística nas Ciências Sociais, mas apenas o seu uso exclusivo. Mostram a necessidade de usar, ao lado do estatístico, outros métodos que lhe preencham as lacunas: a monografia, a história, o "case study", etc.

2. Mas o próprio progresso das Ciências Sociais exige também o emprêgo de métodos quantitativos. O desenvolvimento de cada ciência se processa através de uma sucessão de aproximações, a princípio grosseiras, depois cada vez mais estreitas. Primeiramente contenta-se o homem de ciência com descrições verbais qualitativas, depois, sôbre grosseiras hipóteses simplificadoras, constrói um modelo da realidade que a reproduz muito imperfeitamente. "Retoques sucessivos das hipóteses de base permitem, em seguida, apanhar a realidade cada vez mais perfeitamente. Este trabalho de ajustamento só poderá prosseguir através de um uso cada vez mais extenso de capítulos da Matemática de complexidade crescente, combinado com métodos de medida cada vez mais precisos" (12, 90).

a) É preciso começar primeiro com explorações acêrca da natureza e das circunstâncias envolventes dos fenômenos com que se pretende lidar. A Estatística só poderá atuar com êxito num campo de conhecimentos já suficientemente elaborado, pois é à luz dêles que os resultados da análise estatística serão interpretados, conforme vimos no final da Primeira Parte deste trabalho. Afirma o Prof. FLORESTAN FERNANDES: "Nesse sentido, pode-se admitir que o grau de exploração correta da Estatística, em uma disciplina qualquer, constitui um índice objetivo do grau de maturidade científica dessa disciplina" (13, 154).

b) Apesar, digamos assim, desta demora em aceitar os préstimos da Estatística, contudo, uma vez atingido êsse ponto, a contribuição por ela trazida é tão grande que rejeitá-la é estacionar. Na realidade a Estatística contribuiu largamente para o desenvolvimento e a nova orientação das Ciências Sociais. É evidentemente fator de progresso a introdução da inferência indutiva quantitativa, porque, se nesta, como em tôda inferência indutiva, há certa margem de incerteza, esta margem pode ser medida (risco), o que não acontece com a inferência indutiva qualitativa. É uma superioridade. Entretanto, pensamos que Sir. RONALD A. FISCHER, em sua clássica obra "Statistical Methods for Research Workers", exagera quan-

do afirma: “Os métodos estatísticos são imprescindíveis aos estudos sociais, e principalmente com o auxílio de tais métodos é que êsses estudos podem ser elevados à categoria de ciências” (14, 4).

3. Essas considerações sôbre a aplicabilidade da Estatística às Ciências Sociais puseram também de manifesto aquelas duas outras proposições que colocamos no início desta Segunda Parte, a saber:

- que a Estatística modifica o caráter das Ciências Sociais, e
- que não absorve as Ciências Sociais nem é o único método destas ciências.

II — AS OBJEÇÕES “A PRIORI”: As objeções que têm sido levantadas contra o emprêgo da Matemática — e valem para o da Estatística — nas Ciências Sociais são as seguintes (12, 94) *

1. A Matemática lida com situações extremamente simples e precisas ao passo que as Ciências Sociais estudam fenômenos de grande complexidade e variabilidade. E, se no afã de simplificar o problema, desprezam-se certos elementos, arrisca-se a desfigurar, alterar substancialmente os fatos.

Pode-se responder que esta mesma dificuldade se apresenta, exatamente da mesma forma, nas ciências da natureza sem que por isso elas tenham deixado de progredir. Teòricamente, diz M. FRÉCHET, o vôo de uma môsca deve alterar o movimento previsto do sistema celeste. No entanto, não há astrônomo que o leve em conta. Precisamente, é êste o trabalho do cientista: distinguir, na trama complexa dos fatos naturais, os fatôres que intervêm de maneira sensível.

2. A liberdade humana constitui um obstáculo às previsões que o uso da Matemática costuma estabelecer em qualquer disciplina. Nas Ciências Sociais tôdas as previsões podem falhar devido à decisão imprevista de um indivíduo.

É certo que a existência da liberdade humana limita a aplicação da Matemática nas Ciências Sociais.

a) Contudo não é menos certo que essa oposição é apenas parcial. O homem é livre em suas decisões, mas estas não são independentes das circunstâncias materiais em que êle se encontra e de que toma conhecimento. Assim (os exemplos são do autor citado), nós podemos aproximar um pé ao fogo, mas não pensamos em mergulhá-lo nêle. O barbeiro, ar-

* As presentes considerações referentes às Ciências Sociais aplicam-se às Ciências Humanas também chamadas Ciências Morais, de que as primeiras fazem parte.

mado de navalha, poderia degolar-nos se quisesse, no entanto nem por isso deixamos de fazer a barba com êle. As ações humanas, mesmo livres, não são inteiramente imprevisíveis, e é isto que torna possível a vida social. Portanto, se a liberdade humana diminui a segurança das conclusões nas Ciências Sociais, não basta, entretanto, para tornar impossível ou inútil o emprêgo do método quantitativo nestas ciências.

b) Se já é difícil a previsão relativa a um indivíduo, o que dizer no caso de se referir a uma coletividade humana?

Ora, é precisamente o contrário que acontece. Mais uma coletividade é numerosa, maior e mais perfeita é a compensação dos desvios individuais em tôrno da linha média de conduta prevista para o conjunto. Consideremos, por exemplo, a infinidade de motivos que todos os anos movem centenas ou milhares de indivíduos a pôr têrmo a existência. A atuação de cada um tende, no entanto, a compensar-se no conjunto de modo a que o número total anual de suicidas varia muito pouco. O mesmo diga-se de outras taxas demográficas.

3. Diz-se, finalmente, que o número desempenha um papel fundamental para a Matemática, enquanto nas Ciências Sociais trata-se com fatos que escapam a tôda medida.

A contestação dessa objeção já foi dada no título I desta Segunda Parte.

III — OS FATOS: — Os fatos mostram que sempre houve aplicação da Matemática às Ciências Sociais, notadamente à Economia Política. Mesmo aquêles que reputavam essa aplicação inconcebível, também êles usaram pelo menos de meios matemáticos elementares tais como: número, representação decimal, superfície, gráfico, etc. É verdade que são “noções tão comuns e espalhadas que se creria fazer injúria aos matemáticos incluindo-as no domínio da Matemática” (12, 98). E, entretanto, são dêsse domínio.

Concluamos com M. FRÉCHET: “A questão não é, pois, mais do que uma questão de grau. As Ciências podem fazer uso da Matemática, elas o fazem e êste uso lhes é útil e mesmo indispensável” (12, 99).

IV — AS LIMITAÇÕES: — É preciso, em tôda aplicação da Matemática, não perder de vista o seguinte princípio: a Matemática, quando aplicada, pode muito, mas não pode tudo.

1. Primeiramente, por razão interna. “A Matemática, em cada época, consistiu sempre nos problemas que era capaz resolver. O número dêstes cresceu constantemente, mas o nú-

mero daqueles que ela pode formular e perante os quais é impotente, cresce também constantemente com as solicitações crescentes que lhe fazem as diversas técnicas" (12, 115).

2. Por outro lado, quando uma teoria ou um método matemático parece suscetível de explicar um fenômeno social, é necessário fazer a verificação a partir de dados numéricos, coisa que se dispõe apenas parcialmente nas Ciências Sociais.

3. Ainda no caso de se dispor dos meios matemáticos e dos dados numéricos necessários, isto não é suficiente para um resultado satisfatório. Tudo depende da escolha das hipóteses admitidas para transformar um problema humano num problema matemático. E essas hipóteses não são do domínio da Matemática, mas pertencem ao campo da disciplina considerada.

4. Além disso, elas, as hipóteses que, num dado momento, estão à base de determinada ciência, ficam, com a evolução dessa ciência, desatualizadas, conduzindo a conseqüências contraditadas pelos fatos mais recentes. É preciso, portanto, retocar as hipóteses, o que pode alterar o planteamento matemático do problema.

5. A capacidade, já assinalada, de poderem os indivíduos ou a sociedade adotarem medidas capazes de frustrar determinadas previsões, é também uma limitação imposta ao emprego da Matemática nas Ciências Sociais.

V — PRINCÍPIOS QUE DEVEM GUIAR A APLICAÇÃO DA ESTATÍSTICA: — Os princípios que seguem devem orientar o emprego da Estatística em qualquer disciplina. Convém insistir sobre a sua importância no caso das Ciências Sociais (15, 220 — 1.º vol.).

Todos derivam da *subordinação essencial* do instrumento para com aquêle que o usa, do método à ciência que o emprega, no caso, da Estatística à teoria em qualquer campo.

1. A teoria, em primeiro lugar, deve guiar a utilização da Estatística. Isto é, a Estatística não é receituário de fórmulas mágicas, que basta aplicar mecânicamente aos fatos par obter resultados satisfatórios. O cientista (sociólogo, economista, etc.) deve constantemente orientar-se pelos princípios de sua especialidade e jamais perder de vista a finalidade visada pelas suas pesquisas. A lei teórica, no dizer de AL-

BERT AFTALION, abre o caminho às pesquisas estatísticas. E BERTRAND NOGARO ajunta: “A Estatística oferece-nos concurso extremamente precioso para a solução dos problemas econômicos, mas ela não saberia de nenhum modo dispensar-nos de os colocar com rigor”.

2. A teoria, em seguida, deve orientar a interpretação das observações.

A Estatística conduz somente à constatação de certos limites de covariação entre dois ou mais fenômenos. Mas é à teoria, ao raciocínio, que toca decidir se esta covariação encobre um vínculo causal direto ou indireto” (15, 221 — 1.º vol.).

3. Enfim, somente a teoria autoriza a generalização dos resultados fornecidos pela Estatística.

Esta estabelece uma relação válida somente em circunstâncias de tempo e lugar bem precisas. A extensão a todos os casos, independente de circunstâncias, só é possível mediante a análise dos fundamentos dessa relação, levada a cabo pela teoria.

TERCEIRA PARTE

I — O GRAU DE EMPRÊGO DA ESTATÍSTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: — Tem algum interesse investigar as causas que determinaram a notória espécie de “atraso” em que, quanto ao uso dos métodos estatísticos, se encontram as Ciências Sociais relativamente a outras ciências.

1. Em primeiro lugar, se as Ciências são ciências em formação, como é usual considerá-las, então ainda não atingiram aquêlê grau de maturidade, de luz em seu próprio campo, de que falamos acima e a partir do qual é possível a aplicação frutuosa da Estatística.

2. Depois, os próprios sociólogos “pouco têm contribuído ao desenvolvimento dos métodos estatísticos” (15, 188), que em muitos aspectos parecem ainda bastante mal adaptados às Ciências Sociais. É também parecer do Prof. FLORESTAN FERNANDES: “Pode-se dizer, efetivamente, que os sociólogos falharam (até o presente momento), tanto no sentido de contribuir para o moderno desenvolvimento da Estatística, quanto no propósito, mais modesto, de ajustarem-na às peculiaridades da pesquisa sociológica” (13, 155). O exemplo da Biologia é instrutivo a êsse respeito. Foi para resolver problemas

de sua especialidade que biólogos eminentes forjaram métodos estatísticos adequados. Diz o próprio FISCHER no prefácio à décima edição de sua citada obra: "O contato diário com problemas estatísticos que se apresentavam no laboratório estimulava as investigações puramente matemáticas que serviam de base aos novos métodos" (14, XIX). Também MARGARET HAGOOD e DANIEL O. PRICE, em obra muito útil à investigação estatística em sociologia (16, 185), reconhecem que os sociólogos divergem acêrca da aplicabilidade dos métodos que ainda não foram satisfatoriamente comprovados no campo da sociologia, métodos elaborados para atender à resolução de problemas de outras ciências e que, para isso sim, foram eficientes.

A conclusão é que assim como outras disciplinas, a Biologia por exemplo, ensejaram oportunidades para o surgimento de certos métodos, certas técnicas estatísticas, as Ciências Sociais, encontrando pesquisadores à altura dessa difícil empreitada, poderão muito concorrer para o desenvolvimento futuro da Estatística, o que redundará em seu próprio benefício.

II — NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO E DA FORMAÇÃO ESTATÍSTICA DE INVESTIGADORES:

1. O conhecimento simultâneo dos métodos estatísticos e da teoria no campo de sua especialidade tornam o investigador perfeitamente aparelhado para colher dados, analisá-los e interpretá-los. A reunião, em uma só pessoa, do sociólogo e do estatístico, é a situação ideal que se pode desejar numa pesquisa sociológica de ordem quantitativa.

2. No entanto, êste ideal, ordinariamente, não se realiza, pois a Sociologia, por exemplo, e a Estatística, constituem, na verdade, especialidades distintas. Aquêle que só conhece Sociologia não está apto a usar os métodos estatísticos enquanto o mero conhecimento da Estatística não qualifica ninguém para exercer a investigação em nenhum campo, a não ser o da Estatística Pura. É preciso, de uma maneira ou de outra, conseguir que, no decurso de uma mesma pesquisa, essas capacidades distintas atuem harmônicamente, mesmo residindo em pessoas diferentes. Isso nem sempre é fácil. Referindo-se ao caso do biólogo, diz L. LISON: "Em geral, o biólogo que não conhece os métodos estatísticos apropriados, fica decepcionado quando pede a um estatístico que o guie no estabelecimento dum plano experimental, porque ês-

te não chega sempre a organizar a pesquisa dum maneira inteiramente satisfatória. Não são nem a experiência nem a competência do estatístico que estão em causa, mas as do biologista. Este conhece sempre bastante melhor seu material e tem sempre visão mais acurada dos fins da investigação que o estatístico. Se o estatístico soubesse disso tanto quanto o biologista, êle combinaria certamente experiências bastante mais eficazes, mas como o biologista ignora quais são os dados que o estatístico deve ter em mãos, não lhe comunica as informações que lhe são realmente úteis. Dêste modo não pode haver sinergia entre a experiência do estatístico e a do biologista. É, em nossa opinião, um dos motivos mais poderosos para que o investigador se ponha ao par das técnicas estatísticas modernas. Quando o investigador souber o que pode esperar da investigação estatística e como deve ela ser organizada, então poderá receber do estatístico profissional o auxílio que a competência dêste lhe pode assegurar” (8, 99).

3. Disso tudo podemos tirar as seguintes conclusões:

a) Há, em geral, necessidade de trabalho em equipe sendo, pois, necessária a organização de grupos de trabalho com a participação de estatísticos e investigadores.

b) Os estatísticos que trabalham em determinado campo devem, aos poucos, assenhorear-se de certos princípios fundamentais dêsse campo. Em outras palavras, devem especializar-se em certo ramo de sua disciplina, fazendo Estatística Econômica, Estatística Médica, Industrial, etc.

c) O fato de poderem, em qualquer tempo, recorrer a um especialista em Estatística, não deve constituir motivo para que os investigadores se desinteressem em aprender os rudimentos do método estatístico. Só assim êles saberão o que esperar da investigação estatística e estarão em condições de reconhecer a quais problemas de sua disciplina essa investigação poderá ser aplicada; estarão também aptos a fornecer ao estatístico profissional as informações mais adequadas.

d) Daí a *necessidade* dos cursos de iniciação e de especialização estatística para sociólogos, economistas, médicos, etc. Necessidade que os não iniciados em Estatística contestam, alegando que, no caso de precisarem dos métodos estatísticos, consultarão um estatístico. A verdade é que não reconhecerão a ocasião para procurá-lo e, se isto acontecer, não saberão nem sequer falar-lhe.

III — CONCLUSÕES: A modo de conclusão, podemos alinhar algumas proposições básicas, que julgamos terem ficado suficientemente estabelecidas neste trabalho.

1. A Estatística permite a realização de inferências in-

duativas quantitativas; constitui modalidade especial do método indutivo.

2. É aplicável às Ciências Sociais porque os fatos estudados por estas são, em muitos casos, suscetíveis de tradução numérica.

3. As reservas que se podem fazer ao uso da Estatística nas Ciências Sociais, condenam apenas o seu uso exclusivo.

4. É índice de estreiteza de vistas sobre o caráter da investigação científica, considerar como não científico a qualquer método que não seja estatístico (16, 192).

5. O princípio fundamental que deve reger a aplicação da Estatística em qualquer ciência, é a sua subordinação aos princípios desta, isto é, à teoria.

6. A extensão e a complexidade das ciências quanto da própria Estatística, exigem o trabalho de equipe, de investigadores (sociólogos) e estatísticos.

7. Isto não impede que os investigadores tentem aprender a dominar o método estatístico, sendo até mesmo necessário fazer tal tentativa.

8. Daí a necessidade dos cursos de iniciação e especialização estatística para investigadores (sociólogos).

BIBLIOGRAFIA

- 1 — BUENO, Luiz de Freitas — Notas de aulas.
- 2 — MOOD, A. Mc Farlane — Introducción a la teoria de la Estadística — Aguilar — Madrid — 1.955.
- 3 — GONZALEZ Y GONZALEZ, Emilio — Instituciones de Filosofía Neo-Escolástica, Lógica. — Ediciones Studium de Cultura, Madrid — Buenos Aires. — 1.950.
- 4 — MARITAIN, Jacques — Lógica Menor — Livraria Agir Editôra — 3.^a ed. — 1.958.
- 5 — WALLIS, W. Allen e Roberts, Harry W — Statistics, a new approach — The Free Press, Glencoe, Illinois — 1956.
- 6 — BERNARD, Claude — Introducción al estudio de la medicina experimental — Editorial Losada S.A. — Buenos Aires — 1944.
- 7 — FOULQUIÉ, Paul — Logique — Les Éditions de L'École — Paris — 1953.
- 8 — LISON, L. — Statistique Appliquée á la Biologie Expérimentale — Gauthier — Villars — Paris — 1958.

- 9 — GOBLOT, Edmond — *Traité de Logique* — Librairie Armand Colin — 9.^a ed. — Paris — 1952.
- 10 — MARCHAL, André — *Économie Politique et Technique Statistique* — 3.^e ed. — Librairie Générale de Droit et Jurisprudence — Paris — 1952.
- 11 — BÉNÉZÉ, G. — *La méthode expérimentale* — Presses Universitaires de France — Paris — 1954.
- 12 — FRÉCHET, Maurice — *Les Mathématiques et le concret* — Presses Universitaires de France — Paris — 1955.
- 13 — FERNANDES, Florestan — *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* — Companhia Editôra Nacional — São Paulo — 1959.
- 14 — FISCHER, R.A. — *Métodos estadísticos para investigadores* — Aguilar, S.A. de Ediciones — Madrid — 1949.
- 15 — MARCHAL, André — *Méthode Scientifique et Science Économique* — Librairie de Médicis — 2. vol. — Paris — 1951.
- 16 — HAGOOD, Margaret Jarman e PRICE, Daniel O. — *Estadística para Sociólogos* — Comisión de Educación Estadística del Instituto Interamericano de Estadística — Rosario (Rep. Argentina) — 1955.
- 17 — VALDOUR — *Les méthodes en Science Sociale* — Rousseau et Cie. — Paris — 1927.
- 18 — POINCARÉ, Henri — *Science et méthode* Flammarion — Paris — 1947.
- 19 — SIMARD, Émile — *La nature et la portée de la méthode scientifique* — Librairie Philosophique J. Vrin — 1956.

UMA PROPOSIÇÃO DE COBERTURA

Prof. Ernesto Bruno Cossi

PROPOSIÇÃO

“Se A é qualquer conjunto limitado do R^n e se a todo ponto de A está associada uma vizinhança V com raio não inferior a um número positivo m , então existe um número finito dessas vizinhanças que ainda cobrem A ”.

DEMONSTRAÇÃO:

Seja A a aderência de A ; A é, pois, fechado e como A é limitado A também o é. Seja x um ponto de A que não pertença a A ; x é, portanto, ponto de acumulação de A e existe pois, um ponto y de A tal que $d(x,y) < m$. Como y é centro de uma vizinhança dada $V(y,r)$, sendo $r \geq m$, vemos que x pertence também à essa mesma vizinhança.

Assim todo ponto de A pertence a alguma vizinhança dada e o conjunto delas forma uma cobertura aberta de A ; mas sendo A fechado e limitado, ou seja compacto, pelo teorema de Heine-Borel existe uma sub-cobertura finita de A ; porém como A está contido em A ; a sub-cobertura finita é também de A e está demonstrada a proposição.

APLICAÇÃO

“Tôda função uniformemente contínua é limitada em qualquer conjunto limitado”.

DEMONSTRAÇÃO:

Seja f uma função uniformemente contínua definida num conjunto S do R^n com valores no R^k e seja A qualquer conjunto limi-

tado contido em S . Existe então $m > 0$ tal que, para quaisquer pontos x e y de S tais que $d(x, y) < m$, tenhamos $d(f(x), f(y)) < 1$.

Em particular, para toda vizinhança V com centro em qualquer ponto x de A e raio r tal que $m < r < m$, e para todo y de A e dessa mesma vizinhança, temos $d(f(x), f(y)) < 1$; assim f é limitada na parte de A contida em V . Como A é limitado e as vizinhanças V satisfazem a condição da proposição anterior, existe um número finito delas que ainda cobrem A e sendo f limitada em cada parte de A contida nelas, já que as mesmas são em número finito, f é limitada em A .

ERRATA

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
34	9	Seja A	Seja \bar{A}
34	9	A é	\bar{A} é
34	10	A também	\bar{A} também
34	10	ponto de A	ponto de \bar{A}
34	15	A	\bar{A}
34	16	A	\bar{A}
34	18	finita de A	finita de \bar{A}
34	19	em A	em \bar{A}
35	4	$m < r < m$	$\frac{m}{2} < r < m$

UM ABECEDÁRIO RECOLHIDO NO RIO GRANDE DO SUL

Comunicação feita ao IV Congresso Brasileiro de Folclore

por *Heinrich A. W. Bunse*

INTRODUÇÃO

Uma das fontes da Filologia Românica é constituída pela tradição oral, entendendo-se por esta as manifestações do espírito em forma literária não difundidas por via escrita, mas transmitidas, oralmente, de uma geração à outra em formas que existem, mais ou menos parecidas, em todos os povos.

Distinguem-se das produções semelhantes da literatura por terem como base uma realidade, um acontecimento, uma experiência, refletindo os sentimentos, idéias, crenças, o caráter, o mundo da fantasia de uma comunidade étnica e sua conformação literária. Falam nelas a alma sensibilizada, a memória fiel, sem a interferência da reflexão e sem a intenção de produzir obras literárias, ou talvez, efeitos calculados, numa visualização plástica, com sentido não disfarçado: espelho fiel da alma do povo.

Sentenças, provérbios, prognósticos refletem as experiências da vida. E aqui deve ser incluído também o que se pede do sobrenatural ou das forças da natureza: bênçãos, benzeduras, conjurações, simpatias, receitas da medicina popular.

Os sentimentos da alma popular manifestam-se na canção com que a mãe carinhosa procura aliviar as primeiras dores de seu filhinho e o faz adormecer: canção de ninar, dormenê, berceuse, ninna-nanna, Wiegenlied; ou na canção com que os namorados comunicam, mutuamente, desejo e saudade, exaltação e mágoa, as alegrias e as penas do amor: cantiga de amor, chanson d'amour, Liebeslied.

A atividade lúdica das crianças criou: cantos infantis, chanson d'enfant, canzone fanciullesca, Kinderlied, além de rodas infantis, adivinhas etc.; a dos adultos fêz surgir: cantos de beber, chanson à boire, brindisi, Trinklieder; danças,

bailados, danse, canzone a ballo, ballata, Tanzlied; cantos de núpcias, chanson de marriage, canto di nozze.

Também os aniversários, os dias de festa e de alegria têm os seus cantos: canto de natal, noel, cantico di natale, Weihnachtslied; cantos de ano novo, vers du jour de l'an, per il giorno dell' anno nuovo; cantos para as festas dos Reis Magos, de São João; cantos da primavera, de colheita, de vindima, de carnaval etc.

Até o trabalho é ritmizado por movimentos cadenciados e faz surgir formas de versos e cadências, e é suavizado pelos cantos de trabalho, canti di lavoratori, cantos de pescadores, de lenhadores etc.

A tradição conserva restos de vagas lembranças do passado e dos acontecimentos em tempos remotos, além dos mais recentes.

Aos santos, aos vultos eminentes e seus benfeitores o povo guarda uma memória fiel e grata nas lendas, nos cantos históricos e na epopéia popular.

Como se vê, em tôdas estas produções se põe ao vivo o sentimento humano, sempre uniforme sob todos os climas e em tôdas as regiões; apercebe-se a continuidade dêste mesmo sentimento através das épocas, desde os tempos mais remotos.

E tôdas estas expressões da cultura popular ainda existem, embora se observe um estreitamento cada vez mais forte. Isto não quer dizer que desapareça a literatura popular, porém está entrando um espírito moderno com as formas da literatura artística.

Urge, portanto, recolher o material ainda existente o qual deve ser anotado fielmente, sem acrescentar nem emendar particularidades de estilo ou de composição.

Como vimos, estas produções da literatura popular, desde a sentença e o provérbio até a epopéia popular, refletem as experiências, os sentimentos, as idéias, crenças, o caráter e o mundo da fantasia do povo e sua conformação literária. Fixaram-se como expressão perfeita do sentir e pensar de uma comunidade étnica, mas necessitaram, para se fixarem e propagarem pela bôca do povo, de épocas prolongadas: são matéria histórica.

Participa nelas, portanto, a pesquisa histórica do folclore, das religiões, das instituições jurídicas, da filosofia, das ciências naturais, da arte de um povo, reconhecendo nelas, não poucas vêzes, estados formativos de um passado remoto, superados pela ciência e a minoria culta de um povo.

Interessam ao filólogo porque existe uma relação recíproca entre a literatura popular e a artística, tanto nos temas como na maneira de expressão.

E sendo, ainda, uma das tarefas do filólogo estudar a fala

popular, deve êle também recolher as produções da literatura popular versadas nela e estudá-las, i. é interpretar primeiro o linguajar estranho para as ciências acima mencionadas e, depois, examiná-las segundo os métodos da pesquisa lingüística e filológica.

Mas deve também proporcionar êste tesouro aos pesquisadores do folclore, da história, etnografia etc., porque permitem um olhar para o passado histórico e a cultura de uma comunidade étnica.

I

Considerações desta natureza levaram-me, embora não sendo folclorista, a apresentar neste IV Congresso Brasileiro de Folclore, ora reunido em Pôrto Alegre, êste modesto trabalho sôbre um tema da literatura popular no Rio Grande do Sul.

Trata-se de um ABC ou Abecedário, recolhido, por meio de gravação mecânica, em março de 1958, nas cercanias de Tôrres, Rio Grande do Sul.

Na transcrição fonética do texto — considero-a indispensável por razões óbvias; oxalá tivesse sido adotada já há mais tempo, pois teria enriquecido em muito o nosso conhecimento da linguagem popular — servi-me do critério seguinte:

g: oclusiva velar sonora, como em: gato, guerra.

k: oclusiva velar surda, como em: casa, quente.

l': lateral dorsopalatal sonora, como em: filho.

ñ: oclusiva dorsopalatal sonora nasal, como em: venho.

s: fricativa pré-dorsal surda, como em: sala, passa, céu, caça.

z: fricativa pré-dorsal sonora, como em: zelo, casa.

x: fricativa palatal surda, como em: chuva, xícara.

j: fricativa palatal sonora, como em: Já, gelo.

é, ó: vogais abertas.

ê, ô: vogais fechadas ou nasais.

~: sinal de nasalização.

î: vogal nasal.

û: vogal nasal.

II

O ABC da miñareligião

A miña vida esta curta
meus planu já se akabô
pésu a Deus mizerikórdia
u divinu kreadô.

5 — Bê sêi ke fis pekadu
nãu foi pela iginorãsa
tênu fé na lê divina
porkê Deus nãu kiz vîgãsa.

- 10 — Krêiu ê Deus poderôzu
nu divinu bõ Jesúis
para vê si asî arkâsu
du séu a divina lúis.
- 20 — É kustôzu di pasá
setêta i kuaru anus vêsidu
pedîdu a Deus ki me val'a
para sê favoresidu.
- 25 — Gozãdu vivu nu mûdu
kû prazê kû alegria
pokê tênu fé ê Deus
Fil'u da virje Maria.
- 35 — Já tivi góstus na vida
tivi dezgôstu tãbê
agóra só pêsú ê Deus
kada vêiz me axu maiz bê.
- Ká Deus nus dêxô nu mûdu
u destinu di peká
maiz dêxô todú u rekursu
apar nus podê sarvá.
- 50 — Meu korasãu é kôtritu
nu mûdu véve kôtêti
pokê só tê fé ê Deus
nu divinu onipotêti.
- 60 — O meu korasãu é firmi
pra virje Nósa Siñóra
pokê tênu fé ê Deus
nu divinu rê da glóra.
- 65 — Kê ABC eu farê
kû tãta satisfasãu
pokê ênu fé ê Deus
arkásá a sarvasãu.
- 75 — Só nãu pósu me iskeser
da Sãtísima Trídadi
pêsú a Deus todoz oz dia
kê nos têña piedadi.
- 85 — Vêju êsti mûdaréle
tudu kû tãta alegria
- 15 — Dêxêi meus anus pra tráis
setêta i kuaru anus vêsidu
pedîdu a Deus todoz os dia
pra nãu fiká eskesidu.
- 30 — Felís será nêsti mûdu
kê tivér o protesãu
du divinu rê da glóra
arkásá a sarvasãu.
- 40 — É kustôzu di ikõtrar
naturêza kumu a miña
só pêsú ê Deus ki me val'a
e na protesãu divina.
- 40 — Já tivi gôstu nu mûdu
já kriêi miña familia
agóra só pêsú ê Deus
fil'u da virje Maria.
- 45 — Lãsê uz ól'os nu mûdu
me alêbrãdu di Jesúis
aõdi foi krusofikadu
nuz brasu da Sãta Krúis.
- 55 — Nãu pósu me iskeser
du divinu onipotêti
kuãdu me lêbru di Deus
tudu me está prezêti.
- 70 — Perdoai meu Deus poderôzu
e a virje Nósa Siñóra
para vê si aî eu xêgu
nu séu nu rênu da glóra.
- 80 — Razãu terá nêsti mûdu
kê nãu tivé protesãu
du divinu rê da glóra
pokê nãu tê salvasãu.
- 80 — Tudu kuãtu eu dezejava
nûka arkásá me kustô
pokê tênn fé ê Deus
nu divinu kreadô.
- U meu korasãu é firmi
nãu me sai du pêsamêtu

é pokê tê fé ê Deus
fil'u da virje Maria.

pokê têñu fé ê Deus
nu Sâtísimu Sakramêtu.

Zôbãdu vivu nu mûdu
kû prazê kû alegria
95 — pokê têñu fé ê Deus
fil'u da virje Maria.

Xorãdu véve nu mûdu
90 — kê nãu tê mais protesãu
du divinu rê de glóra
pokê nãu tê salvasãu.

O til sêja adivertêsa
da grãdi separasãu
kê nãu tivé fé ê Deus
100 — nãu pódi tê salvasãu.

Como se vê, trata-se de um ABC ou Abecedário, composto de 25 quadrinhas que se iniciam pelas letras do alfabeto, inclusive o til.

O verso é de sete sílabas, com acentos na 2.^a 3.^a ou 4.^a e a 7.^a sílaba. Por duas vezes — trata-se do mesmo verso repetido — abandona-se o esquema métrico e temos um verso de nove sílabas com acentos na 2.^a 4.^a e 9.^a sílaba.

O esquema da rima é: abcb, rimando sempre o segundo verso com o quarto.

III

Não é êste o lugar, nem há necessidade de falar aqui sobre os abecedários no Folclore universal ou mesmo brasileiro. (1.) Quanto aos abecedários no Folclore gaúcho, a coleta é estranhamente reduzida, embora Walter Spalding considere êste tipo de poesia popular “muito usado e de modo particular no Rio Grande do Sul” (2.) Augusto Meyer menciona apenas quatro (3.) A êstes podemos acrescentar mais um: o ABC da Ausência, inédito ainda. (4.)

É só o que ficou recolhido de abecedários no Rio Grande do Sul. Não é muito. Mas que devem existir outros mais, uma pesquisa sistemática há de confirmar. Prova isto o fato que o autor desta comunicação, em viagem de pesquisa lingüística, conseguiu recolher o ABC transcrito acima.

A importância dêste ABC — além de ser inédito e de aumentar os nossos escassos conhecimentos a respeito da existência de abecedários no Rio Grande do Sul, acrescentado da circunstância de ter sido recolhido e reproduzido fielmente consiste principalmente no tema, desconunal em abecedários, pois nem Câmara Cascudo, nem Augusto Meyer, nem Walter Spalding (5.) fazem a mais leve referência a um tema religioso tratado em forma de ABC.

Os ABC são poesias típicas na literatura popular. Este caráter pode ser demonstrado, de maneira bem clara, no ABC transcrito acima.

Estranho é, de fato, o tema: ABC da minha religião. Mas se tomarmos em conta que o autor é um “capelão”, (6) então o tema já não parecerá tão fora de propósito. Quis êle, como homem do povo, servir-se de uma forma caracteristicamente popular para expressar seus pensamentos e sentimentos religiosos.

É um homem de idade: “setêta i kuartu anus vêsidu”. Tem a filosofia do homem simples, não sem um certo pessimismo, como se depreende de duas quadrinhas em que faz a sua apresentação:

O mûdu está se akabãdu
para mî tá dãdu u fî
tudu ki era bõ nu mûdu
tudu se akabô pra mî.

Agóra só tê meu nomi
Manuel Alvinu Martís
meu nomi tâbê se akaba
tudu nu mûdu tê fî.

Mas êste pessimismo quanto às coisas humanas contrasta, vivamente, com os sentimentos expressos no ABC.

Embora, nas quadrinhas iniciais, também confesse a sua desilusão: “A miña vida está kurta

meus planu já se akabô”

e esteja bem ciente de sua condição de pecador, contudo não se deixa dominar pelo pessimismo. Ao contrário, logo vem uma afirmação de “fé na lê divina”. E esta afirmação: “pokê têñu fé ê Deus” — esta fé que é a primeira das três virtudes cardinais — repetir-se-á muitas vêzes nas quadrinhas do ABC, constituído, quase, a nota dominante do pensamento.

O autor conta, então, que está no fim da vida e que os “setêta i kuartu anus vêsidu” foram custosos. Aqui até o verso, por sua extensão, parece querer sublinhar a longa duração da vida. Agora só resta pedir a Deus “pra nãu fiká eskesidu” e “para sê favoresidu”.

Como a felicidade para o autor consiste na “protesãu du divinu rê da glóra” e na certeza da “sarvasãu”, vive êle no mundo “gozãdu” e “kû prazê kû alegria”.

O pensamento volta para a vida passada com seus gostos e desgostos. Mas tudo isso passou e “agora só pêsú ê Deus”.

Recorda, mais uma vez, sua condição de pecador; porém lembra-se, então, da bondade divina e surge diante de seus

olhos a imagem do Crucificado, produzindo nêle sincera contrição.

Também não falta a invocação da “virje Nósa Siñóra”, tão cara ao sentimento do nosso povo e à qual se apega com amor filial.

É invocada, ainda, a “Sãtísima Trídadi” e, daí em diante, o autor chega a certas conclusões que enchem a sua alma de satisfação: realizou o que desejava; tem o coração firme e, com o pensamento voltado para Deus, vê “êsti mûdaréli tudu kû tãta alegria”.

Termina o ABC — aliás de maneira bastante hábil — com uma espécie de confronto entre:

“kê nãu tê mais protesãu
du divinu rê da glóra
pokê nãu tê salvasãu”

e aquele que tem “fé ê Deus”; pois enquanto o primeiro “xorãdu véve nu mûdu”, êste, “zõbãdu” do mundo, vive “kû prazê kû alegria”.

Obedecendo à melhor tradição dos abecedários, não falta o til “adivertêsa da grãdi separasãu”, e, sublinhado o pensamento dominante, o ABC termina:

“kê nãu tivé fé ê Deus
nãu podi tê salvasãu.”

V

Todo o Abc é um testemunho comovente da fé sincera da nossa gente. Longe, muitas vêzes, de tôda a assistência espiritual do sacerdote, com pouquíssima instrução nas coisas da religião, não caíram na descrença, mas conservaram inabalável a sua fé.

Embora nas 25 quadrinhas do ABC o pensamento não corra numa ordenação lógica, no sentido de um clímax, sendo apenas uma simples justaposição de idéias, contudo na sucessão despretençiosa das quadrinhas revela-se uma alma singela cuja principal virtude é a fé. E, certamente, também para o autor há de valer a palavra de Jesus: “a tua fé te salvou”, por ser a sua grande preocupação: “arkãsá a sarvasãu”.

A simplicidade da construção, a singeleza do pensamento e a sinceridade da fé que se revelam neste ABC, caracterizam, mais que palavras bonitas e versos bem torneados, os verdadeiros sentimentos, fazendo do ABC um espelho fiel não só

da alma do autor, mas também do nosso povo, por ser o autor apenas intérprete e porta-voz do sentimento coletivo.

VI

Um exame lingüístico confirmará, plenamente, o caráter de poesia popular.

Em primeiro lugar é necessário ressaltar que “popular” não é sinônimo de “vulgar”. Isto refere-se, expressamente, ao *vocabulário*, pois no ABC não se trata, de maneira alguma, de um vocabulário vulgar, mas sim de um vocabulário selecionado. O fato explica-se sem dúvida, pelo tema religioso o qual, já por si, impõe o emprêgo de um determinado vocabulário.

O que, porém, patenteia o caráter popular do ABC é a relativa pobreza em vocábulos. O autor dispõe de um vocabulário reduzido: em 428 palavras de texto, não contados os artigos, há apenas 154 vocábulos diferentes. A consequência é a repetição, freqüente às vezes, de palavras; p. ex. a palavra Deus ocorre 21x; divino, 12x; fé, mundo, 10; glória, virgem, salvação, 5x.

Outro característico de toda poesia popular é a *repetição de versos*, freqüentíssima no ABC: dos 100 versos nada menos que 46, i. é quase a metade, são versos repetidos palavra por palavra ou com modificações insignificantes, alguns dos quais se repetem 3x, 4x e até 8x.

A repetição de versos está intimamente ligada a questão da *rima* (7).

Já vimos acima, que o esquema da rima é abcb, rimando sempre o segundo verso com o quarto.

Ao examinar as rimas deparamos com alguns fatos dignos de nota os quais corroboram, por sua vez, o caráter popular do ABC; um deles é a pobreza em rimas: em 25 pares de rimas há apenas 6 pares onde as duas palavras a rimar ocorrem, exclusivamente, nas respectivas quadrinhas; p. ex.:

vîgãsa / iginorãsa

Em todas as demais quadrinhas há sempre uma palavra que é aproveitada para formar rima em duas ou mais quadrinhas diferentes; p. ex.: salvasãu rima com protesãu em F; com satisfasãu em Q; com separasãu em ~.

E ainda há rimas que se repetem, p. ex.:

protesãu / salvasãu 3x
Siñóra / glóra 2x

Em geral, as rimas são perfeitas. E, considerando as rimas na base da pronúncia espontânea, resultam igualmente perfeitas certas rimas que, devido à predominância da imagem gráfica, poderiam não parecê-lo, como:

ignorância / vingança
Senhora / glória
acabou / creador
custou / creador

onde, porém, na pronúncia espontânea, há a redução do ditongo átono final *ia* para *a*:

ignorância — iginorãsa
glória — glóra

ou a redução do ditongo tônico final *ou* para *ô*:

acabou — akabô
custou — kustô

ao lado da apócope do *r* final em

creador — kreadô

resultando, portanto, rimas perfeitas:

iginorãsa / vîgãsa
Siñóra / glóra
akabô / kreadô
kustô / kreadô

como rimas indiscutivelmente imperfeitas observamos apenas:

famila / Maria
miña / divina.

VII

Onde, porém, ressalta com tóda a nitidez o caráter popular do ABC, é no *aspecto fonético* o qual, na sua espontaneidade, reflete a linguagem corrente, dando-nos assim valiosas informações (8.)

O autor do ABC está alfabetizado, mas predomina nêle o aspecto fônico sôbre o gráfico como se pode observar no ar-

ranjo alfabético das iniciais das quadrinhas quanto ao *H*, *U* e *X*, fazendo distinção na ordem alfabética mas não na pronúncia. Quanto ao aspecto fonético em geral, a nota interessante é a não generalização de certos fenômenos comumente dados como de validade geral na linguagem popular, por ex. a apócope de *r* final, etc. Mas vejamos alguns pormenores:

Vogais e ditongos.

1. — *a*, *e*, *u*, tônicos finais, quando seguidos de *s* ou *z*, sofrem ditongação:

mas — mais
 trás — tráis
 Jesus — Jesúis
 luz — lúis
 cruz — krúis
 vez — vêiz

2. — *ei* e *ou* reduzem-se a *ê* e *ô*

lê — lei
 rê — rei
 lâsê — lancei
 farê — farei
 rênu — reino
 akabô — acabou etc.

mas: kreiu — creio; deixei — deixei; sei; kriei — criei.

3. — *i* tônico passa para *é*; vive — véve

4. — *e* prético passa a *i*:

Siñóra — Senhora
 iskeser — esquecer
 mas: eskesidu — esquecido.

5. — *e* átono final passa para *i*:

tivi — tive et passim

6. — *o* átono final passa a *u*:

planu — planos
 pésu — peço
 divinu — divino et passim.

7. — o tônico passa a *u*:

nu — no

u — o

du — do

kû — com

nus — nos

mas: todos, os nos;

8. — e tônico final passa a *i*:

si — se

i — e

ki — que

di — de

mas: ke — que; pokê — porque; me; e;

9. — dissimilação: *i* — *i* *o* — *i*

crucificado — krusofikadu

10. — epêntese:

ignorância — iginorãsa

advertência — adivertêsa

11. — prótese:

lembrando — alêbrãdu

mas: lembro

12. — redução do ditongo átono final *ia* a *a*:

glória — glóra

ignorância — iginorãsa

família — familia

advertência — adivertêsa

Consoantes

1. — apócope do *r*: kreadô — criador

mas: lãsê uz ol'os ...; dêxêi meuz anus ...; setêta i
kuatru anus...

O adjetivo, o pronome, quando antepostos, apresentam flexão numérica: meus planu; todoz oz dia; mas não quando pospostos: setêta i kuationo anus vêsidu. Na comparação deparamos com o comparativo analítico: mais bem por melhor, comparativo êste, porém, com muita fôrça expressiva.

Também há algumas observações interessantes relativas à *sintaxe*:

O autor prefere a justaposição — simples coordenação as-sindética — à subordinação; quadrinhas muito características são as do *J*:

Já tivi gôstus na vida
tivi dezgôstu tâbê
agóra só pêsú ê Deus
kada vêiz me axu maiz bê

Já tivi gôstu nu mûdu
já kriêi miña familia
agóra só pêsú ê Deus
fil'u da virje Maria.

Das conjunções subordinativas prefere: porque.
O sujeito no plural deixa o verbo no singular:
meus planu já se akabô

Quanto à regência, chamam a atenção construções como: chegar em: xêgu / nu séu nu rênu da glóra
é custoso de = custa:

É kustôzu di pasá
É kustôzu di ikôtrar

proteção... (de, para) alcançar:
kê tivér a protesãu
du divinu rê da glóra
arkãsá a sarvasãu.

fé... (de, em) alcançar:

vê — ver
fiká — ficar
sê — ser
tivé — tiver et passim

mas: tiver, linha 22; ikôtrar, linha 29; iskeser, 1.53

2. — apócope do *s*:

planu — planos
dia — dias
vêsidu — vencidos
brasu — braços

mas: olhos, todos

3. — *em* átono final desnasaliza-se passando a *e* breve:
virgem — virje

4. — troca de *l* por *r*:

alcançar — arkãsá

salvação — sarvasãu
 salvar — sarvá
 mas: salvasãu em linhas 72, 92 e 100.

5. — síncope do *r* em: porque — pokê
 mas: porkê em linha 8

6. — caso interessante de uma supercorreção é: mundarele
 por mundaréu.

A curta extensão do ABC nos oferece pouco material, não se prestando para conclusões gerais. O que se pode dizer é que, embora se encontrem no ABC os fenômenos fonéticos típicos para a linguagem popular, não existe uniformidade no tratamento dos fonemas.

VIII

Quanto à *morfologia* observa-se: A flexão numérica do substantivo por meio do *s* está desaparecendo. Geralmente o plural é indicado pelos determinativos que precedem o substantivo:

meus planu = meus planos
 todos os dia = todos os dias
 nus brasu = nos braços
 pokê têñu fé ê Deus
 arkãsá a sarvasãu

Na colocação dos pronomes temos:

me alêbrãdu di Jesúis

Também aqui a curta extensão do ABC não permite tirar maiores conclusões, a não ser que se trata de fenômenos característicos para a linguagem popular.

Conclusão

A presente comunicação tem por fim tornar conhecido mais um Abecedário do Rio Grande do Sul.

Prova ao mesmo tempo que uma pesquisa sistemática poderá enriquecer bastante os nossos conhecimentos quanto à existência de abecedários em nosso Estado.

Pretende chamar a atenção dos estudiosos sobre o tema descomunal e, como parece, até agora ignorado em abecedários.

E, finalmente, espera ter demonstrado, através do comen-

tário lingüístico-filológico, o caráter eminentemente popular do "ABC da minha religião."

NOTAS

1. — Quanto aos ABC, consulte: Câmara Cascudo, Dicionário do Folclore Brasileiro, Rio de Janeiro, 1954, Instituto Nacional do Livro.
2. — Em: verbete ABC do Dicionário enciclopédico do Rio Grande do Sul, Pôrto Alegre, 1936, 1.º Volume, fasc. I Editorial Minuano Limitada.
3. — Em: Guia do Folclore Gaúcho, Rio, 1951, Gráfica Editôra Aurora, Ltda.
4. — De autoria ignorada e enviado por alguém ao prof. Walter Spalding.
5. — Nas obras citadas nas Notas 1. — 2. — 3.
6. — Tenho recolhido dêste mesmo capelão, por meio de gravação, um têrço rezado e cantado, a ser publicado oportunamente.
7. — Vê a respeito da rima: J. Mattoso Câmara Jr., para o Estudo da Fonêmica Portuguesa, Cap. III: A Rima na Poesia Brasileira, Rio, 1953, Edição da "Organização Simões".
8. — Vê a respeito: Elpídio Ferreira Paes, Alguns aspectos da Fonética Sul-Riograndense (Contribuição ao Congresso da Língua Nacional Cantada); — Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Ano XVII, Pôrto Alegre, 1938, Livraria do Glôbo.

O “MECANISMO DOS PREÇOS E O PROBLEMA DA INFLAÇÃO

RENATO COSTA

Professor de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul.

“Essencialmente, a economia política, — ensina Gaetan Pirou, em sua notável obra póstuma sôbre “La Valeur et les Prix”, escrita em 1945-46, — é o estudo dos fenômenos do valor e dos preços. Considerava o eminente e saudoso catedrático da Faculdade de Direito de Paris, que ao abordar-se êste capítulo, dos mais excitantes, penetrava-se “no próprio coração da ciência econômica”. Tal é a importância e complexidade do problema, que êle impõe ao economista uma série de questões, da mais alta estrutura, como a que suscita a indagação “dos fatores que comandam o nível dos preços, e suas variações no tempo e no espaço”, e a razão “porque determinados bens têm um valor”, ou “de que elementos depende o grau mais ou menos elevado dêste valor e “em que proporções se combinam êstes elementos”?

Embora alguns teóricos da economia pretendam, como o economista russo P. Struve, atribuir aos “movimentos dos preços” uma preeminência absoluta, na formação da estrutura dos ciclos econômicos, a tal ponto “que acima e abaixo do preço, não existe nenhum fenômeno econômico real”, não é possível, contudo, subestimar-se o estudo da “teoria do valor” que, como salientam Ch. e Ch. H. Turgeon, “é êle a chave-mestra de tôda a economia política”.

François Perroux, como assinala G. Pirou, notou ainda recentemente “que se o preço é uma realidade” central e muito “aparente” não é, entretanto, a realidade “última”, cuja explicação não se pode enunciar se, à retaguarda, não se fôr procurar a realidade *mais profunda e mais geral*, da que o preço é expressão “lídima”.

Seria, pois, em contra-senso e uma restrição descabida negar um lugar de destaque à “teoria do valor”, que encheu o cenário econômico do sec. XVIII e do sec. XIX de eruditas e acesas disputas, em tôrno da teoria do “valor-trabalho”,

da teoria do “valor-utilidade” e das afirmações brilhantes da “escola austríaca” sobre a “teoria da utilidade marginal”.

Ao passo que as “teorias do valor” indagam da “causa” e do mecanismo das “avaliações”, do julgamento psicológico dos indivíduos, as que procuram definir “os preços” são, como ensina Pirou, menos ambiciosas. Tratam de fixar “o valor de mercado, e de situar o essencial de suas análises sob o signo da “troca”. A “teoria dos preços”, esclareceu êle, está incrustada no quadro “da oferta e da procura”. Uma cousa é descobrir o organismo interno do valor, outra - a de exprimir as diferentes relações quantitativas em que os valores podem se encontrar entrelaçados entre si, sob o nome de preços, advertem os economistas Ch. e Ch. H. Turgeon.

É inegável que “a oferta e a procura” exercem uma ação direta sobre os preços, mau grado o desprestígio a que quizeram, alguns autores, reduzir a debatida lei da oferta e da procura. G. Valois, m sua “L’Économie Nouvelle’ nega-lhe um conteúdo científico e avança que ela, — a lei da oferta e da procura — é “uma das mais espantosas invenções dos economistas” e “a mais ôca tolice que tenha produzido a ciência econômica”! “É um verdadeiro escândalo vê-la ensinada como uma verdade científica nas escolas oficiais e privadas, — observa Valois, cuja crítica, como a de G. Tarde, não parecem pertinentes ao professor G. Pirou.

A “lei da oferta e da procura” fornece antes um “aspecto” do que uma “explicação”, observa Pirou, ela não implica numa relação “de *causalidade irreversível* entre a oferta e a procura, de uma parte, e o preço, doutra parte, pois que, na maioria dos casos, o preço, vez fixado reage sobre a oferta e sobre a procura.

Nem há - como acentuava S. Boldur - uma contradição nas teses tradicionais sobre as relações entre a oferta e a procura, de uma parte pois que, na maioria dos casos, o preço uma de um lado, e os preços, doutra parte, por isso que, como salienta Jean Marchal, “as relações entre o preço e a procura devem ser encaradas, separadamente, sob o ângulo “estático” e do ângulo “dinâmico”. Se se tiver em vista “um dado momento do tempo”, a procura que corresponde a um preço elevado é mais fraca que a procura que, neste mesmo momento, corresponde a um preço baixo. Não é correto expressar esta verdade — observa J. Marchal — pela fórmula: se o preço *sobe*, a procura *diminui*, porque as expressões “subir” e “diminuir” implicam um movimento, por consequência, “um intervalo de tempo”. De resto, dos diferentes preços considerados, um só se realiza efetivamente no dado momento; os outros, não são sinão preços “virtuais”. É só quando se consideram as causas no “desdobramento do tempo”, que surge a outra relação:

quando a “procura” aumenta, o preço sobe. Gràficamente, isso se traduziria por uma sucessão de curvas que se situarão mais distanciadas do ponto de origem das coordenadas.

Que é o preço? A lição do prof. L. Baudin

“O preço — ensina o prof. Louis Baudin, da Faculdade de Direito e da Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris — é a expressão monetária do valor de troca e tem por fim obter o equilíbrio da oferta e da procura”. A presença das ofertas e das procuras é o que constitui “um mercado”. O conjunto dos desejos apoiados por “um poder de compra” correspondente, é o que se denomina “procura efetiva”. Este “poder de compra” — segundo a lei “des débouchés”, de J. B. Say, é representado por mercadorias ou serviços; a moeda não é senão o seu meio de transferência. Quem produziu um objeto — explica êle — ou forneceu um serviço desejado por outrem, pode esperar obter o produto ou o serviço que lhe interessa.

Aquêle que não conseguiu ter consigo “um poder de compra” suficiente, deverá conformar-se em não haver produzido o que os outros desejam; o que tiver maior “poder de compra” — dominará o mercado. Não há, no caso, intervenção nenhuma da autoridade; o sistema é “mecânico”.

Num regime “de concorrência perfeita”, ainda esclarece Baudin — pode-se constatar, primeiro, uma “regra de unidade”: o preço é único, em um dado momento, para um determinado objeto; uma “regra de ação”: quando a procura excede a oferta, o preço tende a subir; e quando a oferta a procura, o preço tende a baixar; uma “regra de reação”: a “alta dos preços” faz reduzir a procura e aumentar a oferta; a baixa dos preços gera, então, conseqüências inversas; “uma regra de equilíbrio” (a lei da oferta e da procura): o preço se estabelece em um nível tal que a oferta iguala a procura; há uma justaposição de interesses, um equilíbrio de desejos. Sustenta o prof. Baudin que “tôdas estas relações são funcionais, traduzem uma “interdependência” dos três elementos: oferta, procura e preços, mas nenhuma “proporcionalidade” necessária entre os seus movimentos.

Essas “regras” não são, evidentemente, abstrações.

A última delas se denomina “elasticidade”, isto é, a amplitude da reação da oferta ou da procura nos movimentos dos preços. O “coeficiente de elasticidade” é, segundo êle, a proporção na qual uma fraca variação de preços modifica a quantidade oferecida, ou procurada. Há “elasticidade” da procura, quando a variação do preço gera uma variação no sentido inverso mais do que proporcional da quantidade procurada, elasticidade inferior à unidade, no caso contrário.

Nenhum autor moderno precisou com maior segurança o

“dinamismo” da oferta e da procura. Quando a “procura” aumenta exatamente na proporção em que o preço baixa, “a elasticidade” é igual à unidade e a receita total efetuada pelos vendedores é independente do preço: mais os produtores elevam os seus preços, menos vendem. E o prof. Baudin exemplifica: no caso de uma oferta de gêneros perecíveis, ela é rígida, uma vez que a quantidade oferecida deve encontrar tomadores, a qualquer preço; a procura de objetos de primeira necessidade é pouco elástica.

É possível constatar-se — esclareceu o eminente professor — caso de elasticidade inversa. Assim, certos produtos de luxo são tanto mais procurados se são mais custosos, porque, o seu valor é precisamente devido ao custo que representam.

Pode suceder também que uma diminuição de preços de uma determinada mercadoria incite o produtor à maior produção, a fim de manter os seus lucros. Será de sua parte um erro de interpretação “do movimento dos preços” — erro que, como assinala Baudin, de quem estamos reproduzindo os trechos mais incisivos sobre o problema “da flutuação dos preços” — poderá levá-lo à ruína. A baixa “do preço” indica, com efeito, que a oferta é superior à procura; ela incita o produtor prudente a diminuir esta oferta; caso contrário, a superprodução relativa se agravará e o preço cairá ainda mais. Daí o concluir o eminente economista que “o mecanismo dos preços” não é somente processo de seleção, é, também, “meio de orientação”. O empresário observa os movimentos deste mecanismo, no qual “a alta” é um incitamento ao aumento da oferta e “a baixa” um aviso para restringi-la.

Disto resulta — observa êle — que tôda *intervenção* destinada a modificar o preço, através do Estado, destrói o “mecanismo” e deixa o produtor desorientado.

Do preço normal

Há, no mercado, o que se denomina de “preço normal”, ou “preço de mercado”, constatado num dado momento da conjuntura. É muito variável e resultaria do livre jôgo das forças econômicas, se as condições gerais da vida permanecessem estacionárias, durante um tempo bastante longo, para permitir-lhes que produzissem todos os seus efeitos. Ensina Baudin que o “preço normal” é, pois, “virtual”, e jamais é atingido. É, no entanto, o que permitiria a adaptação da “oferta e da procura” e o que objetiva o produtor. Dêste modo, se apreende o sentido do “mecanismo dos preços”, regulador econômico que realiza um equilíbrio momentâneo por eliminações e procura obter um equilíbrio duradouro, que a vida destrói constantemente.

Há uma singularidade no “preço do mercado”, por parecer destacado do “custo de produção”: o “preço normal” reintegra êste elemento com o qual êle tende a se identificar. De fato, com o tempo — é ainda a lição esclarecedora de Baudin — “o preço do mercado” não pode mais permanecer inferior ao custo, porque o produtor não poderia sempre trabalhar com prejuízo, apesar de que muitas emprêsas preferem muitas vezes suportar uma perda do que interromper o trabalho, a fim de cobrir seus gastos gerais consideráveis e evitar que o seu operariado seja levado ao “chômage”, recorrendo ao crédito ao prazo longo; situação que não poderá prolongar-se, indefinidamente. Também êste “preço do mercado” não pode se manter superior ao custo, pois que a concorrência seria fator de influência decisiva no mecanismo.

O “custo de produção” é uma média; difere segundo as emprêsas. Para que a “procura” seja satisfeita, é preciso — conclui Baudin — que o “preço normal” permita às emprêsas mais desfavorecidas, entre as que provisionam o mercado, continuar a trabalhar; êste “preço” se fixa pois no nível do custo mais elevado destas emprêsas. Finalmente, sob a influência da concorrência, o “preço do mercado” tende para o custo do produtor marginal, ou o que trabalha sob o mais alto custo, entre os produtores fornecedores do mercado.

Estas regras são aplicáveis e se verificam nos casos de “formação de preço em regime de concorrência perfeita”, em que não há êntentes limitativas e nenhum constringimento à ação e liberdade dos mercados.

A formação dos preços em caso de monopólio absoluto

Neste caso, o “monopolizador” - “senhor da oferta”; não teme a concorrência, e exerce plena e absoluta influência sobre os preços. Dispõe-se — como esclarece Baudin — das duas balanças: das quantidades e dos preços. O “custo de produção” não tem nenhuma interferência, “senão como limite abaixo do qual o preço não poderia se reduzir”. Só há uma resistência capaz: a do consumidor, ao retirar-se do mercado, se o preço é excessivo, ou de procurar sucedâneo menos oneroso. O único elemento que o monopolizador terá de encarar é o da “elasticidade da procura”. Baudin exemplifica, então, com o “monopólio de venda”, pois o de compra é muito mais raro, em que o “custo da produção” por unidade é constante. O monopolizador trata de saber que combinação de quantidades e de preços lhe assegura o “lucro maximum”. Não é êste “preço maximum” o que êle impõe, porque é provável que a êste preço o consumidor desaparecerá. Um monopolista, que vende 200 unidades com um lucro de 50 cruzeiros por unidade, não tem

der senão 80 unidades, reduzindo, como observa Baudin, o seu ganho total. Geralmente, êste “preço optimum” é superior ao preço da concorrência e pode suceder que o “monopolista” encontre vantagem em reduzir sua oferta a fim de subir os preços, quando a procura é rígida.

No caso da “superprodução rentável”, é ela anti-social, tornando o monopólio impopular. O perigo do monopólio — adverte Baudin — está em que sendo os produtos necessários, mais rígida é a procura, e mais os preços tendem a se elevar. Daí, por que os gêneros agrícolas, particularmente, não poderiam ser objeto de “monopólios”, sem grave risco para os consumidores, em geral.

Os preços num “mercado imperfeito”

O monopólio, raramente, é absoluto; subsiste quase sempre uma “concorrência residual”, constituída por um pequeno número de empresários independentes, ou “virtual”, formada por indivíduos que se dispõem a produzir, se as circunstâncias são favoráveis, e se o monopolizador eleva exageradamente os preços — como acentua aquêlê professor.

O Estado poderá impedir o surto dos monopólios — que objetivam a livre influência das leis econômicas nas trocas — através uma legislação repressiva, como se verifica em muitos países. unitário seja o duplo, se a êste novo preço conseguisse vender interêsse em levar o preço a uma soma tal que o seu preço

tos países. Baudin — que melhor entre os economistas contemporâneos se ocupou dêste problema — define o “mercado imperfeito aquêlê que contem ao mesmo tempo elementos de concorrência e elementos de monopólio.” Êle pode se verificar quando o ofertante sabe que se êle pressiona pela concorrência o seu rival, se arrisca de deflagrar uma luta que fará baixar os preços e prefere então evitar um embaraço desta ordem. Tudo se passa - esclarece êle - como se existisse uma “entente” que, em verdade, não existe. Procuram os ofertantes dividir a clientela, do que mover uma campanha prejudicial. É o “duopólio”. vizinho do “monopólio”, para eliminar a concorrência. Pode suceder também que o “mecanismo dos preços” seja falseado através “relações pessoais” entre as partes, sem que haja um acôrdo expresso, ou pela preferência dada pelos consumidores a certas “marcas”, em determinados produtos.

Em capítulo especial, o prof. Baudin examina diversas modalidades “de preços” e suas características diferenciais, como “preços de varejo”, em geral, superiores aos “de atacado”, uma vez que, naqueles, deve se somar o “preço de custo” das mercadorias a varejo, e que, além dos preços de ataca-

do, compreende os gastos de transporte, o custo de instalação, as despesas com o pessoal, os juros do capital, os impostos, perdas eventuais, o lucro do intermediário, etc; os “preços dos subprodutos”, cuja oferta e procura são comandadas por condições inerentes ao produto principal e geralmente desequilibradas; os “preços diferenciais” de uma mesma mercadoria, estabelecida pelo vendedor visando determinados fins econômicos e sociais; os “preços fixos”, que estão sujeitos aos preços do mercado e às suas leis reguladoras; os “preços impostos”, fixados geralmente pelas emprêsas, a fim de evitar o encarecimento do produto, ou a sua baixa pelo intermediário, suprimindo a concorrência entre os varejistas e tornando-os agentes passivos; o “justo preço” que, na Idade Média, obedecia a uma ética geral, e, hoje, é função “do justo salário” e “do justo lucro”, de modo a proporcionar ao produtor e ao operário uma remuneração eqüitativa, sem o sacrifício do consumidor; e, finalmente, os “preços fictícios”, fixados arbitrariamente pela autoridade pública, “incapazes de orientar a produção e de se adaptarem à oferta e à procura”. São sociais, públicos, políticos ou institucionais, e, ao invés “de determinados, tornam-se determinantes”. É a autoridade que os manipula, para “dirigir” a oferta e a procura”, como os preços tabelados, que constituem, segundo Baudin, grande perigo se os governos não se inspiram no interesse geral.

Monopólio ou o regime da concorrência?

Qual dos dous regimes atende melhor o interesse público e melhor se adapta ao mecanismo dos preços?

A “escola clássica” sustentava que “monopólio” significava carestia e “concorrência” mercado conveniente, parecendo-lhe extravagante e impertinente, em si, o enunciado do problema.

A resposta não é, como parece à primeira vista, ensina o prof. Ch. Gide, em seu “Cours d’Économie Politique”, tão simples, porque se é verdade que “a concorrência” assegura o preço mínimo, ou o mais aproximado “do custo de produção”, porque os vendedores, desejosos de colocar as suas mercadorias, disputam a preferência da clientela, e jogam, entre si, com o sub-encarecimento do produto, na persuasão de que o aumento dos compradores compensará a redução dos lucros, contudo, dêsse mecanismo poderá resultar a elevação “do custo de produção” e também, por contra-golpe, a do preço.

Mas, é verdade que o monopolizador geralmente mantém — observa Gide — os preços mais altos do que na livre concorrência, uma vez que o preço lhe assegurará “o lucro maximum”, e de nenhum modo aquêle que lhe permitirá a colocação

da maior quantidade possível de produtos. Pode mesmo ter maior interesse em suprimir do mercado uma parte da produção, pondo em conflito o interesse do consumidor e o interesse geral.

Entende Gide “que a fixação dos preços mesmo em regime de monopólio não é arbitrária, porque ela é também determinada pela procura, mas não mais pela oferta”.

É preciso, contudo, lembrar que os processos bárbaros empregados pelos “monopolizadores” para reduzir a oferta e se assegurarem preços altos, são ainda recentes, e invalidam, em parte, as conclusões otimistas dêsse eminente e saudoso professor da Universidade de Paris. A história econômica ilustra melhor a tese dos perigos que oferecem os monopólios, quando, através de processos desumanos, procuravam reduzir e eliminar as safras agrícolas, de modo a evitar “o mecanismo dos preços” e a influência das leis econômicas nas relações e trocas individuais.

Dêste modo, a lei da oferta e da procura, consubstanciada na fórmula clássica “de que o valor de troca varia na razão direta da procura e na razão inversa da oferta,” perdeu muito de sua substância fundamental, para exprimir o valor e o preço, porque uma redução *de metade* na quantidade oferecida — como esclarece Gide — não importa necessariamente duplicação dos preços; e porque a verdade é que, ao invés “da oferta e da procura” regularem os preços, êstes é que as regulam, uma vez que o aumento da procura faz elevar os preços e a alta dêstes implica em reduzir a procura e porque os termos da equação: “oferta” e “procura” não tem um sentido inteligível.

A doutrina “dos preços” na economia contemporânea

Ao estudar o problema da “avaliação do produto nacional e os preços”, ensina o prof. Raymonde Barre (da Faculdade de Direito de Caen, na França), em seu notável Manual de “Économie Politique” (sob a direção do prof. André Marchal (da Faculdade de Direito de Paris), edição “Presses Universitaires de France” — 2 vls. — 1956 — “Collection Thémis” — que a avaliação do produto nacional se efetua no momento de um processo de troca, realizado por intermédio da moeda e dos preços.

Tôda a economia moderna, fundada sôbre a divisão social do trabalho é caracterizada pela moeda e preços: se os encontram tanto num sistema capitalista como num sistema coletivista, do tipo de “organização centralizada”, como do tipo de “descentralizada”. Na análise “dos preços” é que se pode constatar — esclarece R. Barre — a diferença de signi-

ficação que apresenta — não obstante a identidade terminológica — um fenômeno econômico em economia descentralizada e em economia centralizada.

Naquela — na economia descentralizada — os centros econômicos “de consumo” procedem a trocas, entram em contacto com os centros econômicos “de produção” de bens de serviços. Estas trocas são mais ou menos livres, apesar de dimensões diferentes e de poder desigual. Numa economia, que pratica a divisão do trabalho — continua Barre — as trocas são facilitadas pela *utilização da moeda*. Elas se efetuam sobre mercados: um mercado pode ser geograficamente localizado, mas é, em sua essência, um espaço econômico definido, para um bem, ou um serviço, pelo conjunto das procuras e ofertas que concernem a êste bem. Êle é o centro das relações monetárias e dos cálculos em moedas que interessam a êste bem.

“Procura e oferta se fazem a um certo preço. O preço — define êle — é a *relação de troca* que se estabelece entre os bens e os serviços econômicos, de uma parte, a moeda, de outra. Êle se forma ao encontro dos desejos, armados “de poder de compra”, dos que querem obter um bem ou um serviço, que julgam útil, e de quantidades limitadas dêste bem ou dêste serviço, de que dispõem seus vendedores. O preço exprime, pois, em têrmos monetários, a utilidade e a raridade dos diversos bens e serviços sobre os mercados.

“Os preços, conseqüentemente, — esclarece o prof. Barre — representam um papel decisivo em economia descentralizada. São “indicadores” da produção e do consumo, e o ato das trocas está, de parte de um e outro campo de interessados (compradores e vendedores), subordinados aos preços absolutos e relativos; comandam a transferência dos recursos econômicos; por sensível, indicam as raridades existentes em função da procura e os empregos lucrativos, ou desencorajam as atividades nos ramos em que a oferta é superabundante. Finalmente, contribuem para a “repartição da renda nacional”; na medida em que as receitas dos vendedores cobrem os gastos de produção, isto é, os salários, os juros ou os lucros dos que participaram na obra de produção.

A complexidade e longitude dêste trabalho não permitem uma análise profunda da conceituação dêsse eminente professor, quando discorre com incomparável proficiência sobre “as formas do mercado e a fixação dos preços”, “as situações da concorrência” (a da “concorrência perfeita”, a do “duopólio”, a do “oligopólio”, a do “polipólio”, e a do “monopólio” simples), a “dos regimes particulares de formação dos preços em economia descentralizada”, com relação ao “preços agrícolas”, aos “preços de explorações públicas”, aos

“preços submetidos à intervenção direta ou indireta do Estado”, ao “custo de distribuição e do preço”, como “dos preços em economia centralizada”, e o sistema “dos preços soviéticos”, “da planificação e preço”, na economia russa, etc.

Seria dar uma extensão demasiada a êste ensaio, que procura fixar os pontos culminantes “do mecanismo dos preços” e dos seus agentes distorsivos.

Segundo os princípios gerais, enunciados pelo prof. R. Barre, o sistema dos preços, “em economia descentralizada”, é um mecanismo da coordenação das decisões tomadas por indivíduos, grupos, ou o Estado, e reflete a estrutura das ofertas e das procuras de iniciativas de todos os agentes econômicos, ao passo que, “em economia centralizada” — como é a soviética — os preços são um importante meio de ação utilizado pelas instâncias da “planificação”, para realizar os objetivos de natureza diversa, que elas atribuem à economia. “O preço deixa de ser um compromisso; está na dependência de um ato da autoridade. Cessa de ser um “mecanismo” de ligação entre a produção e o consumo; não dá a conhecer aos produtores o estado da procura, pois que a êstes só interessa a realização das tarefas fixadas pelo “plano”; não exprime os desejos e a escolha dos consumidores, mas — como adverte Barre — as escalas de preferência dos planificadores; melhor ainda, é um instrumento de orientação da procura e da ação sôbre a procura.

Conceito geral “de inflação” — Sua influência na formação dos preços

Não é fácil traçar os fundamentos gerais “da inflação” e fixar as linhas mestras do fenômeno inflacionário, tão complexas são as causas que o determinam e as conseqüências que acarreta, como salienta Roberto Pinto de Souza.

Em termos gerais, a “inflação” não é um simples aumento do volume monetário, porque é lógico — como ensina o eminente prof. L. Baudin — que êste volume de moeda aumenta ao mesmo tempo que se desenvolve a economia nacional. Mais transações existem, maior deve ser a quantidade da moeda. É a esta necessidade que corresponde “a elasticidade monetária”.

A “inflação” consiste em um aumento do volume monetário superior à do volume das transações. Várias teorias procuram explicar as causas determinantes do “processus inflacionário”, baseando-se umas nos “princípios quantitativos”, outras, que tomam como base a sua manifestação essencial — a alta dos preços e, finalmente, as que se orientam pela “teoria do rendimento”. “As primeiras, constituem o maior nú-

mero, e partem do princípio segundo o qual inflação é aumento de moeda e de crédito muito além das necessidades normais”.

Roberto Pinto de Souza — na sua recente e brilhante “Tese de Concurso” para a Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — esclarece que se filiam a êste princípio, entre outros, Hawtrey, Kemmerer e Pirou, quando atribuem à inflação “uma emissão excessiva de moeda”, ou “o excesso de quantidade de dinheiro e depósitos bancários em relação ao volume de negócios realizados”, ou “aumento das disponibilidades públicas, sem aumento paralelo do estoque de mercadorias”. Sustenta êsse economista “que as definições quantitativistas” não resistem à análise, primeiro, porque pode haver aumento de moeda em circulação sem aumento de preços, como se verificou na história monetária, na década de 1930 e 40; depois, porque pode verificar-se aumento de preços sem incremento do volume de moeda em circulação, no caso, por ex., “de desvalorização” para equilibrar o balanço de pagamentos, e, finalmente, porque “os quantitativos”, concebendo a moeda como mero instrumento de troca, desprezam sua “função de reserva do valor”.

O segundo grupo — o que toma como base “alta dos preços”, abrange os que, como Robinson, atribuem à inflação “a alta desordenada dos preços”, ou, simplesmente, como Jean Marchal, “a alta de preços”, ou como Flamant “o processo da alta geral dos preços”. Ora, como acentua R. P. de Souza — “nem tôda alta de preços é inflacionária (a do período de recuperação, por exemplo) e nem tôda inflação vem acompanhada da alta de preços (inflação reprimida)”.

Ao terceiro grupo de definições, que sustenta “o princípio do excesso de procura agregada efetiva sôbre a oferta, excesso causado pela não correspondência entre as decisões de investir dos produtores e as de poupar dos consumidores”, corresponde uma notável plêiade de economistas, como J. M. Keynes, na sua “General Theory”, para quem a inflação é “aumento da procura efetiva em situação de pleno emprêgo”, ou “aumento do poder de compra sem correspondente acréscimo simultâneo do volume da produção”; ou “excesso da procura sôbre a oferta” (de Lerner); ou “situação em que existe excesso de procura nos mercados de muitos bens” (de Bent Hansen), ou, finalmente, “diferença de elasticidade entre a procura e a oferta no movimento ascendente do rendimento global, sendo a elasticidade de procura mais forte do que a elasticidade da oferta, determinando essa diferença desajustamentos que se sustentam e se acentuam acumulativamente” (in “Da Inflação” — Tese cit. — de Roberto P. de Souza — págs. 12 e 14).

Segundo a teoria econômica contemporânea, pondera este escritor, “a inflação se caracteriza, de um lado, pela “elasticidade” da procura e “rigidez” da oferta em relação aos movimentos do rendimento; e, de outro, pela “inelasticidade” da oferta e da procura, em relação aos preços, e, finalmente, pelo desenvolvimento acumulativo dos efeitos resultantes”. Seguindo de perto a definição de Horsefield, dá Roberto P. de Souza um conceito “de inflação” que, apesar de não considerar perfeito, reúne, entretanto, os seus aspectos essenciais e suas conseqüências perniciosas: “é a expansão de fatores dinâmicos e acumulativos que determinam, em certas circunstâncias, aumento mais rápido e contínuo da renda monetária do que da renda real e ocasionam, de um lado, excesso de procura agregada efetiva em relação à oferta global, e, de outro, incremento da renda real, em proveito de um ou vários grupos, e em detrimento de outro ou outros grupos da comunidade”.

A que grupos econômicos beneficia a inflação?

De modo geral, beneficiam-se com a inflação — esclarece esse economista —, os “grupos econômicos” de rendimentos elásticos. Mas, os de rendimentos fixos e reduzidos, são os que devem suportar os seus efeitos perniciosos. A inflação beneficia “os devedores”, notadamente, quando as dívidas são a prazo longa ou médio, em que a inflação se torna mais violenta, uma vez que sendo elas expressas em moeda, perde esta o valor à medida que os preços se elevam. Pelo contrário, os “credores” são os que suportam os efeitos ruinosos da inflação, uma vez que na liquidação vão ser pagos em moeda de poder de compra bem inferior ao que deram em empréstimo.

Uma outra categoria de grupos econômicos — os industriais — se beneficia grandemente com a inflação, face à valorização, em termos monetários, dos estoques e de produtos primários. Aproveitam-se “do tempo” e realizam liquidações a preços mais elevados, de produtos de custo inferior aos custos de produção atuais. Vendem aos “preços inflacionados” bens produzidos a custo muito mais baixo, além de lucrarem também como investidores de capitais obtidos em empréstimos.

São os “salarizados” e os que estão sujeitos a rendas fixas (como juros de dívida pública, pensões, alugueres, etc.) os que, como adverte esse economista, mais sofrem com a inflação, mormente, os últimos. Aquêles, podem reajustar os salários “à alta do custo de vida”, motivada pelo “processus” inflacionário, ainda que em prazo retardado, sem que se interrompam os efeitos perniciosos da inflação continuada. É uma solução meramente provisória, sem profundidade alguma.

Aos “agricultores” usuários, em geral, de empréstimos a prazo longo, como os industriais, beneficia a inflação, da vantagem de produzirem “a custo sempre em atraso”, com relação aos preços vigorantes no mercado, à época da venda do produto. Naquelas indústrias que produzem serviços de utilidade pública, são setores onde os efeitos danosos da inflação produzem piores desgastes, em geral, sujeitos ao controle oficial, notadamente, no que se refere “ao preço de venda” dos serviços e lucros, a serem distribuídos.

Afirma-se que a inflação favorece “aos países subdesenvolvidos”, uma vez que a poupança forçada fomenta os investimentos e, por consequência, a *formação de capitais*. Isso só é possível — como adverte Roberto Pinto de Souza, em seu excelente ensaio sobre “A Inflação” — quando esta resulta de créditos bancários aos agentes da produção; quando, porém, ela decorre da prática viciosa “das emissões” para cobrir deficits orçamentários, provenientes dos excessos de gastos administrativos, isso não se verifica, porque “a poupança forçada” se anula através das despesas governamentais.

Em linhas gerais, a inflação, sob qualquer ângulo, que se a encare, constitui grave empecilho “ao desenvolvimento da economia nacional” e é um fator de injustiça social, porque redistribui, de forma desigual, a riqueza e os rendimentos, em prejuízo de determinados grupos sociais, e em benefício de outros, de grandes e médios rendimentos elásticos.

Politicamente, as suas distorções agravam um dos setores mais estáveis da vida nacional — a classe média —, e também a de menor resistência econômica, como precipita o problema social do operariado, através “das greves e os conflitos de trabalho, típicos de períodos inflacionários”.

Combate à inflação — Política anti-inflacionária através de medidas monetárias, fiscais e complementares

Mal de proporções imensas, “a inflação é sempre uma fonte de injustiças” ensina o eminente professor Louis Baudin, em “La Monnaie et la formation des prix” - é imoral, porque castiga desigualmente todos os habitantes; é uma apropriação, sem indenização, de certas categorias de indivíduos em proveito de determinadas outras categorias sociais; é um foco de corrupção e de imoralidade progressiva. E, na definição do prof. E. Gudín “um estado de coisas em que se criaram “direitos de haver” em quantidade maior do que a das mercadorias e serviços que podem ser “havidos” aos preços vigentes”.

Sendo a inflação, como vimos linhas atrás, resultante do excesso da procura agregada efetiva sobre a oferta de produtos, e conseqüente intervalo inflacionário e alta de preços, tem

admitido a teoria econômica que os principais fatores inflacionários estão representados pelo “deficit orçamentário”, os “investimentos” e o “saldo de balanço de pagamentos”: responsáveis pelo aumento do meio circulante, como salienta Roberto Pinto de Souza. Em contra-partida, considera êle como único elemento deflacionário: a poupança. Para evitar a inflação, ou conter o seu desenvolvimento, é preciso o emprêgo de medidas que impeçam a procura agregada efetiva ascendente à oferta de bens, destinadas a conter as fôrças inflacionárias, ou seja, como esclarece êsse economista, os efeitos do déficit orçamentária, dos investimentos, do saldo no balanço de pagamentos, e incrementar a poupança. “Contudo, a inflação não é decorrência exclusiva desses elementos, por isso que implica também na existência do pleno emprêgo e êste se traduz, em geral, por pontos de “estrangulamento”. Daí, a necessidade da adoção de medidas tendentes a evitar os efeitos inflacionários decorrentes da “inelasticidade” de determinados setores da produção, ou melhor, que atenuem ou eliminem os “gargalos” da economia do país”.

Essas medidas da política anti-inflacionária e de combate à inflação compreendem três ordens de providências: monetárias, fiscais e complementares, sendo que as primeiras se revestem de maior profundidade e relevância, que as demais.

No erudito trabalho, que serviu de base à sua Tese de Concurso, Roberto Pinto de Souza enumera as várias espécies de “medidas monetárias” geralmente afetas à política dos Bancos Centrais, pela restrição do excesso do poder de compra, e a ação direta sôbre o *meio circulante* e o *crédito*. A elevação “da taxa de redesconto”, pelo encarecimento do crédito, — mas a limites que pudessem desencorajar os bancos; do contrário, a medida seria inócua — seria uma providência monetária salutar. Concomitantemente, seria necessário “o equilíbrio orçamentário”, para evitar a expansão pelo Estado do meio circulante, e a influência das massas emissionistas nos depósitos bancários, como consequência das emissões desordenadas do poder público. “O mesmo ocorre, observa êle, caso o aumento da moeda em circulação se verifique, em determinadas circunstâncias, por saldos no balanço de pagamentos ocasionados quer por entradas de capital estrangeiro, quer por exportações maiores do que importações”.

O aumento das “reservas obrigatórias” dos bancos de depósitos, constitui outra providência de inegável caráter anti-inflacionário, insubsistente se o Estado, acusado por deficits orçamentários, resolve elevar o volume da moeda em circulação. Se fôr possível realizar esta política, de contenção do crédito e dos depósitos — através de emissões injustificadas

do meio-circulante — ter-se-á paralisado a alta dos preços, uma vez que esta exige volume sempre mais ponderável de moeda e de crédito.

As “operações do Tesouro ou do Banco Central no mercado livre”, isto é, a compra ou a venda de títulos públicos de crédito, ensejam também o combate à inflação, por isso que retiram moedas da circulação, diminuindo os depósitos bancários, desde, porém, que o Tesouro, ou o Banco Central, não devolvam à circulação a moeda, no financiamento irregular dos deficits orçamentários. Só num país, com irrepreensível “mercado de capitais” e a tradição dêste sistema de operação pelo público, se pode compreender a praticabilidade desta medida, que, muitas vêzes, oferece dificuldades e riscos ao crédito público. É hábito nos países sulamericanos o desapareço que se vota aos títulos públicos e desprestígio financeiro das suas cotações.

Entende o prof. Roberto Pinto de Souza que “determinadas restrições impostas às vendas a prestação” isto é, ao crédito ao consumo, seriam uma medida de combate à inflação, mas só aplicada em países em que são de relativo vulto essa espécie de transações. Do mesmo modo, a que se refere “aos empréstimos para compra de títulos”, somente exequível onde o “jôgo da Bôlsa”, requer medidas acauteladoras contra atividades especulativas e a expansão imoderada da moeda.

Em vários países da Europa — como depõe aquêle economista — foram necessárias medidas drásticas para dar combate “à inflação, mormente” quando ela domina a economia durante largo período”. Naqueles Estados, onde “as disponibilidades líquidas” atingiram proporções anormais, adotou-se a “reforma monetária”, ou a redução do valor através da elevação de preços e salários (tal a reforma monetária russa e austríaca em 1947, ou a alemã-ocidental, em 1948). Noutros, em que a inflação foi jugulada e os fundos líquidos não atingiram volume anormal, fêz-se “o reajustamento da seleção entre a poupança e investimento, com a elevação das receitas públicas sôbre as despesas (Dinamarca e Inglaterra); redução de investimentos públicos (Noruega); ou restrição ao crédito para consumo, adiamento das obras públicas (Canadá); ou obrigação de manterem os Bancos reservas mais elevadas, renúncia do Estado de assegurar as cotações das obrigações e adoção da política de crédito seletivo (Suécia), inclusive, em todos êles, “a elevação das taxas de redesconto”. Em outros Estados, como a Turquia, a Grécia e os ESTADOS UNIDOS, em que a inflação de livre curso predominou e a pressão inflacionária se exerceu pela especulação nos investimentos, adotou-se a política “de limitação quantitativa do crédito bancário, através

a alta da taxa de juro, de restrições ao crédito para consumo, de elevação das reservas bancárias e seleção de crédito. Finalmente, naqueles em que “a inflação decorreu por deficiência da importação” como no Iraque, Nova Zelândia e Libano, incrementou-se a importação e controlaram-se os preços (V. “Da Inflação” cit., de Roberto de Souza — pág. 152 e segs.).

Estas, as medidas virtuais, de caráter monetário, aconselhadas para dar combate à inflação.

As “medidas fiscais” — que se revestem de excepcional e decisiva importância na luta contra o processo inflacionário, isto é, sobre “as despesas governamentais, a propensão a consumir e a investir — três fatores essenciais de pressão inflacionária, na definição escorreita daquele economista, não são, como é de ver, de exequibilidade fácil. Dependem de difícil e duvidosa renúncia, quase sempre ilusória, dos órgãos governamentais. Só circunstâncias especiais, como uma guerra, tornariam possível a sua aplicação — afirma aquêl autor.

Elas podem sintetizar-se em quatro grupos: a) redução das despesas governamentais; b) o aumento de impostos, para reduzir os rendimentos em poder do público; c) a expansão do recurso ao crédito por parte do govêrno, através os empréstimos públicos e d) finalmente, a poupança compulsória.

Em relação à primeira dessas medidas, de *caráter fiscal*, pela redução das despesas públicas, visa-se “eliminar o efeito inflacionário da procura efetiva do Estado, através as “emissões”, no mercado de bens e de fatores da produção. O “equilíbrio” da despesa e da receita faz com que o Estado venha “a formar rendimentos sem contra-partida da oferta de produtos, elevando, por esta forma, o excesso da procura em relação às mercadorias e fatores de produção disponíveis. Considera aquêl escritor que “o equilíbrio orçamentário” é, contudo, elemento neutro; se não agrava, não beneficia.” Daí, a preferência não do “equilíbrio”, mas do “superavit” orçamentário — hoje, de difícil realização nos orçamentos públicos geralmente descontrolados. R. P. de Souza comenta as soluções alvitadas por R.S. Ritter para o problema orçamentário e consistentes na “redução das despesas públicas e volume constante dos impostos, para alcançar superavit; ou diminuição dos gastos e impostos, para obter o equilíbrio do orçamento, ou, finalmente, manter constantes os gastos públicos e aumento dos impostos, para conseguir excesso da receita sobre a despesa.

Seria realmente difícil, — adverte R. P. de Souza — a prática de qualquer dessas sugestões, tais os empecilhos que oporia o poder público, nem é suficiente arrecadar-se mais, porque o útil seria evitar-se que o Estado jogasse os dinheiros retirados da circulação, porque se êstes dinheiros são aplicados, mes-

mo em obras produtivas (no caso do plano de emprêgo), não se estariam deflacionando os rendimentos, uma vez que são devolvidos à circulação.

A segunda medida fiscal, anti-inflacionária, seria “a de contrair os rendimentos nas mãos do público mediante aumento de impostos”, de rígida execução porque “nem sempre deflaciona a economia e oferece “limites relativamente estreitos”. A adoção do “imposto direto” à do imposto indireto, seria preferível, apesar de ser considerado oneroso a uma determinada classe de contribuintes, porque tem a vantagem “de estabilizar os preços”. Ainda, a medida fiscal referente, “aos empréstimos públicos”, como providência anti-inflacionária, e relacionada por aquêle economista, no notável ensaio, que vimos acompanhando, tem a virtude de “conter a expansão do rendimento e, ao mesmo tempo, de evitar ao deficits orçamentários determinantes de aumentos de moeda em circulação”. Daí, a conveniência “da expansão do recurso ao crédito público”, que retiraria dos particulares-subscritores disponibilidades na aquisição de bens no mercado, acelerando os preços. “O recurso ao empréstimo — como observa R. Pinto de Souza — não é, entretanto, mar sem praias” . . .

A criação “da poupança compulsória” — como medida anti-inflacionária, é aventada por Keynes, “é tida como a de maiores efeitos anti-inflacionários” e visa “bloquear determinada percentagem do rendimento de cada um pela aquisição compulsória de bônus de poupança a serem reembolsados paulatinamente, dentro de prazo suficiente a eliminar o excesso “de poder da compra” nas mãos do público, durante o período inflacionário”. Nos E. Unidos, o presidente Roosevelt, em 1943 tentou utilizá-lo. Com esta, a do “empréstimo forçado”, — como a praticaram a Noruega, a Bélgica, a Holanda, a Tchecoslováquia, e o Brasil, também objetiva combater “a pressão inflacionária”, pela “retirada de parte do meio circulante e congelar grande soma dos depósitos bancários”, porque reduz “o intervalo inflacionário”.

Enumera-se ainda a aplicação “da taxa cambial” supervalorizada, como medida capaz de debelar a inflação, tornando empecilho às exportações e aumentando o consumo no mercado interno de mercadorias de produção nacional, uma vez que a medida “não afete substancialmente a receita cambial”.

Na tese, que vimos comentando, e na qual o ilustre economista brasileiro, o Dr. Roberto Pinto de Souza, esboçou, com notável erudição e equilíbrio doutrinário, o problema inflacionário, e as medidas de caráter monetário e fiscal, para debelar o fenômeno da inflação, alinha êle outras da substância, que considera real, como as atinentes a) ao campo da produção, —

pela preferência dada na distribuição de recursos a certos setores da produção, ou “de subvenções” oficiais a produtos e serviços de consumo genérico, a fim de evitar a alta dos preços de gêneros alimentícios, pela “subvenção” dos meios de transporte, de fretes preferenciais, de taxas aduaneiras módicas, para importação de material agrário, adubos, etc., que vão influir “no custo de produção” e barateamento do custo de vida e dos salários; b) as que se referem à política “dos salários”, de difícil execução e de alta sensibilidade pública, porque a sua efetivação está na dependência de fatores estranhos ao processo inflacionário, podendo agravar as condições gerais do custo de vida, pelo encarecimento da mão de obra; e c) finalmente, “pelo controle de preços e o racionamento”, como medida complementar das providências de caráter monetário.

Como se vê, a aplicação dessas providências, quer de caráter “monetário”, quer as “de natureza fiscal”, como as complementares” para combater a inflação, pelo rigor das duas conseqüências, deve obedecer às condições estruturais da economia nacional. Afirma êsse escritor “que não é muito aconselhável sua aplicação drástica em países subdesenvolvidos, em fase de avanço econômico” uma vez que se reconhece beneficiar” a inflação” o progresso da produção de países em atraso econômico. Mas de uma inflação “moderada”, para auxiliar “a expansão de áreas subdesenvolvidas”.

Medidas oficiais para anular o mecanismo dos preços — Sua inocuidade e ação artificial

O Estado pode pretender, através uma série de medidas artificiais, conjurar progressivamente os efeitos do mecanismo dos preços, sem que, entretanto, consiga modificar as conseqüências da conjuntura econômica, que influem na sua formação. Trata-se de medidas arbitrárias, sem nenhuma profundidade, e é comum se verificarem através “o bloqueio” (ou como denominam os franceses “le blocage”), o “tabelamento” (ou la taxation”) e a valorização. O “bloqueio” consiste na fixação dos preços a determinados limites em uma data certa. É — como ensina o prof. Baudin — “uma imobilização de um conjunto de preços. A vida dos preços fica suspensa. Esta medida brutal, geralmente destinada a imobilizar uma alta, cristaliza uma situação, que pode ser anormal. Praticamente, constitui um meio de estabelecer o embargo do Estado sobre os preços, deferindo aos poderes públicos o direito de autorizar ou não majorações. A alta sofrerá dêste modo retardamentos, de maneira irregular.

Para que ela possa influir na evolução dos preços terá o Estado — como adverte Baudin — de tomar medidas análo-

logas em relação aos fatores “do custo da produção”, sob pena de comprometer a estabilidade das emprêsas. O “bloqueio dos preços” arrasta também o dos salários, de difícil aplicação se persiste uma tendência para “a alta do custo de vida”. Sendo interdependentes os elementos da economia, quando se quer imobilizar um dêles, é preciso generalizar a medida.

Por sua vez, o “tabelamento” consiste na fixação arbitrária dos preços pela autoridade pública. É mais antigo êste processo e mais conhecido do que o “bloqueio”, menos rígido do que êste, podendo ser aplicado a uma variedade de produtos. Seus objetivos visam “favorecer” ou desencorajar certas produções; é “um instrumento de direção econômica. Sua aplicação é antiga e se a constata já em meados do sec. XVIII, mormente no decorrer do sec. XIX e nesta centúria, em que o Estado interfere continuamente no processo “dos preços”.

Baudin sustenta, com evidente lógica e acêrto, que o “tabelamento” colima geralmente num resultado contrário ao que se desejava. Com efeito, se se destina a evitar um encarecimento, com a fixação “de um preço inferior” se anula o jôgo da lei da oferta e da procura; o produtor, desencorajado, tende a reduzir a produção.

Ora, para conseguir-se a desejada baixa dos preços, conviria, pelo contrário, estimular o produtor, de modo a aumentar a oferta. Sucede, doutra parte, que a mercadoria deserta daquele mercado, onde não recebe tratamento adequado. Esta conseqüência — ensina aquêle eminente professor — é inevitável, uma vez que o preço “tabelado” é inferior ao “custo de produção”, e o empresário renuncia a um trabalho, que lhe ocasiona perdas irreparáveis. Inversamente, se o “tabelamento” visa evitar uma baixa excessiva dos preços, isso implica na fixação de um preço superior ao que resultasse do livre jôgo da oferta e da procura, e o produtor será encorajado e tenderá a aumentar a produção, que é já excessiva, determinando uma queda indesejável dos preços. Doutra parte, verificar-se-á a fuga do consumidor diante de uma mercadoria, que êle julga cara. Dêste modo, nos dois casos, o desequilíbrio, que se pretendia remediar, se agravará. Êstes exemplos mostram o perigo das intervenções oficiais em um mecanismo regulador.

Os poderes públicos não podem ignorar a pressão das forças econômicas naturais, contra as quais são ineficazes as medidas arbitrárias e coercitivas do Estado. Se conseguem dominá-las, aparentemente, em determinado setor, noutros, a reação destas forças se fará com maior violência, e se opõem um dique contínuo, não lograrão senão retardar os seus efeitos, tanto mais temíveis quanto maior fôr a duração dessa ação negativa. E o prof. Baudin exemplifica: quando certas

mercadorias são tabeladas e quando os preços dos demais produtos ficam livres, verificando-se aumento excessivo do volume da moeda, “a alta dos preços”, limitada pelo “tabelamento” no setor regulamentado, será tanto mais forte no setor livre. Sempre que os poderes públicos procuram impedir uma baixa geral de preços, não a conseguem senão por um tempo limitado, e, em dado momento, a queda sobrevem com uma violência que não se verificaria se o declínio pudesse se produzir, normal e lentamente.

“As ações e reações devidas a diversos movimentos são igualmente fenômenos complexos” — observa Baudin.

Infelizmente, os governos descuram destes fenômenos, e procuram ignorá-los, na sua rigidez maciça, ao tenderem dirigir, de modo arbitrário, os mecanismos reguladores da conjuntura. É preciso lembrar as distorções econômicas que essas medidas originam, como “o mercado negro” e a fuga dos produtos “tabelados”, para outros centros de consumo, onde inexitem os tabelamentos, além da excessiva “burocracia”, que deve manter o Estado, para fiscalizar a aplicação dessas providências paliativas..

Finalmente, “a valorização” e a “regularização” — são outros processos tendentes a influir no mecanismo dos preços. “Valorizar é procurar obter ou manter um preço superior ao preço da concorrência, agindo-se sobre a oferta, e “regularizar” é reduzir-se a amplitude dos preços.

Enquanto que, pela “valorização” se procura modificar a tendência geral dos preços, na “regularização” se a respeita, empregando-se, via de regra, a “estocagem”.

Exemplos típicos de “valorização” foram os do café, na economia brasileira, e do algodão, nos Estados Unidos. A história é recente, para insistirmos nos efeitos desastrosos desta política, tão repleta de episódios e contra-marchas.

A inflação no Brasil e a economia nacional

É indiscutível que “a plena utilização das enormes disponibilidades monetárias criadas pelas emissões” e o aumento inconsiderado dos “meios de pagamento”, ensejaram o surto da inflação no Brasil e as tremendas distorções de sua conjuntura.

“Impulsionada por fatores conjunturais e monetários, a economia nacional entrou em fase de grande dinamismo, o que favoreceu — como salienta Roberto Pinto de Souza — a plena atuação das forças inflacionárias. Dada a expansão da renda monetária em ritmo mais rápido do que a renda real, iniciou-se a alta de preços”. “E, como nada se fez para

conter as pressões inflacionárias, essa alta desenvolveu-se e generalizou-se e sem peias continua a desenvolver-se e a generalizar-se”.

Seria matéria para crítica mais vasta e exame mais profundo, relacionar-se o âmbito dêsse “processus inflacionário” e a sua influência nefasta na conjuntura geral do país.

A doutrina exposta facilita êsse exame e dá ao pesquisador elementos para uma análise sugestiva dêsse “processus”.

A EDUCAÇÃO “VITA ET PAX” DE RIBEIRÃO PRETO

Relatório de uma visita pelos Orientadores Educacionais:

LEONEL CORREIA, f.m.s.

MARTIN DUBOIS, f.m.s.

YOLANDA GIORGI

INTRODUÇÃO — Não é raro ouvirmos as mais díspares opiniões acêrca de um mesmo fenômeno ou de uma técnica que muitos observaram. Isto vem da dificuldade em nos despegarmos do subjetivo e do desconhecimento em que andamos com os métodos científicos de observação. Esta requer do observador:

- a) cultura geral vasta;
- b) cultura especializada do que vai analisar;
- c) maturidade, critério amplo, livre de preconceitos ou juízos preformados sôbre o observável;
- d) uso correto de processos indutivos na observação.

Se êstes requisitos será difícil obter-se mais que uma simples impressão, tão válida apenas como qualquer outra. Mas as impressões baseadas em normas precisas só poderão ser invalidadas por outras obtidas em idênticas circunstâncias.

Por isso é que vamos transcrever sumariamente as técnicas empregadas por nós neste estudo da Educação “Vita et Pax”:

- 1 — visita de surpresa ao colégio, no período escolar;
- 2 — observação sistemática dentro das classes, durante um período completo;
- 3 — entrevista com docentes;
- 4 — entrevista individual e coletiva com alguns antigos alunos do “Vita et Pax”;
- 5 — auscultação de opiniões de pessoas idôneas.

Precisamos agora esclarecer que havíamos ouvido falar “poeticamente” da Educação “Vita et Pax” como sendo algo de quase milagroso. Isto nos levou a Ribeirão Preto, a fim de estudar, in loco, aquêl processo pedagógico. Um resto de ceticismo, de desconfiança de que o “poema” não fôsse tão belo e moderno como, à primeira vista no-lo tinham declamado... tais eram as nossas disposições interiores. Sobretudo íamos resolvidos a permanecer em observação todo o tempo que necessário fôsse até nos convenceremos de alguma coisa.

Viajamos até São Paulo por uma cortesia da VARIG, a quem agradecemos por nos haver tornado possível mais esta experiência.

Agora o relatório. Vamos deixá-lo ao vivo, tal qual o colhemos em Ribeirão. Apenas intercalaremos uma que outra explicativa, onde fôr a propósito. Pedimos vênia para notar que não endossamos quaisquer falhas, erros ou enganos relativos aos dados transcritos. Vão como os recebemos, para que cada um possa formar o seu conceito sôbre o que aquêl sistema representa, como educação cristã e atual.

ALGUNS DADOS INICIAIS — Ribeirão Preto fica a 6 horas de ônibus de S. Paulo, por estrada asfaltada. Possui ruas largas, boas e muito bem arborizadas. Aproximadamente 120 mil habitantes. Zona rica, espécie de empório comercial da região, sofrendo, nessa data da sêca. Dizem que há seis meses não chove.

Tem Ribeirão Preto a Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo, sem dúvida a melhor do Brasil. Magnificamente instalada, cabem-lhe no rol das publicações médicas internacionais provenientes de tôda a América Latina 66% (segundo informações). Para isso tem professôres com tempo integral, morando no âmbito mesmo da Faculdade. Nessa data estagiavam aí cinco médicos da Universidade de Pernambuco, com um dos quais tivemos oportunidade de conversar.

No ponto de vista educacional, a cidade é servida por colégios de diversos credos religiosos: Estaduais (2), Protestantes, Espíritas... Católicos (2 ordens religiosas femininas). Para os rapazes, o único estabelecimento confessional é o dos Irmãos Maristas que aí se radicaram há 19 anos. Têm 450 alunos cobrindo as áreas do Primário e do Ginásial. Período letivo: 12,30 às 17,30 horas.

O “VITA ET PAX” — 1953 a 1959

POSIÇÃO — Em “Monte Alegre”, face à Faculdade de Medicina, fora da cidade, a uns 300 ms. sôbre o nível de Ribeirão Preto, a 6 quilômetros do centro.

CONSTRUÇÃO — Agradável, linhas modernas, andar térreo, pé direito baixo, funcional. Janelas e portas rasgadas com vidro até o chão para se ver tudo em derredor.

Pavimentação em tijolo vidrado azul, com estreito rodapé verde-escuro.

Paredes creme-claro e teto branco.

Ornamentação: à entrada, na parede de frente, umas linhas modernistas representando N. S.^a com o Menino, e só. As paisagens circundantes ornamentam tudo.

ALUNOS — Primário: 5 anos — Razão de 25 a 30 alunos por turma.

Ginásio: só a Primeira Série com 15 a 18 alunas.

O colégio é só feminino. O Jardim da Infância é dentro da cidade no edifício bêrço da obra.

DOCENTES — 6 a 7 Mestras, uma Professôra civil efetiva e algumas estagiárias.

MATERIAL — Um pavilhão construído. É um sétimo do plano que “em dez anos” estará pronto.

As verbas... têm sido prometidas. As famílias cooperam com a instituição. Três ônibus estão a serviço do “Vita et Pax”. Transportam as crianças ricas e pobres que ninguém distingue por usarem mesmo uniforme e, o que mais é, a mesma delicadeza de maneiras.

OBSERVAÇÕES PEDAGÓGICAS — Miss Margaret recebeu-nos com a maior distinção.

2.º Ano Primário. Período das 12,30 às 17,30 hs. do dia 6-10-59.

Sala retangular:

Carteiras individuais.

Início. 15 alunas apenas. As demais estão chegando aos poucos.

12,30 hrs — As alunas vieram tôdas cumprimentar as visitas. As que chegam cumprimentam Miss Margaret e a nós beijando-nos a mão.

É possível que pensem que somos bispos ou monsenhores!

As alunas falam durante a aula, baixinho. Aliás ninguém as mandou calar. Algum barulho de arrastar cadeiras.

Faz calor.

As crianças vestem uniforme de ginástica.

Trabalho individual. Pedem informações à volta da mesa da Professôra que, neste momento, cumprimenta uma aluna, em voz sumida e beijando-a.

Deve ser algum aniversário, porque as colegas também estão dando parabéns à menina.

Algumas alunas olham (sem estranheza) as visitas, sentadas atrás de Miss Margaret.

Distribuídas as tarefas, pouco a pouco o barulho cessa.

Chega uma estagiária, Professôra-auxiliar a qual cumprimenta Miss Margaret (de pé), e a nós.

Dentro da sala há filtros de água potável. Caiu água no chão. Uma aluna foi buscar um pano para limpar.

O trabalho se processa em nível infantil, com as "perdas de tempo" (ritmo) individuais. Ouvem-se conversas sobre contas.

As alunas apresentam-se bem penteadas, limpas, satisfeitas.

As professoras não falam alto e falam o menos possível. Direção de classe individual.

12,40 hs — Dez minutos passados tôdas as alunas presentes. O barulho não aumentou por isso.

Saiu Miss Margaret. Tudo como se nada tivesse acontecido.

As alunas perguntam à Estagiária.

Caem gotas de tinta no chão. A própria aluna limpa com mataborrão e com um paninho.

Enquanto uma aluna pede explicações, as demais aguardam sem interromper. Ambiente de espontaneidade. Cresceu o barulho. A Estagiária adverte com um gesto apenas.

VIDA SOCIAL — Entra na sala Miss Margaret acompanhada de uma senhora. Esta traz nas mãos um grande bôlo.

MISS MARGARET — Tôdas sabem que hoje é aniversário de Maria Luísa. Nove anos, não é?

A VISITA — A sua colega F. pediu-me para lhe fazer um bôlo porque a família de Maria Luísa não pode, e eu vim trazê-lo.

Cumprimentam e saem. A cena não durou um minuto, não atrapalhou o ritmo de trabalho. Sim, *não atrapalhou*, porque a ordem do dia lá, para todos - sempre: **NÃO ATRAPALHAR NINGUÉM.**

As alunas dão bastante atenção à colega do aniversário que parece antes triste do que alegre. Parece não estudar. Contempla sobre a mesa um minúsculo ramo de flôres trazido para ela por uma amiguinha.

Muitas alunas estudam em silêncio total. Aliás o barulho não cansa, não aumenta, não perturba.

Notam-se crianças que pedem licença e agradecem umas às outras. Parece haver ritmos mais e menos intensos de trabalho.

MISS M. — Ninguém agora aqui à volta, só a Carmelita. Fêz-se silêncio absoluto. Tôdas regressam aos seus lugares e uma a uma vão pedir explicações.

O trabalho individual dá também que fazer às professoras que não param um instante.

13,10 hs. — MISS M. — Como é aniversário de Maria Luísa ela vai sair um pouco para o jardim olhar as flôres com esta lente.

A menina saiu com a Estagiária. Miss Margaret sentou-se à frente, sem falar. Algum barulho das crianças que se preparam para escutar. Depois, silêncio absoluto.

PSICOTERAPIA GRUPAL E CATECISMO

MISS M. — Estou triste, hoje. Muito triste.

(Reforçando a identificação): É como se tivesse perdido o dia. (Pequena pausa): Porque há crianças aqui nesta classe que estão falando mal de Maria Luísa. (Pausa maior): Andam falando que a mãe de Maria Luísa não é mãe dela.

No grande silêncio que sucedeu a estas palavras, ouviu-se uma vozita:

A—1 — Mas como pode ser isso, Miss Margaret? Quem é que diz?

MISS M. — Não sei. (Instruindo): Vocês sabem que até gente grande fala mal, diz coisas que não estão bem. Não se deve acreditar gente grande que fala mal dos outros. E não se deve repetir.

(silêncio total)

(eliminando o sentimento de culpabilidade): A criança que falou não fêz para falar mal. Mas ouviu gente grande falar e repetiu. Aqui no “Vita et Pax” nunca ninguém fala mal dos outros.

A—1 — Miss Margaret, mamãe me contou tudo, mas eu não falei para ninguém.

MISS M. — (ilustrando claramente o problema): A mãe de M. Luísa é mãe mesmo. O pai de M. Luísa — que morreu há pouco — estava casado com a mãe de M. Luísa.

A—2 — Mas eu não fui, Miss Margaret.

MISS M. — (com voz doce insistindo pela 2.^a vez em eliminar o senso de culpa): Eu também sei que a criança que falou o não fêz por mal, mas isso até pode estragar a festa de Maria Luísa.

A—3 — A M. Luísa não queria fazer festa porque o pai morreu e ela está triste.

MISS M. — Quando alguém morre a gente sente saudade, mas não precisa ficar triste.

A—4 — Mas o que ela está fazendo não é festa. É só comer bôlo!

MISS M. — (Com voz diferente) : vocês sabem, quando a gente vai numa festa como a gente se comporta?

Várias A — Não bota papel no chão,
não grita alto, não fala mal dos outros...

MISS M. — Vocês disseram o que não se deve fazer. E o que se deve fazer?

Várias A — Cumprimentar as pessoas,
ser bem educada,
fazer companhia à pessoa para quem é a festa...

Outra A — e depois a gente convida a pessoa para nossa casa, porque ela também convidou...

MISS M. — A gente não convida só porque a outra convidou, não é?... (voltando ao assunto) : E se ouvirem nessa festa falar mal dos outros, que se deve fazer?

Várias A — Não acreditar.

MISS M. — Nem que papai fale mal dos outros não se deve acreditar nem repetir.

Uma Aluna — (enganando-se) : Papai (emendando logo) : Miss Margaret, é porque se a gente está, por ex., na piscina e grita, quando depois precisar mesmo, ninguém vai acreditar.

A—5 — Sabe, Miss Margaret, o meu primo fêz assim, tinha costume de gritar, e...

MISS M. — (interrompendo, quase pressentindo uma mentira) : e que aconteceu?

A—5 — Morreu.

MISS M. — Sim? quando foi isso?

A—5 — (com segurança) : Já faz tempo.

MISS M. — (Não contrariando a segurança da aluna e voltando sobre o assunto) : pois é, não se deve acreditar, quando gente grande fala mal dos outros.

A—5 — Miss Margaret! Mas é também feio a gente desacreditar os mais velhos!

MISS M. — Mas a gente ouve e não diz nada e não acredita. (3.^a vez eliminando o sentimento de culpabilidade e resumindo a lição) : Eu sei que não foi por mal que algumas crianças aqui repetiram.

Basta não falar mais e tratar bem a Maria Luísa, senão ela nem vai gostar do bôlo do aniversário.

Agora vamos trabalhar e não se fala mais nisso.

13,30 hs. — As professoras sentam em banquinhos sem encosto.

Continua o trabalho, na forma habitual. Miss Margaret afia os lápis para as meninas, num apontador que tem sobre a mesa.

As crianças estão à vontade; conversam às vezes, mas nada que se pareça com anarquia, nem de longe.

Um olhar de Miss Margaret impõe silêncio, porque fala pouco e sempre baixo. Um espetáculo!

Uma aluna levanta-se e vem beber água; outras apagam o quadro, sempre limpo.

Os cadernos são apresentados um a um, sem atropelos, pois as alunas sabem esperar a sua vez.

13,35 hs. — Maria Luísa entra na sala, com a Estagiária.

Faz-se um silêncio enorme, quase constrangedor.

MISS MARGARET — (quebrando o gelo): quem já acabou a tarefa?

UMA ALUNA — A mim só falta uma página, Miss Margaret.

Há mais silêncio. A energia para o trabalho parece não ter esmorecido.

13,45 hs. — A FESTINHA DO ANIVERSÁRIO —

MISS M. — Agora a Maria Luísa vai convidar suas amigas para lhe ajudarem a distribuir o bôlo.

(Enquanto parte o bôlo pessoalmente, continua Miss M.): Quem conta uma história, na festa de Maria Luísa? Uma aluna se apresenta.

Outra A — Eu nunca fui, Miss Margaret.

MISS M. — Você dá sua vez para ela?

A aluna — Dou.

Como poucas atendem à história que desinibidamente a garotinha declama na frente da turma, Miss M. interrompe:

Ah! mas eu não estou ouvindo a história, porque aqui tem crianças que não sabem escutar a colega enquanto está contando história.

(silêncio. Terminada a 1.^a história, pergunta uma aluna): Agora vou eu, Miss Margaret?

MISS M. — Olha, como F. deu a vez para outra, agora pode ir ela mesmo, não é?

Cantam “parabéns a você”.

Nenhuma criança tocou no pedacinho do bôlo até que todo o mundo estivesse servido.

MISS M. — Agora terminou. Mas não tem mais bôlo e ainda falta o jardineiro, o motorista e a dona X. Quem vai dar de suas balas para eles? Vocês mesmas vão dar a eles, sim?

Preferem comer o bôlo no recreio?

Então, vamos.

O BOLETIM INDIVIDUAL —

Tudo o que fica dito é tão espontâneo, tão natural e tão distinto, dispensa quaisquer comentários para observadores iniciados na moderna psico-pedagogia.

Enquanto as crianças brincam sem empurrões, nem gritos desmedidos — nós revistamos as cadernetas ou o boletim individual de aproveitamento.

ABRIL

	RELIGIÃO	I N C I A T I V A	C O N S T Â N C I A	P E R F E I Ç Ã O
FORMAÇÃO CIENTÍFICA	Leitura Linguagem Aritmética Geografia História Inglês Ciências			
ARTÍSTICA FORMAÇÃO	Desenho Música Declamação Trab. Manuais Dança			
FORMAÇÃO SOCIAL E CÍVICA	EDUC. FÍSICA Comportamento Ordem			

O Boletim é, muitas vêzes, preenchido pela Mestra na presença da aluna a fim de facilitar a auto-avaliação. As duas por três elas corrigem:

Miss Margaret, não é 100%, eu não fiz ainda dois problemas de matemática.

Não há temas para casa, em geral. Uma vez ou outra precisa até proibir crianças de trabalhar em casa.

Tôda a formação ministrada no “Vita et Pax” tem seu

EMBASAMENTO psicológico, filosófico e teológico bem pronunciado.

FORMAÇÃO RELIGIOSA — “Tendo em vista que o homem só pode atingir a felicidade realizando o fim para que foi criado, a criança é ensinada a servir a Deus em todos os seus atos”.

ORAÇÃO: rezam muitas vêzes sòzinhas a oração da manhã, quando se lembram. Esquecem-se, a Mestra recorda: cumprimentamos a todos hoje, só nos esquecemos de cumprimentar a Deus.

CATECISMO: Tudo se aproveita para formar o senso moral da criança, mas o catecismo pròpriamente dito é ensinado apenas a partir do 3.º Ano Primário, quando a criança já tem maturidade para compreender.

MISSA NO COLÉGIO: uma vez por semana, para ensinar, com linguagem infantil, com Ofertório vivo. Tudo é preparado pela mão das crianças, na sala de ginástica.

As maiores (1.ª Série) acharam que era infantil demais o texto de acompanhar a missa e resolveram um dia:

— Miss Margaret, a gente não vem à missa da primeira sexta-feira.

— Não estão obrigadas.

E, naquele dia não vieram. Ninguém disse nada.

Passado tempo houve uma lição de sociabilidade e co-operação humana. O caso voltou à baila.

— Acham justo que se faça uma missa só para vocês (15) e se deixem de lado as outras 100? Às vêzes é preciso quem ajude. As pequenas colocam mal os paramentos...

Hoje a maioria vai para ajudar as mais novas.

CONFISSÃO: uma vez por mês. Gostam muito. Por vêzes não sabem o ato de contrição “clássico”. Há padres que não gostam do ato de contrição espontâneo. Eis o que uma inventou:

“Meu Deus, estou triste por ter feito pecado. Peço desculpa. Prometo não tornar a fazer”.

ORAÇÃO DA TARDE: Hoje cantaram-na docemente como se fôsse um salmo vespertino de extraordinária elevação poética.

FORMAÇÃO CIENTÍFICA — “A criança é formada cientificamente de maneira a tornar ativa a sua necessidade inata de trabalho intelectual. A criança que faz sistematicamente seu trabalho de associação e de seleção, faz mais do que acumular, à toa, aquisições científicas. Ela as classifica de uma maneira metódica.

Esta coordenação assegura à criança a assimilação das matérias prescritas no programa oficial, sem perda inútil de energia, e deixa-lhe o tempo para desenvolver ao máximo seus talentos pessoais”.

A opinião de um Diretor de Colégio em Ribeirão Preto é precisamente que as crianças do “Vita et Pax” obtêm, nada menos de 100% de aproveitamento, nos exames oficiais. Aliás, falando de opiniões é de notar que das treze pessoas que se manifestaram, a nosso pedido, sobre o valor pedagógico do método “Vita et Pax”, só 15% foram francamente favoráveis. Mas outrossim devemos esclarecer que dos 75% desfavoráveis, 80% desconhece, em absoluto, o sistema, a não ser de oitiva.

As crianças, no “Vita et Pax”, desenvolvem o espírito de iniciativa e originalidade em tôdas as atividades escolares. A definição de substantivo, por ex., que as próprias alunas desconhecem (em vez de lhes ser ditado pela professôra) nunca mais esquecem.

FORMAÇÃO ARTÍSTICA — “A criança é estimulada a desenvolver seu ideal de beleza em harmonia com a realidade de maneira que as manifestações de sua imaginação artística e criadora sejam baseadas na verdade e na beleza.

Nos trabalhos manuais (foi-nos dado ver) as alunas fazem coisas úteis e cheias de bom gosto.

FORMAÇÃO SOCIAL E CÍVICA: “Como Deus criou o homem à Sua imagem, ensina-se a criança a reconhecer esta imagem em todos os homens de tôdas as raças, de tôdas as nações e de todos os meios sociais. Num ambiente organizado, onde pode ter experiência da vida em sociedade, ela desenvolve o senso social. . . no Brasil, na parte do mundo em que vive. . . para servir. . .

A criança é ensinada a servir eficazmente estudando bem, preparando-se assim para ser uma pessoa útil à sociedade.

Mas, também, desde que sua terra é apenas uma parte do mundo, aprende a ver em todos os homens do mundo seus irmãos”.

NA PRÁTICA: As alunas do “Vita et Pax” cumprimentam as visitas, as mestras, o jardineiro como Miss Margaret, a mãe e papai como a empregada. No ônibus despedem-se das co-

legas e da Professôra que as acompanha como do motorista. Na escola não sabem quem é Estagiária ou Professôra efetiva, rica ou necessitada. Habitua-se a respeitar a todos.

Agora vão à clínica (informa-nos Miss Margaret), semanalmente, por equipes, “brincar” com as crianças que ali estão abandonadas sem alguém que lhes leve um bolinho, ou uma hora de agradável convívio.

A preocupação dos prêmios e do castigo (sempre o EU presente) desapareceu no “Vita et Pax”, para dar lugar à personalidade bem integrada em todos os planos.

15,00 hs. — LEITURA rítmica, coletiva, pausada.

É sôbre o corpo humano. Bela dicção. Quase expressiva.

Depois de cada parte importante, a M. faz comentários interrogatórios. Perguntas coletivas sem apontar ninguém.

Aumenta o reboço, mas o interêsse acompanha e é isso que é admirável. Crianças interrompem e contam fatos pessoais acêrca de qualquer coisa da lição, v.g., sôbre os miolos:

— Papai já viu os miolos... porque êle é médico.

— Miss Margaret! Aqui (pontando os ombros) o pescoço acaba ou principia?

— A girafa tem tronco?

MISS M. — Isso é pescoço.

Algumas alunas contestam. Acham que, em português, o pescoço da girafa se diz “tronco” mesmo.

MISS M. — Bem! eu não sei ainda bastante português. Pode ser assim.

Quando as alunas gritam, respondendo juntas, Miss Margaret adverte baixinho: Nós não gritamos.

Sente-se que há um “à vontade controlado” pelo próprio desejo de ser distinto.

LEITURA INDIVIDUAL EM VOZ ALTA —

Uma aluna lê menos bem.

MISS M. — A M. Luísa precisa estudar leitura todos os dias. Está esquecendo. Seguinte.

Quantos substantivos há nesta frase?

— As crianças respondem tôdas: 2, 3, 4,... etc.

MISS M. — Mostrem só com os dedos.

— Vê-se no ar uma confusão de dedinhos.

MISS M. — Quem achou 1? 2?... 6? (muitas erguem a mão)

MISS M. — Eu também achei. Vamos ver...

15,30 hs. — DITADO — Um minuto de preparação, se tanto, pela mudança de exercício. Miss Margaret dita a frase inteira, sem repetir.

Uma aluna vem beber água.

Miss Margaret escreve a frase ditada na pedra e tôdas as alunas corrigem.

MISS M. — Outra frase. Escutem primeiro (A frase é comprida e as crianças escutam atentamente).

O ditado termina aqui, anuncia a Professôra.

Várias A — Só?...

MISS M. — Mas corrijam bem. Quem pulou escreve outra vez.

Aluna — Miss Margaret, a senhora disse que hoje cada uma ia escrever o ditado na pedra.

MISS M. — Sim, mas agora não pode ser porque vamos aprender coisa nova.

Várias A — Ai que bom!

AULA DA GRAMÁTICA — Qualquer exposição nova não dura mais de 10 a 15 minutos. Eis um exemplo:

MISS M. — Ana Lúcia, vem à frente! Você vai fazer alguma coisa para suas colegas verem.

A. Lúcia — (hesita).

MISS M. — Faça qualquer coisa, vá.

A. Lúcia — (começa a compor os livros na carteira).

MISS M. — Que é que Ana Lúcia faz?

Alunas — Ana Lúcia trabalha.

MISS M. — (escreve na pedra a frase e sublinha o verbo).

O exercício de sublinhar verbos já tinha sido feito pelas alunas.

Começou a soprar a ventania, lá fora. A porta bate sem haver meio de fixá-la. A professôra pega uma cadeira e coloca-a contra a porta e diz para Ana Lúcia:

Ana Lúcia vai ficar protetora da porta.

A menina sentou-se na cadeira e a lição continua...

Apenas duas meninas com o dedo na bôca, esporadicamente, durante a aula. O sistema ativo não deixa criar tais hábitos.

O vento recrudesciu.

Uma aluna — O vento!

(Tôdas olham pela janela).

MISS M. — (Indo também à janela onde se demora alguns instantes):

É o vento, estão vendo?...

Agora vamos escutar, se não... ficamos sabendo o que é o vento e não a gramática.

MISS M. — Cada qual agora vai escrever uma frase no seu caderno.

Rita, que frase você tem?

Rita — “O cachorro ladra”...

Há uma variedade. Quem conheça o valor psicológico das sentenças sente-se estimulado pelo método.

MISS M. — Quem não entendeu?

Quatro ou cinco erguem espontâneamente a mão. Ninguém se admira. Enquanto a turma “faz o programa” Miss Margaret explica individualmente às que não entenderam.

16,00 hs. — GINÁSTICA: 1.º grupo.

2.º grupo: continua trabalhando.

Nós aproveitamos para ir observar as outras aulas.

O PROGRAMA — Cada Professôra divide a matéria do ano, em porções correspondentes a cada mês letivo e prepara a ficha semanal de tarefas. Algumas alunas terminam em 4 dias. Revisam então o programa da semana, ou ficam em casa, o que raro acontece por estarem interessadas na escola.

As crianças que o desejam vão trabalhar livremente no colégio, fora de hora. Trabalho incompleto, ou caderno sujo... não apresentam.

Não há exames. Não há reprovações. Há tão-sòmente programas inacabados, em cada mês e no final do ano escolar.

Mensalmente há revisões da matéria dada. Quem não consegue passar na revisão, continua o mesmo programa. Se é no fim do ano, passa para o “Ano intermediário”. Faltando pouco para terminar o programa, podem completá-lo nas férias.

A própria Aluna vê que não concluiu o programa e que, portanto, não pode acompanhar a turma. Mas fica com as colegas de mesmo nível de maturidade.

PERÍODOS: Manhã: 7,30 — 12,30 horas.

Tarde: 12,30 — 17,30 horas.

O tempo não é integral. Só um período, mas turmas diferentes. No entanto, diversas alunas trabalham todo o dia no colégio.

O GINÁSIO — Tem exames obrigatórios. O govêrno não consentiu o Ginásio Experimental antes que tenham os quatro anos “ordinários”.

Todavia o processo educativo é o mesmo. As alunas muitas vêzes ficam sós.

EU — E os exames?

MISS M. — Habituararam-se. No comêço diziam: é bom fazer exames.

Como se faz exame?

Aluna — A gente estuda o que pode e o que não sabe copia numa folhinha de papel. Na hora cola.

MISS M. — Como tu sabes isso?

Aluna — Porque meu irmão passa assim.

Houve uma explicação. Deixadas sós em sabatinas de experiência, de início copiavam tudo. Tiravam uma vez tôdas 10. Foram debater o caso com Miss Margaret... até que se envergonharam do “bonus”.

Afirmam as Mestras que, no primeiro semestre, não estudaram quase nada.

Perderam muito tempo. Mas que possuem uma base tal do Primário que tiveram boas notas (tôdas), na prova parcial e estão estudando melhor.

PROBLEMÁTICA E TERAPÊUTICA — Encontram-se no “Vita et Pax” todos os problemas comuns das escolas — diz-nos Miss Margaret. Nós não fazemos milagres. Educamos aos poucos.

A maioria dos problemas são tratados coletivamente. As crianças são abertas e espontâneas, quando encontram clima favorável.

O próprio processo de aula favorece a abreação e, portanto, a eliminação das dificuldades.

Aquela criança (apontava Miss Margaret em meio à nossa entrevista) é o “problemíssimo”. Em casa ninguém a suporta. Quando vem descendo as escadas, já as vizinhas vão retirando as filhas para dentro, com medo dela.

Aqui não dá trabalho algum. O problema dela é ciúme. Gosto de lhe mandar fazer sempre algum recado, etc. para que se sinta confiante.

Há problemas de mimismo:

As crianças têm tudo mesmo antes que desejem! O problema sexual, por exemplo, no comêço era um horror (conta um conhedor do mosteiro). As meninas falavam baixinho, nos recreios, em grupos, longe das professôras. Hoje falam de tudo o que querem, na presença das mestras que naturalmente corrigem o que está mal e satisfazem a curiosidade das crianças, com as explicações necessárias.

E existem os problemas comuns de rendimento escolar e assimilação dos programas, a única coisa que, via de regra, interessa aos pais.

Partimos do princípio (continua Miss Margaret) que as crianças, mesmo as atrasadas — levam tempo — mas podem fazer o programa, se têm condições interiores.

“Por isso a Educação “Vida e Paz” visa formar personalidades equilibradas capazes de cumprir seus deveres para com Deus e a Humanidade. O principal meio para atingir êsse fim

está em colocar a criança num ambiente de disciplina interior, de distinção e de cortesia. Nesse ambiente, os progressos modernos da pedagogia e da psicologia são utilizados cientificamente, em proveito de cada criança, levando-se em consideração o seu caráter e as suas aptidões”.

AS EDUCADORAS “VIDA E PAZ” — Pertencem aos mosteiros “Vita et Pax” fundados na Bélgica, pelo abade (falecido em 1952) Dom Constantino M. Bosschaerts, O. S. B.

São Oblatas da Congregação Beneditina de “Santa Maria de Monte Oliveto”.

RAMOS	CONTEMPLATIVAS:	Liturgia — Arte — Ciência Tudo em termos modernos!
	ATIVAS	: Educação — Arte — Medicina — Obras paroquiais e sociais, incluindo indústria e comércio.

Não têm votos religiosos. Fazem apenas “Oblação solene”. O Fundador era do princípio que “o mosteiro moderno deve estar aberto sobre o mundo”. Procuram, portanto, realizar a vida cristã integral, fazendo ver que um cristão pode fazer o que os outros fazem e melhor ainda.

Basta, naquilo que faz, fazer tudo bem feito... “ser a melhor educadora, a melhor artista, a melhor cozinheira”... consoante a atividade que se escolheu.

Lutam pela efetivação da Unidade Cristã das Igrejas, das Raças, das Classes Sociais.

A *Vida Cristã* de fato bem vivida frutificará, por acréscimo, na *Paz* e na felicidade humana, já desde este mundo”. “UBI CHARITAS, DEUS IBI EST”.

FORMAÇÃO DAS EDUCADORAS — São ainda poucas, no mundo. Aqui no Brasil, somente 15:11 estrangeiras e 4 nacionais. Não usam hábito religioso, mas um vestido-uniforme que as distingue nitidamente da moda. Não usam tão pouco chamar-se de “Irmãs, nem Madres” e sim “Miss” ou Dona.

As professoras fazem o Curso Normal, com grande base de psicologia moderna e de filosofia. Depois do Curso submetem-se a um Estágio de magistério, durante três anos: primeiro com poucos alunos, em seguida com cada vez mais até lhes serem confiadas as turmas inteiras.

A metodologia “Vida e Paz” é o natural e o sobrenatural bem compreendidos, integrados sem esforço, vivenciados em cada dia, em cada ato da existência das crianças.

A ENTREVISTA COM ANTIGOS ALUNOS DO “VITA ET PAX”

A fim de ratificar ou retificar qualquer coisa nas impressões buscadas, in loco, sobre o “Vita et Pax” de Ribeirão Preto, fomos tomar contato com alguns antigos alunos do mosteiro, para ver que “recordações” êles ainda guardavam.

Conseguimos reunir nove:

3 da 2.^a Série;

3 da 1.^a Série;

3 do 4.^o Ano Primário.

Todos têm a idade mínima para os cursos que freqüentam, exceto um do 4.^o Ano que está com 11 anos. Depois dos cumprimentos iniciais (à maneira do mosteiro) iniciamos a entrevista:

Eu — Vim especialmente de Pôrto Alegre para falar com vocês a respeito do colégio onde vocês estiveram — o Vita et Pax.

Vocês se lembram?

Todos — Sim.

Eu — Vocês gostaram do tempo que lá estiveram?

Todos — Claro.

Eu — Mas qual foi aquilo de que mais gostaram?

Diga você.

Um — O programa.

Outro — O programa.

3.^o — Bem! o programa era bom, mas o que eu mais gostei foi o futebol.

Eu — Muito bem. Mas falando de estudos quem é que prefere o Programa e quem prefere os exames?

Seis erguem a mão.

Eu — Ora bem, mas vocês só estão dizendo o que apreciaram no “Vita et Pax”. Na vida da gente sempre há uma coisa ou outra de que a gente não gosta, não há?

Todos — Há.

Eu — Procurem se lembrar, então, da coisa que mais lhes desagradou no “Vita et Pax”. Coisa! não pessoas, ouviram?

Todos pensam mas não encontram nada. Finalmente diz

Um — Eu não gostei foi da “letra quadrada”.

Outro — Eu ainda escrevo assim. A gente quer mudar e não pode.

3.^o — Elas ensinam assim porque depois a gente fica com a letra mais caprichada.

Em geral, todos preferem mudar a letra. Tive a impressão de que alguém lhes teria dado a entender que aquilo “é letra de menina”.

Eu — Mas vocês acham que isso tem importância?

Alguns — Não.

Eu — Deve ter havido outra coisa mais desagradável para vocês, enquanto estavam lá. Muitos estiveram dois anos. Castigos, por exemplo, lembram?

Todos — Não.

Um — Castigo lá era fazer um trabalho diferente.

Outro — Eu dei um canelão num menino, lá no futebol, e ela (a mestra) fez-me sair do jôgo. Mas não foi nem cinco minutos.

Eu — Vocês consideram isso castigo?

Todos — Não. Castigo é copiar lição, ficar de pé...

Eu — Olhem uma coisa! Vocês julgam que, depois de terem saído do “Vita et Pax”, baixaram de nível de estudos, no colégio onde estão?

Cinco baixaram e quatro mantêm as primeira colocações.

Eu — Por que baixaram? Vocês já pensaram nisso?

Um — (em particular): acho que a razão é minha mesmo, não é do colégio, porque os outros continuam bem. Já procurei as causas, mas não encontrei.

Eu — Então vocês preferem os exames mesmo?

Sòmente 3 preferem os exames ao Programa. Dêsses 3, dois baixaram nos estudos (incluindo o que preferia o futebol no “Vita et Pax”).

Eu — Mas vocês acham o exame MAIS FÁCIL ou MELHOR? Fazem diferença?

Todos — Sim...

Eu — Uma coisa pode ser difícil de conseguir e ser muito boa; outra pode ser fácil e ser prejudicial.

Que acham então: mais fácil, ou melhor?

MAIS FÁCIL — todos

MELHOR — só os que são a favor do programa (6).

Eu — Para os que preferem os exames: Vamos ver algumas razões por que preferem os exames ao Programa:

Êles — A gente tem menos matéria;

sabe mais o que estuda para a prova;

depois a gente faz uma prova e passa ou fica reprovado, o que é justo!

Eu — E lá no “Vita et Pax” achavam que era injusto passar sem exame?

Um — Não, porque tinha de fazer o programa todo.

Eu — Reparem todos, agora: eu conheço um aluno que não sabia 19 pontos do exame. Não sabia 95% do programa.

No exame caiu aquêle ponto que êle sabia e passou. Acham

Todos — Não.

justo?

Eu — Mas sei do caso contrário: um aluno sabia os 19 pontos, mas caiu o ponto que êle não tinha estudado. O professor fêz questão mesmo — para cumprir a lei — de só interrogar sôbre aquêle ponto, no exame oral. O aluno ficou reprovado. Justo?

Todos — Nem é justo um nem outro.

Eu — E vocês já têm visto como colegas seus passam facilmente nos exames, por ex.:, copiando, não é?

Todos — Oh! muito. (Sorriem).

Eu — Justo?

Todos — Não.

Eu — Por que não? Se passaram?...

Um — Porque cola e passa, cola e passa, mas...

Eu — Suponho que êsse aluno vá ser médico!

Outro — Eh! não pode colar a receita.

Eu — Então acham todos que, PARA SABER, é melhor o programa?

Todos — Sim, para saber, sim.

Eu — Só mais uma coisa que eu não compreendo e... gostaria de ouvir a opinião de vocês:

Por que saíram do "Vita et Pax"? Lá era bom e tem Ginásio.
Porque saíram do "Vita et Pax"? Lá era bom e tem Ginásio!

Todos — Porque agora só tem meninas.

Eu — E por que terminou? Já ouviram falar?

Porque tem poucas mães;

porque as meninas se adaptam melhor ao programa; são mais dóceis;

o povo não compreende bem aquêle modo de trabalhar: no comêço era ruim, um menino estava lá no fundo da aula e perguntava para o da frente. Atrapalhava. Mas agora só falam baixinho.

Eu — Muito bem e obrigado a todos. Desejo que se saiam bem nos estudos como no "Vita et Pax".

OBSERVAÇÃO — Todos os alunos entrevistados mantêm a conversa tranqüilamente. Uns falam mais, outros menos, mas todos participam. As opiniões dos adultos parecem estar bem refletidas em algumas partes do diálogo.

No que respeita ao fato de o "Vita et Pax", atualmente, não ter o setor masculino além do Jardim, foi esta a informação recebida de Miss X.: por vêzes foi preciso aconselhar alguns pais a retirarem os filhos porque precisavam educar-se em meios masculinos. Não davam bem entre as meninas. Começou-se a espalhar que era protecionismo, etc.

CONCLUSÕES — O leitor pode, analisando o material aqui deixado, tirar as conclusões de per si.

Quanto a nós julgamos que o sistema educacional “VIDA E PAZ”, sobre assegurar bom rendimento intelectual, integra a a personalidade das crianças: sem sermões, sem prêmios nem castigos; a não ser os da própria consciência e os que impõem as relações sociais; sem ordens excessivas; com poucas palavras e com muita atividade.

Só vivendo bem se chegará à tranqüilidade interior e à paz social.

Por isso a educação “Vida e Pax” inculca, por via prática: o senso de responsabilidade; de justiça; de respeito mútuo; de liberdade bem entendida; de honestidade no trabalho.

Pela *vida cotidiana* se vai aí formando na Criança: o critério de auto-avaliação; o conhecimento pessoal; a hierarquia dos valores; e o valor da própria existência e da dos demais perante Deus e a Humanidade.

Depois de que nos foi dado presenciar no “*mosteiro Vita et Pax*” não nos é fácil dar fé às palavras de uma família de Ribeirão Preto: É EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA A MELHOR DO BRASIL.

HESÍODO:

SU SIGNIFICACION POETICA Y PESIMISTA

Francisco San Jose Garcia
Hermano Marista
(Perú)

GENERALIDADES — El punto de partida de la literatura griega para nosotros está en un nombre: HOMERO.

En él se remansa todo un mundo de tradiciones y de mitos de épocas pasadas. Su obra viene a cerrar con broche áureo un largo período de evolución épica.

Corrían los años del siglo X a. de J. C. y en el cielo azul de Grecia se escribe con letras de misterio y de leyenda, un poeta discutido hasta en su misma existencia histórica. Su fecha natalicia, su ciudad originaria, su obra poética, todo ha pasado por el tamiz de la crítica humana, para concluir negándole la certeza de su doble localismo: el geográfico y el histórico. Más que un personaje, es un símbolo literario y el máximo acento de la épica que han conocido los siglos. De su mesa literaria como de munificente y real festín se ha alimentado la inspiración de generaciones enteras y hasta hoy sigue siendo el oráculo obligado de los cánones artísticos.

Cuando las letras helenas daban sus primeros balbuceos para cantar la vida de los griegos, ya en su alegría, ya en su dolor — porque ambos forman en su desigual armonía toda la trama del humano existir —, Homero recogerá en su epopeya toda la vida espiritual del pueblo. En él está la poesía mítica de los dioses, la poesía heroica de los guerreros y la poesía caballeresca de los nobles jonios. Por esto, Homero será para todo el pueblo griego, simplemente “el POETA”.

A la sublime inspiración de Homero eminentemente EPICA, se une la serena creación de Hesíodo, eminentemente DIDACTICA. Pasar de Homero a Hesíodo es pasar de un mundo a otro; es pasar de una Cosmogonía hecha de ficciones más o menos imaginarias, aunque no siempre ennoblecedoras, para venir a una Teogonía de dioses como seres reales, venera-

bles y justicieros, si bien apuntan ya vislumbres de una fe vacilante en su justicia, o abocar a un extenso apólogo donde se enaltece el Trabajo.

Al poeta impersonal sigue el poeta de rica personalidad; en aquél, la obra ahogando la singularidad del autor; en éste, las circunstancias vitales dando sello y contenido a su obra. Si el siglo X es el siglo de Homero y de la épica, el siglo IX lo es de Hesíodo y de la poesía gnómica. A las armas sustituirán los arados; a las gestas, las enseñanzas morales; a la vida del guerrero, la vida del campesino, que entretiene sus horas en seguir el curso del tiempo para ajustar sus ocupaciones a sus leyes.

A Hesíodo la desdicha le hizo poeta, la pobreza educador y las Musas su Profeta. Llamado para ser el cantor de la Verdad y del Bien, hizo de su obra un Poema del Cielo en su Teogonía y un Poema del Campo en los "Trabajos y los Días! "Su ciencia experimental es fruto de su espíritu observador y de su vida en comunión con la Naturaleza; su mundo de lo divino es más que una necesidad intelectual de discurrir acerca de los dioses, la expresión de una necesidad sentimental de desahogo de su alma amargada por las miserias de la vida. Fueron éstas que le persuadieron, con el duro tono de la experiencia, que más valen la vida honrada y trabajadora que las riquezas mal adquiridas: "No aspire a ganancias ilícitas, porque equivalen a la ruina" (Erg.).

"No es el trabajo el que envilece, sino la ociosidad". Esta fórmula en que encomia el trabajo vino a romper con el criterio social de su tiempo — que el trabajo era propio de gente baja y ruin —. Los nobles no pudieron aceptar la valoración que del trabajo hizo Hesíodo, antes le calificaron con aquello de "Hesíodo, poeta de los ilotas".

El término "ponos" que en Homero significó "lucha", en Hesíodo tomará la significación de "trabajo"; allí era el guerrero que interpretaba, aquí es el campesino.

Tomada la obra total de Hesíodo se nos presenta como la fuente y manantial de una doble corriente, cuyos caudales formarán la literatura posterior. Primeramente, los POEMAS COSMOGONICOS que se desprenden de su Teogonía; como de árbol frondoso y rico en mitologías. Cuando Píndaro, por ejemplo, canta a los dioses con arrebatada entonación lírica, es en Hesíodo — su coterráneo tebano — donde la aprendió. Junto a la poesía cosmogónica, está la POESIA GNOMOLOGICA, en la cual hallamos los primeros brotes de toda esa literatura de fábulas y apólogos, que partiendo de Hesíodo heredará Esopo y tras él la pléade de fabulistas que a lo largo de los siglos han hecho hablar los animales con razones que los hombres no siempre pudieron decir. Es esa

una alta filosofía que encerrada en sentencias morales iba empapando las mentes ignorantes del pueblo para hacer de él más seguro pensador. Es éste uno de los grandes méritos de Hesíodo: haber creado esa filosofía popular.

No en vano, la posteridad le ha colocado siempre al lado de Homero, más que por la proximidad de tiempo e espacio, por su paridad de grandeza literaria. Desde antiguo corrió entre el pueblo un libro cuyo valor era más simbólico que bibliográfico, titulado “La porfía de Homero y Hesíodo”, donde ambos entran en concurso literario, siendo la victoria para Hesíodo. “Era justo — dice el manuscrito — que el poeta de la paz y de la agricultura precediera al poeta de la guerra y de los combates”. Aceptada la autenticidad del texto, significaría que el mundo vivía ya otra forma de vida y que un cambio cultural había transformado el mundo. Al mundo de la imaginación vencía ahora el mundo de la reflexión, al arte sucedía la inteligencia, a la escuela se enfrentaba la personalidad, al optimismo del vivir seguía la hora del pesimismo, sobre el guerrero y el noble se colocaba el nuevo tipo social del burgués y del labrador.

Un detenido análisis de Hesíodo nos descubrirá un doble aspecto:

- a) Los Valores de su Personalidad poética.
- b) Los Caracteres de su Personalidad humana.

A — LOS VALORES DE SU PERSONALIDAD POETICA. —

La grandilocuencia homérica se hace serenidad en Hesíodo. El estilo de éste es mucho más sencillo y natural que el de aquél, aunque no escasea de elementos retóricos tomados de la preceptiva de Homero.

Concretando, podemos decir que a tres se reducen los valores de su obra poética:

- 1) Tendencia sentenciosa.
- 2) Riqueza de imaginación.
- 3) Fondo de religiosidad.

1) **TENDENCIA SENTENCIOSA.** — Si la Teogonía es más bien obra de erudición, porque los dioses en que creía y que cantaba el poeta no son ya para nosotros sino objeto de curiosidad o de estudio, carente de aquella veneración que sin duda le inspiró a él, los “Trabajos y los Días” es ante todo una obra didáctica.

No parece del todo errado el comparar esta obra — salvando radicales diferencias — con la obra picaresca por lo que tiene de “autobiografía, de intención docente, de contenido sentencioso, sin desconocer los esbozos de tipos sociales

que en ella aparecen, siendo Perses como un anticipo del pícaro". Y me permito relacionar esta obra dentro de este género por la participación que tiene de los caracteres específicos de la literatura picaresca. Confirmemos el aserto con citas tomadas de la misma obra.

a) *Autobiografía*. — Como sucede en la picaresca el autor habla en primera persona. "Por lo que a mí respecta, enseñaré cosas verdaderas".

"Terminaremos el proceso de ambos con juicios rectos; recientemente hemos repartido nuestro patrimonio y me has arrebatado la mayor parte".

"Te diré otras palabras buenas y sabias; reténlas en tu espíritu".

"! Oh si no viviera yo en esta quinta generación de hombres, o más bien, si hubiera muerto antes o nacido después!"

"No quiero pasar por justo ante los hombres, porque constituye una desdicha ser justo".

"Te haré excelentes advertencias, muy insensato Perses".

"Así fue como viniste a mí ya; pero no te daré más ni te prestaré".

"Si quieres orientar hacia el comercio tu espíritu imprudente, te enseñaré a conducirte en el mar de ruidos sin número, aunque no soy hábil en la navegación. Nunca partí en nave para alta mar, a no ser para la Eubea desde Aulide. De allí fui a Calcis para los juegos. Me jacto de haber obtenido allí el premio del canto, un trípode de dos asas que consagré a las Musas Heliconianas, en donde por primera vez me inspiraron el canto sonoro".

"Así es como mi padre y tuyo, oh insensato Perses, navegaba en sus naves, buscando una buena ganancia. No rehuía la opolencia ni las riquezas, sino la pobreza mala que Zeus da a los hombres. Y junto a Helicón, habitó la mísera aldea Ascra — horrible en invierno, penosa en estío y jamás agradable".

Por todos estos datos podemos formarnos un perfil de nuestro poeta y las circunstancias ambientales que le rodearon. Sin este propio aporte para su biografía, la posteridad tal vez hubiera colocado el manto del misterio y leyenda que colocó sobre su antecesor Homero.

b) *Intención docente*. — Ya mirada en su conjunto ya en sus múltiples elementos, hay en esta obra todo un código moral. Primeramente, la obra está constituida por los consejos que nuestro poeta enviaba a su extraviado hermano Perses, quien después de dilapidar su parte de herencia paterna debía acudir, acuciado por suma pobreza, a la fraternal compasión de Hesíodo. De este modo, socorrió no tanto su miseria económica cuanto su miseria moral, recomendán-

dole la justicia y el trabajo como remedio al hambre y a la impiedad.

He aquí algunos de los consejos morales acerca de la justicia y de la laboriosidad.

“Oh Perses, escucha la Justicia y no medites la injuria, porque la injuria es funesta para el miserable y ni siquiera el hombre irreprochable la soporta fácilmente”.

“Los pueblos son castigados por culpa de las injusticias de sus reyes”.

“Se hace daño a sí propio el hombre que se lo hace a los demás; un mal designio es peor que para nadie, para quien lo ha concebido”.

“La justicia acaba siempre triunfando de la iniquidad cuando llega su hora”.

“Mide exactamente lo que pidas a tu vecino y devuélveselo con toda exactitud”.

“Los que hacen una justicia recta a los extranjeros, como a sus conciudadanos, y no se salen de lo que es justo, contribuyen a lo que es prosperidad de las ciudades y de los pueblos”.

“La justicia se irrita, sea cualquiera el lugar adonde la conduzcan hombres devoradores de presentes que ultrajan la ley con juicios inicuos”.

Abundan otros muchos pensamientos sobre la justicia, pero los citados nos dan suficiente impresión del aprecio que de ella hace el poeta — víctima de la injusticia.

Acerca del trabajo, ya dejamos indicado el sentido que le dio Hesíodo en oposición a Homero. Conviene, ante todo, declarar, un doble aspecto del trabajo según Hesíodo. En su aspecto negativo lo considera como un CASTIGO. En efecto, Zeus está irritado en su corazón, porque el sagaz Prometeo le había engañado escondiendo el fuego en una caña y burlar así la suspensión que de este don había decretado el citado dios. Para vengarse Zeus del engaño, ocultó el sustento de la vida a los hombres, siendo la única condición para descubrirlo el trabajo. “De otro modo, durante un solo día trabajaría lo suficiente para todo el año, viviendo sin hacer nada todo el resto”.

Pero, hay el aspecto positivo y es mirarlo como la causa y condición de todo bienestar.

“El trabajo hace a los hombres opulentos y ricos en rebaños, caros a los dioses y a los hombres”.

Más que en la Justicia, insiste en el trabajo, siendo como era la causa de la miserable situación de Perses e indirectamente la suya propia, la negra ociosidad.

Insiste en todos los tonos acerca de los beneficios del trabajo y en cambio, los males de la ociosidad. En todo momento

procura levantar la falsa idea de que el trabajo es un envilecimiento.

Entre los beneficios que asigna al trabajo están: *libra del hambre*. — “Trabaja, Perses, con el fin de que el hambre negra te deteste y Demeter te ame y llene tu granero”; *evita el desprecio*. — “Los dioses y los hombres odian igualmente al que vive sin hacer nada”, *vive con lo suyo*. — “Dulce es gozar de los bienes presentes y cruel necesitar los de afuera. Ten en tu morada todos los instrumentos necesarios, con el fin de que no hayas de pedírselos a otros o de que carezcas de ellos si se te rehusan”.

Los males de la ociosidad son: *la envidia al rico, y exponerse al robo*. “Si alguien con la fuerza de sus manos arrebatara grandes riquezas o si con su lengua ha despojado a otros — y estas cosas son frecuentes, porque el deseo de ganancia turba el espíritu — los dioses arruinan fácilmente a tal hombre, su raza decrece y no guarda él sus riquezas sino poco tiempo”.

Como un pensamiento-clave acerca del tema que tratamos está aquello de “el trabajo es la mejor de las cosas para los mortales y la pereza es la peor”.

c) *Contenido sentencioso*. — Las máximas que Hesíodo intercala en su obra son de dos clases y parecen recogidas en las fuentes de los “Proverbios salomónicos”.

Tanto “Los trabajos y los días” de Hesíodo como “Los Proverbios” de Salomón, son un código de pensamientos que llevan a la felicidad. Ni aquella rebuscada profundidad ni esa artificiosa perfección de lo estudiado; en ambos hay la espontaneidad de un saber práctico y popular aprendido en la observación directa de la naturaleza y alimentada en el contacto de los hombres y las luchas de la vida. Se trata de una sabiduría eminentemente práctica, que desciende a detalles tan particulares, que no permiten una fórmula de unificación. Casi todos los pueblos antiguos han tenido su sabiduría, que es concentrada síntesis de la experiencia que enseña a vivir con provecho para ser feliz, y triunfar en la vida.

De sus pensamientos podríase formar un breve tratado de “Proverbios” donde encontraríamos consejos tan varios como evitar las fiadas imprudentes: “Hasta cuando juegues con tu hermano, ten un testigo”; desconfiar de las fortunas ilícitas: “No aspire a ganancias ilícitas, porque equivalen a la ruina”: descubrir los más íntimos sentimientos del corazón humano: “El que roba escudándose en su impudicia, aunque sea poco, queda con el corazón desgarrado”; guardar la templanza: “Mezcla tres partes de agua con una parte de vino”; a no importunar mucho a los amigos: “Es propio del hombre cansarse de hacer favores; acaso logres ser atendido dos o tres

veces, pero si vuelves a importunarlos, ya no lograrás nada”; prevenir los rigores del invierno y para ello acude a expresiones cuya exactitud no está exenta de un realismo sorprendente: “Ata a tus pies sandalias hechas con cuero de un buey muerto violentamente y adáptalas, con los pelos para adentro, a fin de que los pelos no se te ericen de frío sobre tu carne”; buscarse amigos con las riquezas: “Mide estrictamente lo que recibes de tu vecino y devuélvelo exactamente y aun con creces, si puedes, a fin de que más tarde halles presto socorro en caso necesario”. Otro tanto aconsejará más tarde Cristo en su Evangelio. Cuidar de la fama: “Evita la mala fama entre los mortales; se arrebatada fácilmente”; aceptar el consejo ajeno: “El insensato no aprende sino después de haber sufrido”.

Hay otros muchos consejos que nos hablan muy alto del espíritu reflexivo y aleccionador del poeta tebano: “Con la aflicción los mortales envejecen pronto”, “el hambre es la compañera inseparable del perezoso”; “no dejes nada para el día siguiente”; “la mañana hace la tercera parte del trabajo, abrevia el camino y activa la obra”; “el dinero es el alma de los míseros mortales”.

Bien podemos suponer que Píndaro — cantor de las riquezas —, trasladó a su musa epinicia esta desdén por el dinero del melancólico beocio que evocaba con nostalgia los años felices de su opulencia hoy esfumada por la insensatez de un hermano. Recordemos la exclamación de Píndaro en su Nemea IX: “¡Increíble virtud esta de elevarse por encima de las riquezas, porque hoy el amor de la ganancia ahoga todo sentimiento del honor!”

“Si hablas mal, se hablará de ti peor todavía.

d) *Pintura de tipos sociales*. — A lo largo de sus páginas desfilan algunos tipos sociales, los más caracterizados de su época (reyes, pastores), esbozados con discreta brevedad. Dejando de lado a los dioses que ofrecen una galería de prototipos desde la astucia de Gea a la sagacidad de Cronos; desde la omnisciencia de Zeus a las inhumanas Moiras, anotaré algunos de ellos a través de una frase o una fábula.

En las primeras páginas de la Teogonía aparecen los “pastores” a quienes califica con una dureza que sorprende doblemente. Primero, porque siempre en las literaturas han sido los pastores de atrayente figura por su vida sencilla y sin ambiciones; segundo, porque como pastor que era nuestro poeta, bien pudo salir por el honor de sus hermanos de oficio y no poner en boca de las Musas estas palabras tan injuriosas: “Pastores, que dormís al aire libre, raza vil, que no sois más que vientres”.

En los “Trabajos” por dos veces nos presenta la pintura de los reyes que abusan de su poder y de su justicia para atraerse el doble tributo de sus vasallos, el de la adulación y el de los presentes. “Me has arrebatado la mayor parte de nuestro patrimonio, con el fin de inclinar en tu favor a los reyes — esos devoradores de presentes — que quieren juzgar los procesos”; Más adelante completa la idea diciendo: “Cuando alguien hiere y ultraja la Justicia (quién sino los reyes que la ejercían) al punto acusa ella al espíritu de los hombres, con el fin de que el pueblo sea castigado por culpa de los reyes que, movidos de un mal designio, se apartan de la equidad recta y se niegan a pronunciar juicios irreprochables”. Considerad esto, oh reyes, devoradores de presentes!”.

En aquellas épocas de absolutismo real, la fábula del gavián y el cernícalo nos pone en claro y con viveza la brutalidad del despotismo frente a los débiles. El poeta pone cuidado en resaltar la diferencia entre la vida de los hombres y de las bestias. Dice así:

“Ha permitido a los peces, a los animales feroces y a las aves de rapiña devorarse entre sí, porque carecen de justicia; pero ha dado a los hombres la justicia que es la mejor de las cosas”.

Es interesante hacer notar el prólogo de la fábula: “Ahora, diré un apólogo a los reyes, aunque piensan con su propia sabiduría.

Un gavián habló así a un cernícalo sonoro al que había cogido en sus garras y se lo llevaba por las altas nubes; el pobre cernícalo desgarrado por las curvas uñas, gemía pero el gavián le dijo estas palabras imperiosas: — Desdichado, ¿por qué gimes? En verdad, eres presa de uno más fuerte que tú. Irás donde yo te conduzca, aunque seas un *aeda* (?No se descubre aquí una intención autobiográfica al poner en boca del gavián este oficio, en lugar del nombre al que tiraniza?). Te comeré, si me place o te soltaré. Infeliz quien pretende luchar contra otro más poderoso que él! Será privado de la victoria y abrumado de dolores y vergüenza”.

B — *RIQUEZA DE IMAGINACION*. — En Hesíodo la imaginación se manifiesta a través de bellas leyendas y pintorescos mitos. Las ideas abstractas que se escapan a la materialidad, son ofrecidas envueltas en un símbolo, en una alegoría que cubra la desnudez del pensamiento. Con ello adquiere más plasticidad en sí y más amenidad para el lector. No escasean estos recursos, especialmente en los “Trabajos y los Días”. Tenemos, por ejemplo, el mito de las dos discordias, el mito de Pandora, que es traído también en parte en su Teogonía; la fábula del gavián y el cernícalo, la leyenda de las Edades, el del origen de los héroes troyanos, la de los dos caminos. To-

dos ellos pasan de su contenido intelectualista a su sabor poético. Excuso traer aquí en confirmación algunos de ellos, haciendo excepción del último, porque ya en otras líneas de este estudio aparecen varios.

Es en Hesíodo donde por primera vez hallamos la bella imagen de los dos caminos, que se repetirá posteriormente en la ética órfico-pitagórica, en el mito de Pródico que nos ofrece a Hércules en la encrucijada y por último en los Evangelios cristianos, con enunciado muy cercano al hesíodico.

“Fácil es abismarse en la maldad, porque el camino que conduce a ella es corto y está cerca de nosotros; pero los dioses inmortales han mojado de sudor el que lleva a la virtud; porque es largo, arduo y al principio lleno de dificultades; pero en cuanto se llega a la cúspide, se hace fácil en adelante, después de haber sido difícil”.

No sólo como poeta del símbolo, sino como poeta de la personificación es Hesíodo un poeta de rica pintura imaginativa. Los griegos dignos herederos del espíritu oriental tan inclinados a los antropomorfismos, gustaron siempre crear dioses protectores para todo, lo animado y lo inanimado, lo bueno y lo malo, lo terrestre y lo celestial. De esta tendencia personificadora brotan esas variadas divinidades cuyo origen y genealogía tan acabadamente nos ofrece Hesíodo en su Teogonía obra exhaustiva acerca de los dioses.

Hesíodo, discípulo de Homero aprendió a revestir los conceptos con cualidades que les dan colorido e imágenes que les añaden vida. Es raro que nos dé un dios e un héroe escuetamente presentado; su rica fantasía los envolverá en el manto brillante de una aposición. Por Ejemplo, Zeus será siempre el sagaz, el omnisciente, el prudente, el grande, el tempestuoso; Atenea la de los ojos claros; los Inmortales, la raza de los dichosos; las Musas, de moradas olímpicas; Hespérides, de voces sonoras; Eris, la de corazón firme, mitad ninfa de ojos negros y hermosas mejillas, mitad serpiente monstruosa, horrible, inmensa; Quimera, la del aliento terrible; Iris, la de los pies ligeros; Persefonia, la de hermosos brazos; Aquiles, el de corazón de león; Ares el de los clamores espantosos; la cigarra, de negras alas, el Nilo de remolinos profundos: el divino Simois; el ágil Céfiro y así con lujo de fraseología y derroche verbal realiza lo seres todos. Esta tendencia será heredada por Píndaro, como de quienes han bebido en la misma fuente de Homero.

No menos pintoresco resulta Hesíodo a través de sus *descripciones* tan reales como objetivas.

“Vaya detrás un servidor joven que dé que hacer a los pájaros, ocultando la semilla con ayuda de una azada”. — “Cuando el cuco canta en el follaje de la encina, llueva Zeus

durante tres días y no cese antes que el agua suba por encima de la pezuña de los bueyes” — “Al soplo de Bóreas mujen la tierra y la selva; derriba las encinas de hojas altas y los pinos espesos. Cayendo contra tierra y a su impulso retiembla la selva toda; se espantan las bestias feroces y hasta aquellas que tienen pelaje espeso se recogen la cola bajo el vientre”, — “Cuando el cardo florece y la sonora cigarra, posada en un árbol, canta su canción armoniosa agitando las alas, en la cálida estación del estío”. — “Cuando aparecen las primeras hojas en la copa de la higuera, tan poco visibles como las huellas de una corneja que anda”.

3 — *FONDO DE RELIGIOSIDAD*. — Las Musas se le mostraron al pie del Helicón, cuando jovenzuelo apacentaba las ovejas en las faldas de la sierra; le llamaron a su servicio como lo hicieron tiempos atrás con Homero.

Sin embargo, les enseñaron cosas distintas. A Homero le ofrecieron el don de las invenciones vagas y poéticas: le consagraron Poeta. “Las Musas le dieron un don y una desgracia: le privaron de la vista, pero le concedieron el dulce canto”. A Hesíodo le dieron la Verdad para que la anunciara a los hombres: le ungieron Profeta. “Debía entonar en su canto las cosas pasadas y venideras y que cantase la raza de los dioses inmortales. Para ello me dieron un cetro, una rama verde de laurel admirable de coger y me inspiraron una voz divina”, nos dice al comienzo de su Teogonía. Tan pronto han purificado sus labios y recibido el sagrado mensaje de cantar a los dioses— que es como su consagración poética —, nos presenta un árbol genealógico de divinidades que encabezan Caos, que era el abismo abierto y vacío, éea y Eros. Es de notar la carencia que los griegos tuvieron de la idea de creación de la nada, motivo por el cual clasifican sus dioses en primitivos y eternos, de quienes por procreación derivarán todos los demás.

Del Caos nacen la Noche y la Sombra; de la Noche vienen el Eter y el Día; Gea produce a Urano y engendra con él la raza de los Titanes y Gigantes. De Saturno y de Gea nacen Júpiter, Plutón, Neptuno, Vesta y Ceres. Júpiter destierra al Orco a los Titanes para dar entrada a los demás dioses, cuyas generaciones alcanzan a las Ninfas, a los Ríos y otras abstractas divinidades como el Olvido, la Quimera, el Hambre, los Dolores, las Luchas y los dioses embusteros o equívocos. Cierra su Teogonía con el origen semidivino de Aquiles, Peleo, Calipse, Eneas y otros grandes héroes griegos.

Como ya dejamos apuntado la Teogonía es una seca y erudita relación de dioses que se recomienda más por el fondo de religiosidad que supone en su autor, que por el valor literario o aleccionador.

B. — LOS CARACTERES DE SU PERSONALIDAD HUMANA

Después de haber analizado este primer aspecto de la obra de Hesíodo, que viene a ser como su aspecto externo, su lado en el campo de las letras griegas, entraremos a analizar su aspecto interno, lo humano de él y siempre a través de su mismo pensamiento expresado a lo largo de sus dos obras inmortales. Pero, si para el análisis de su aspecto externo ha sido especialmente en los “Trabajos y los Días” donde hemos recogido los datos, para este aspecto interno, será sobre todo en su “Teogonía” donde acudiremos para confirmar nuestro intento.

Es en su Teogonía donde nos hallamos con un doble dato muy sintomático para interpretar el alma melancólica de Hesíodo y su mal disimulado pesimismo frente a la vida.

Este poema de los dioses, más que una simple necesidad intelectual para discurrir acerca de los dioses, fue una imperiosa necesidad de su corazón defraudado entre los hombres y engañado por su propio hermano (como ya quedó dicho más arriba); era esta necesidad que le empujaba hacia una poesía de carácter ético, de colorido nostálgico, de tono pesimista y de una interpretación íntima y personal. No extraña entonces ver cómo Hesíodo se proclama “Heraldo del Pesimismo”.

Ofreceré en estos acápites las cuatro facetas de su perfil humano frente al pesimismo:

- 1 — Su concepto de los dioses.
- 2 — Su concepto de la evolución del linaje humano.
- 3 — Su concepto de la época en que vivió.
- 4 — Su concepto de la mujer.

1 — *Su concepto de los dioses.* — Si bien, la Teogonía de Hesíodo es la más completa que nos ha dejado la poesía antigua, no es la más alegre y optimista de todas. Los dioses no son en Hesíodo pura fantasía artística, como en Homero, sino dioses reales, pero en quienes se desliza cierto tenue pesimismo acerca de su poca justicia y bondad, desvalorización que salvará Píndaro en sus “Epinicios”. No escasean los rasgos donde Hesíodo carga la pluma para presentarnos dioses astutos y crueles, cualidades tan poco conformes con aquel respeto y fervor que se merece siempre la divinidad. Recojamos algún ejemplo:

“Entre los nacidos de Gea y Urano están tres hijos grandes, fuertes, de raza soberbia. Su fuerza era inmensa, invencible, dada su gran talla. Eran los más poderosos de todos sus hijos. Desde el origen eran odiados por su padre. Conforme

nacían, uno tras otro los sepultó, privándoles de la luz, en las profundidades de la tierra. Y se alegraba de esta mala acción y la gran Gea, gemía, por su parte llena de dolor. Luego, ella abrigó un designio malo y artificioso y fue incitar a sus hijos a tomar “venganza de la acción injuriosa del padre, porque fue él quien primero meditó un designio cruel”.

Al principio, el temor les detuvo a todos, pero al fin, uno de ellos, dijo: “Madre, te prometo que llevaré a cabo esta venganza. Ya no tengo respeto a nuestro padre, porque él fue quien primero meditó un designio cruel”. La gran Gea se regocijó en su corazón. . .

Más adelante, nos pinta a Gea, engañando a Uranida, el antiguo rey de los dioses, al presentarle una enorme piedra envuelta en mantillas para que al contacto del gran dios, se convirtiera en un dios invencible y derrocador de su mismo poder para quedar rey de los inmortales. Así fue, el joven príncipe crecía rápidamente y guiado por el astuto consejo de Gea, derrocó al padre.

Otro rasgo donde Hesíodo nos rebaja a los dioses es aquel en que Zeus libra de las cadenas abrumadoras a sus tíos, los Uranidas, a quienes su padre en un aceso de “demencia” había encadenado. Qué distante esta posición de Hesíodo con aquella de Píndaro que nos aconseja: “De los dioses no se han de decir sino cosas buenas” y así se comportó en toda su obra lírica.

El recurso que suele poner en juego Hesíodo es el “engaño y la astucia”.

Interesante es al respecto el engaño de Prometeo a Zeus, al mostrale un buey fingido. Zeus con su sabiduría eterna advirtió el fraude y en venganza preparó calamidades a los hombres: privación del fuego inextinguible y creación de la mujer.

2 — *Su concepto de la evolución descendente del linaje humana.* — La evolución de las cinco edades del mundo viene a ser una especie de primitiva y pesimista filosofía de la Historia. A las edades áureas y luminosas, sucederán las opacas y sombrías. Esta visión hesiódica la recogerá Simónides remplazando en la analogía el concepto metales por el verde follaje del bosque.

Comienza con la edad brillante y dichosa del ORO.

“Vivían los hombres como dioses, dotados de un espíritu tranquilo. No conocían el trabajo, ni el dolor, ni la cruel vejez; libres de todos los males, su muerte era como un sueño. Poseían todos los bienes, la tierra fértil producía por sí sola en abundancia y en una tranquilidad profunda, compartían estas riquezas con los demás. Después de un tiem-

po se convirtieron en dioses para ir por la tierra observando las buenas y malas acciones de los mortales”.

Sigue luego la Edad de *Plata*, que contrasta enormemente con la anterior; puede decirse que es su contraposición. “Difería de la anterior en el cuerpo y en la inteligencia. Vivían los hombres un siglo como irracionales y al llegar a la adolescencia y alcanzado el término de su pubertad, vivían muy poco y abrumados de dolores a causa de su estupidez. No podían abstenerse de ser inicuos, despreciando a los dioses y olvidando de ser religiosos. Por su irreligiosidad, Zeus los desterró a las regiones subterráneas”.

Como edad intermedia coloca la de *Bronce*. . . .

“Eran los hombres parlantes. Estos no se preocupaban sino de injurias y de trabajos lamentables. De corazón duros como de acero, les hacía feroces y fuertes. Entre ellos se destruían para descender sin honores a la morada helada de Edes. Tanatos los acogió para llevarlos afuera de la espléndida luz de Helios”.

Podemos notar lo cargado de sus tintas negras en las dos últimas pinturas, frente a la dichosa Edad de Oro, que desde Hesíodo ha sido tantas veces cantada y envidiada, como lo hiciera nuestro inmortal Cervantes.

En la cuarta edad, los hombres dejan de ser seres inmortales y divinos, para entrar en la raza de los mortales, aunque semidivinos, por esto la llama la edad de los *semidioses*.

“Eran los héroes que la guerra destruyó; a unos en tierra de Tebas combatiendo por los rebaños de Edipo; a otros en mar frente a Troya en conquista de Helena. Viven una Isla de Bienaventurados, que los hombres desconocen dónde está”.

Hesíodo nos conduce, por fin, a la postrer de sus edades que llama de *Hierro*.

“En ésta los hombres viven abrumados de trabajos y miserias durante el día y la noche; los dioses les prodigan amargas inquietudes. Los bienes viven mezclados con los males. Zeus acabará con esta generación, cuando se tornen blancos sus cabellos. Será una época de desenfrenada iniquidad, todos se portaran como malvados sin cumplir las elementales leyes de la razón. No habrá ninguna piedad, ninguna justicia, ni buenas acciones, sino que se respetará al hombre violento e inicuo. Ni equidad, ni pudor. El uno saqueará la ciudad del otro. Los padres viejos serán despreciados por sus hijos impíos. . . no les darán de viejos, los cuidados que de ellos recibieron. . . Los males se quedarán entre los mortales y ya no habrá remedio para sus males”.

3 — *Su concepto de la época en que vivió él.*

Amarga pintura la de esta quinta edad. Ni la esperanza

tiene cabida en ella. La pluma de Hesíodo nos dejó en pocas líneas un cuadro apocalíptico, un mundo sombrío del cual era él protagonista y víctima. No es extraño que se maldiga y desteste el día en que naciera: “!Oh, si no viviera yo en esta quinta generación de hombres; o más bien, si hubiera muerto antes o nacido después!”. No quiero pasar por justo entre los hombres, ni que lo pase mi hijo, puesto que constituye una desdicha ser justo y el más inicuo tiene más derechos que el justo”.

La voz lúgubrementemente triste de Job, el perseguido de Idumea, recogerá estos ecos del poeta tebano en aquella su exclamación: “!Malhaya el día en que nací...!”.

Cómo se ve que el alma de Hesíodo profundamente amargada de su suerte por culpa ajena, juzga las cosas con ojos sombríos y regula sus palabras más por la emoción que por la razón! Qué mayor desatino que las citadas palabras después de haber elogiado tanto en largas páginas la justicia y sus beneficios y de haber recomendado a Perses “acoge la la justicia y rechaza la violencia, porque si los irracionales son sanguinarios es porque carecen de la justicia, pero a los hombres se les ha dado la Justicia que es la mejor de las cosas”. Por la razón es el cantor de lo justo, pero por la pasión se convierte en un renegado y un apóstata de ello.

4 — *Su concepto de la mujer.* — La mujer en Homero siempre fue la noble matrona, fiel y defensora de su honor. En Hesíodo aparece con un menosprecio ciertamente descarado. Cada vez que habla de ella en sus páginas es para denigrarla. Así vemos cómo entre los castigos que Zeus impone a los mortales por el engaño de Prometeo, es darles a la mujer. Creó con la intervención de todos los dioses a la mujer-hombre, “la calamidad fatal, na más perniciosa raza de mujeres, en el más cruel azote que existe entre los hombres mortales, porque no se adhieren a la pobreza sino a la riqueza. Como las abejas en sus colmenas alimentan a los abejones, que no hacen sino daño y llenan el vientre con el fruto del (trabajo ajeno), así Zeus dio esas mujeres funestas a los mortales, esas mujeres que no hacen sino daño”.

Se llamó Pandora, porque todos los dioses le dieron su don para convertirla en cebo de los hombres lujuriosos. Hesíodo califica esta creación, de “obra perniciosa e inevitable”. Es curioso observar que el mito de Pandora es mencionado en las dos obras de Hesíodo, completando en una los datos de la otra.

Otro pasaje dentro de este espíritu antifeminista es aquel consejo que da a Perses: “No seduzca tu alma con su dulce charla la mujer que adorna su desnudez, preguntándote por

tu lecho. Quien se fía de la mujer, se fía de un ladrón”.

Bien podría estar este consejo al lado de aquel Proverbio donde Salomón precave contra la mujer mundana: “Esos te libren de la mala mujer y del lenguaje zalamero de la extraña, no codicie tu corazón la hermosura de ésta, ni te cautiven sus miradas, porque el precio de la meretriz, apenas es el precio de un pan” (VI, 24-27).

En éste habla la inspiración de Dios, en aquél la voz de la razón y de la experiencia humanas, pero en ambos aparece la mujer mala como una plaga moral para los hombres.

El pesimismo de Hesíodo queda patente al que haya recorrido estos cuatro apartados, a lo largo de los cuales se ha respirado el aroma de un alma amargada, de un corazón desilusionado y de un espíritu sombrío. Un sentido trágico de la vida se respira en sus páginas. El poeta debió luchar contra las injusticias sociales, en pos de más elevados ideales en compensación de las desdichas que acompañaron su existencia. Este sentido trágico de la vida le inspirará por un lado, una poesía pesimista frente a los dioses y a los hombres y por otro, una poesía gnómica, cuya herencia pasará a Focílides y especialmente a Teognis, dos siglos después. Por la sentencia moral está emparentado con los citados poetas y por su menosprecio de la mujer con Semónides, que acentuará su odio a las mujeres, a quienes satiriza y deshonra con las más vulgares comparaciones. Resulta de esto que el resentimiento femenino de Hesíodo se hará odio en Semónides y total olvido en Píndaro.

Aquel burgués, hoy empobrecido pastor y campesino de Beocia, mantiene un nombre de aristocracia espiritual, es un símbolo de poesía; el MITOS de Homero con el LOGOS de Hesíodo, dan la clave para todo el futuro pensamiento artístico de Grecia y a través de ella, de la Humanidad. Es por esto, que podemos calificar la figura de Hesíodo como el primer pensador pesimista, cuyo puesto será siempre allí, en los albores de las letras griegas, en la primera página, junto a Homero, como van juntos el flujo y reflujo de una onda del mar.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre**

ENTIDADE MANTENEDORA

União Sul Brasileira de Educação e Ensino (U.S.B.E.E.)
Irmãos Maristas

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Chanceler

Dom Alfredo Vicente Scherer, Arcebispo de Pôrto Alegre

Reitor

Prof. Irmão José Otão

Vice-Reitor

Prof. Manoel Coelho Parreira

Secretário Geral

Irmão Elvo Clemente

Conselho Universitário

Prof. Irmão José Otão
Prof. Manoel Coelho Parreira
Prof. Francisco da Silva Juruena
Côn. Otto Skzypczak
Prof. Antônio César Alves
Prof. Ivo Wolff
Prof. Dante de Laytano
Prof. Irmão Faustino João
Prof. Balthazar Gama Barbosa
Prof. Wilson Tupinambá da Costa
Prof.^a Lúcia Gavello Castillo

Conselho Superior

Prof. Irmão José Otão — Reitor
Prof. Irmão Faustino João — Representante da U.S.B.E.E.
Prof. Irmão Leôncio José — Representante da U.S.B.E.E.
Prof. Irmão Liberato — Representante da U.S.B.E.E.
Côn. Otto Skzypczak — Representante do Chanceler.

DIRETORES DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS EM 1958

- 1 — *Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas*: Prof. Dr. Francisco da Silva Juruena.
- 2 — *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*: Prof. Dante de Laytano.
- 3 — *Faculdade de Direito*: Prof. Dr. Balthazar Gama Barbosa.
- 4 — *Faculdade de Odontologia*: Prof. Wilson Tupinambá da Costa.
- 5 — *Escola de Serviço Social*: Prof.^a Lúcia Gavello Castillo.
- 6 — *Escola de Engenharia*: Prof. Ivo Wolff.
- 7 — *Instituto de Psicologia*: Prof. Irmão Hugo Danilo.
- 8 — *Instituto de Sociologia*: Prof. Irmão Leopoldo Kehl.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO GRANDE DO SUL
Pôrto Alegre**

Equiparada pelo Decreto n.º 25.794 de 9 de novembro de 1948

FUNDADA E MANTIDA PELOS IRMÃOS MARISTAS

A Pontifícia Universidade Católica do R.G.S. compreende:

I — INSTITUTOS UNIVERSITÁRIOS

- 1 — Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas —
— Fundada em 1931
- 2 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras —
Fundada em 1940
- 3 — Escola de Serviço Social — Fundada em 1945
- 4 — Faculdade de Direito — Fundada em 1946
- 5 — Faculdade de Odontologia — Fundada em 1953
- 6 — Escola de Engenharia — Fundada em 1959

II — INSTITUTOS COMPLEMENTARES

- 1 — Instituto de Psicologia — Fundado em 1953
- 2 — Centro de Pesquisas Econômicas — Fundado
em 1954
- 3 — Curso de Orientação Educacional — Fundado em
1958
- 4 — Instituto de Sociologia — Fundado em 1.º de maio
de 1959.
- 5 — Instituto de Cultura Hispânica — incorporado em
1960.

